

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário

ISSN 0870-1865

28 de Janeiro de 1993

Preço: 120\$00

(IVA incluído)

N.º 997

Director:

Carlos Brito

**Reunião
do
Comité
Central**

Trabalho de direcção e tarefas políticas prioritárias

Na sua reunião de 25 e 26 de Janeiro, o Comité Central debateu a organização do trabalho de direcção central e analisou a situação política e as tarefas prioritárias do Partido, tendo aprovado duas resoluções correspondentes a essas matérias.

Págs. 3, 4, 5, 6 e 7



Acompanhado pelos camaradas António Abreu, da Comissão Central de Controlo, e Teresa Lopes, do Comité Central, o secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas informou a comunicação social dos resultados da reunião do CC.

**Inaugurado
o novo Centro
de Trabalho
em Setúbal**

Págs. 16 e 17

*

Caso da «vírgula»

**Aposta na
transparência
ou intimidação
aos jornalistas?**

Pág. 11

*

**VIII Congresso
da Associação
Nacional
de Municípios:**

**1000
autarcas
exigem que
o Governo
respeite o
Poder Local**

Págs. 20 e 21

*

**A encruzilhada
do turismo
no quadro
da política
do Governo**

Artigo de
Carlos Luís
Figueira

Pág. 18

EDITORIAL

Sem e contra o PSD



Domingo realizou-se em Lisboa o Congresso extraordinário da Associação Nacional de Municípios

RESUMO

20
Quarta-feira

O Sindicato Nacional do Ensino Superior manifesta-se contra o projecto parcial de revisão da carreira docente universitária que torna mais precária a situação dos assistentes universitários ■ É aberto o concurso de privatização da Siderurgia Nacional ■ O parlamento da Sérvia da Bósnia aprova o acordo de Genebra para a divisão da Bósnia-Herzegovina em 10 províncias autónomas ■ Dois petroleiros colidem ao norte de Sumatra, nos mares da Indonésia, provocando a maior maré negra da história ■ O presidente Bill Clinton afirma no discurso de tomada de posse que a América deve continuar a liderar o mundo.

21
Quinta-feira

Carvalho da Silva anuncia uma acção de protesto de todos os sectores de actividade marcada pela CGTP-IN para meados de Fevereiro ■ A televisão israelita interrompe a emissão para transmitir uma mensagem do líder da OLP, Yasser Arafat, que apela à paz ■ A ONU pede à comunidade internacional para que conceda uma ajuda alimentar ao Afeganistão ■ Um caça norte-americano atinge uma bateria anti-aérea iraquiana ■ O Parlamento Europeu condena a Unita pela ruptura do processo de paz em Angola e exige a libertação imediata de Xanana Gusmão ■ Um sismo abala as ilhas do grupo central dos Açores.

22
Sexta-feira

O Conselho Nacional da CGTP-IN decide a participação da central pela primeira vez numa jornada de protesto a nível continental promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos ■ A greve dos têxteis regista uma adesão que ultrapassa os 70 por cento ■ O primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, recusa o encontro que lhe fora proposto pelo líder da OLP, Yasser Arafat ■ Um avião americano ataca uma base de mísseis anti-aéreos na zona de exclusão aérea do Iraque ■ O Japão revela que atingiu um excedente recorde nas suas trocas comerciais.

23
Sábado

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, inaugura o Centro de Trabalho de Setúbal ■ O ministro do Emprego e da Segurança Social, Silva Peneda, suspende o presidente do Instituto do Emprego e Segurança Social, José de Brito, na sequência de uma acusação do Ministério Público de «associação criminosa» ■ As negociações de paz

para a Bósnia-Herzegovina recomeçam num ambiente tenso, fruto do reavivar da guerra na Croácia ■ Uma missão da Cruz Vermelha é impedida de entrar no campo dos palestinianos deportados, no Sul do Líbano ■ O departamento de Estado norte-americano exige à Unita a libertação imediata dos reféns do Soyo e adverte que qualquer ataque a Cabinda será fortemente condenado.

24
Domingo

Realiza-se em Lisboa o 7º Congresso extraordinário da Associação Nacional de Municípios ■ O CDS passa a chamar-se Partido Popular do Trabalho, segundo decisão do seu 9º Congresso, que termina na Póvoa do Varzim ■ Haim Ramon, responsável pela pasta da Saúde de Israel, afirma que o seu país está a negociar com a OLP de Yasser Arafat ■ Cinco *skinheads* agredem, em Cacilhas, três indivíduos de cor negra e resistem à detenção à autoridade que os detém ■ O vice-presidente russo, Alexander Rutskoi, defende o recurso ao direito ao veto pela Rússia caso o Conselho de Segurança das Nações Unidas preconize uma nova acção militar contra o Iraque ■ A Unita destrói um centro de tratamento de águas impedindo o abastecimento à cidade de Luanda.

25
Segunda-feira

O novo primeiro-ministro dinamarquês, Poul Nyrup Rasmussen, apresenta o seu novo Gabinete de coligação centro esquerda ■ O presidente angolano, Eduardo dos Santos, pede ao Governo dos Estados Unidos que considere a ala dura da Unita liderada por Jonas Savimbi como uma organização terrorista ■ O Sindicato e a Associação Portuguesa de Controladores de Tráfego Aéreo afirmam que os meios de controlo aéreo utilizados em Faro são obsoletos e inadequados.

26
Terça-feira

Termina a reunião de dois dias do Comité Central do PCP, cujas conclusões, nomeadamente a composição do Conselho Nacional, são divulgadas em conferência de imprensa por Carlos Carvalhas ■ PSD e CDS votam contra o inquérito parlamentar às privatizações proposto pelo PCP na AR ■ Termina o prazo do concurso público sem que surjam candidatos à compra de 80 por cento do capital das cimenteiras Secil e CMP ■ O parlamento da Eslováquia elege Vaclav Havel para Presidente da República ■ Em vésperas do encontro, em Adis Abeba, de delegações do Governo e da Unita, diminuem em Angola os combates.

A recusa, pela maioria governamental, na passada terça-feira, do inquérito parlamentar aos escândalos das privatizações, proposto pelo PCP, mostra inequivocamente que o Governo e o PSD não estão minimamente preocupados com o combate à corrupção.

Em vez disso, a própria actuação do Governo funciona como um caldo de cultura onde a corrupção viceja.

Como salientou Carlos Carvalhas, no discurso de Setúbal no passado sábado: «a fuga ao controlo democrático e a privatização do Estado tornou a acção do Governo cada vez menos transparente».

O «episódio da vírgula» foi um mero pretexto para o Primeiro-Ministro e o estado-maior do PSD recorrerem à intimidação e à diversão tão características do seu estilo de governação e tão reveladoras da sua natureza autoritária.

Como foi notado de diferentes quadrantes, Pacheco Pereira, primeiro, e Cavaco Silva, depois, «filaram» positivamente a alusão ao alegado suborno de um ministro, feita com ligeireza por uma jornalista que esclareceu não ter provas, para justificar o desencadeamento pelo Governo de uma vasta operação de inquéritos cruzados - parlamentar, judicial e policial.

É por de mais evidente o objectivo essencial desta operação: intimidar os jornalistas, intimidar a imprensa não afeiçoada ao Governo (e provavelmente não só...), preparar o clima para uma revisão de cariz autoritário da lei de imprensa, como condicionamento e intimidação permanente à liberdade de imprensa.

A «operação da vírgula» é assim um espécie de nova cruzada cavaquista contra as «forças do bloqueio» acantonadas na comunicação social.

O deputado João Amaral, falando em nome do Grupo Parlamentar do PCP, chamou precisamente a atenção para a «confissão do PSD de que visa questionar não a falta de transparência ou eventual corrupção de agentes do Estado, mas sim a acção da imprensa, dos jornalistas que investigam e denunciam esses casos de corrupção».

O que Cavaco Silva, o Governo e o estado-maior do PSD sempre têm feito ao longo dos anos é dar ordem aos deputados laranja para

abafarem, sufocarem e impedirem o apuramento de responsabilidades nos inquéritos parlamentares sobre casos de corrupção envolvendo membros do Governo e elementos altamente colocados no poder laranja.

Foi assim, entre outros casos, com os inquéritos ao Fundo Social Europeu, ao Ministério da Saúde e ao Ministério das Finanças, tem sido assim com os repetidos pedidos de inquérito do PCP ao processo das privatizações, sempre recusados pelo PSD.

Não eram, portanto, para tomar a sério as razões invocadas pelo Governo e os deputados do PSD para justificarem os inquéritos ao «episódio da vírgula».

Por isso é que se torna mais chocante que o PS também nesta operação tenha sentido necessidade de convergir e se identificar com o PSD, em vez de se juntar aos que, verdadeiramente na oposição,

A recusa, pelo PSD, do inquérito às privatizações, proposto pelo PCP, é mais uma prova de que o combate à corrupção não pode fazer-se com o PSD. Tem de fazer-se sem e até contra o PSD.

como o PCP, desmascaram os seus objectivos hipócritas.

Os argumentos do PS para votar a favor do inquérito à vírgula não convenceram e deram a ideia de que era o primeiro intimidado.

A par da intimidação, o PSD serve-se também deste «episódio» como pretexto para uma manobra de diversão (tão ao gosto cavaquista).

Diversão desde logo em relação à corrupção, às responsabilidades que o Governo tem acumulado nesta matéria e ao envolvimento de figuras gradas do partido do Governo em algumas das suas manifestações mais escabrosas.

Os indícios vindos a público de novos escândalos em relação aos dinheiros do Fundo Social Europeu, que já levaram à suspensão do presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, só vêm confirmar o que no país se murmura e o Governo sistematicamente tem escondido.

A nova recusa, por parte do PSD, do inquérito às privatizações proposto pelo PCP põe em evidência a má consciência governamental e confirma as fundadas acusações dos comunistas e de outros sectores.

Trata-se também de uma manobra de diversão do Governo para tentar fazer passar a uma segunda linha os temas mais quentes da actualidade política em torno dos quais se polariza o descontentamento popular, como as políticas governamentais de contenção salarial (tecto salarial de 6 por cento, os 5 por cento de aumento para a Função Pública), os despedimentos, os «disponíveis», os míseros aumentos dos reformados e pensionistas, a calamitosa situação na agricultura, particularmente a falta de escoamento para os produtos agrícolas, a vergonhosa carência de habitação social expressa em situações tão dramáticas como as dos desalojados de Camarate.

Perante o quadro descrito, a traços muito largos, não se compreende como é que o Secretário-Geral do PS anuncia convidar o PSD e Cavaco Silva «para colaborar na procura de soluções destinadas a moralizar a vida política».

Ora, a recusa pelo PSD do inquérito às privatizações, proposto pelo PCP, é mais uma prova de que o combate à corrupção não pode fazer-se com o PSD. Tem de fazer-se sem e até contra o PSD.

É contra o PSD que tem de se edificar uma política que se queira verdadeiramente alternativa à política da direita, cujos perversos resultados estão à vista de todos.

Uma tal política alternativa só com o PCP pode ser elaborada e será tanto melhor concretizada quanto mais forte e influente for o PCP.

Foi neste sentido que trabalhou o Comité Central, na sua reunião de 25 e 26 de Janeiro, especialmente ao definir como tarefas prioritárias: o desenvolvimento da luta de massas; a preparação das eleições autárquicas em Dezembro; o reforço geral do Partido.

Devem ser vistas como uma importante contribuição para o pleno desempenho destas tarefas as medidas adoptadas pelo Comité Central no domínio da estruturação do trabalho de direcção do Partido.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: PUBLICIDADE ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 15, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Trabalho de direcção e tarefas políticas prioritárias

Reunião do Comité Central

1. Na sua reunião de 25 e 26 de Janeiro, o Comité Central debateu a organização do trabalho de direcção central e analisou a situação política e as tarefas prioritárias do Partido, tendo aprovado duas resoluções correspondentes a essas matérias.

2. O Comité Central, no âmbito das suas competências estatutárias e em função das orientações e decisões do XIV Congresso, ratificou a proposta conjunta da Comissão Política e do Secretariado acerca dos membros responsáveis de organizações regionais, inter-regionais e principais sectores de actividade do Partido a integrarem o Conselho Nacional, ratificou também a composição da Comissão Central de Quadros e da Comissão Administrativa e Financeira, decidida conjuntamente pelo Secretariado e a Comissão Central de Controlo.

O Conselho Nacional, para além do seu Presidente, camarada Álvaro Cunhal, do Secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas, dos membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, integra igualmente o camarada Carlos Costa em representação da Comissão Central de Controlo e por esta designado, e os seguintes camaradas responsáveis por Organizações Regionais e com particulares responsabilidades em Direcções Regionais ou sectores de trabalho do Partido: António Andrez (Lisboa), António Gervásio (Castelo Branco), António Orcinha (Santarém), António Vitória (Beja), António Salavessa (Aveiro), Armando Morais (Guarda), Armindo Miranda (Madeira), Bernardina Sebastião (Portalegre), Branca Carvalho (Viana do Castelo), Carlos Rabaçal (Associativismo Popular), Carlos Fraião (Coimbra), Jorge Cordeiro (Autarquias), Jorge Gouveia Monteiro (Departamento de Propaganda), José Antunes (Braga), José Augusto Esteves (Leiria), José Decq Mota (Açores), José Neto (Actividade Institucional), Maria Fernanda Mateus (Mulheres), Raimundo Cabral (Évora); Ruben de Carvalho ("Avante!"), Serafim Brás da Silva (Bragança), Vasco Paiva (Vila Real).

A Comissão Central de Quadros integra os camaradas: Albano Nunes, Fernando Blanqui Teixeira, José Vitoriano, Luísa Araújo e Maria da Piedade Morgadinho.

A Comissão Administrativa e Financeira integra os camaradas: Carlos Costa, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Octávio Pato e Vidal Pinto.

3. O Comité Central tomou conhecimento das medidas de direcção já adoptadas na sequência da aplicação de orientações e decisões do XIV Congresso, nomeadamente no que se refere à criação dos organismos de coordenação inter-regional (Organismo inter-regional do Norte, Organismo inter-regional das Beiras, Organismo inter-regional do Alentejo e Organismo inter-regional de Leiria e Santarém).

Foi também informada a arrumação das tarefas ao nível dos organismos executivos que, nos seus aspectos fundamentais, é a seguinte:

Área do movimento operário e sindical, das organizações e luta de massas: Domingos Abrantes Ferreira e Jerónimo de Sousa

Esta área integra ainda a frente de trabalho para os problemas das mulheres da responsabilidade de Luísa Araújo

Área do trabalho autárquico, do ambiente e do movimento associativo e área institucional, dos direitos, liberdades e garantias: Luís Sá

Área dos assuntos económicos: Agostinho Lopes e Octávio Teixeira

Área da saúde e dos assuntos sociais e área da educação, ciência e tecnologia: Edgar Correia

Área do trabalho da juventude: Francisco Lopes

Área da cultura (artes e letras): Carlos Brito

Área do trabalho ideológico e da comunicação: Vítor Dias

Área da política externa e integração europeia: Carlos Carvalhas.

Ainda no âmbito das responsabilidades da Comissão Política, os camaradas Carlos Brito e Octávio Teixeira são responsáveis, respectivamente, pelo «Avante!» e Grupo Parlamentar na Assembleia da República.

Os agrupamentos inter-regionais ou direcções regionais com ligação directa à Comissão Política têm os seguintes responsáveis: coordenação inter-regional Norte - Emídio Ribeiro e António Lopes, sendo o primeiro responsável directo pela organização do Porto e o segundo responsável pelo acompanhamento das outras organizações regionais; coordenação inter-regional das Beiras - Sérgio Teixeira; coordenação inter-regional do Alentejo - José Soeiro; coordenação inter-regional de Santarém/Leiria - Carlos Brito; Organização Regional do Algarve - Carlos Luís Figueira; Organização Regional de Lisboa - José Casanova; Organização Regional de Setúbal - Manuel Sobral.

Para além da multiplicidade de tarefas que os membros do Secretariado asseguram em resultado das funções específicas deste órgão e dos organismos de trabalho central a ele directamente ligados, os membros do Secretariado asseguram, entre outras tarefas, a ligação às direcções regionais e agrupamentos inter-regionais, a secção internacional, da responsabilidade do camarada Albano Nunes, a Festa do «Avante!», da responsabilidade do camarada Henrique de Sousa, o trabalho de organização, da responsabilidade do camarada Agostinho Lopes.

O camarada Fernando Blanqui Teixeira responde por «O Militante» e tem a responsabilidade directa pela ligação das organizações das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e ainda pela direcção da organização na Emigração.

Os camaradas Octávio Pato e Vidal Pinto têm particulares responsabilidades no âmbito da Comissão Administrativa e Financeira.



A situação política e as tarefas prioritárias do Partido

O Comité Central destaca como aspectos fundamentais da actual situação política nacional:

- a perigosa ofensiva governamental que está em curso contra as condições de vida, direitos, regalias e conquistas sociais dos trabalhadores e de outras camadas da população, com incidências particularmente gravosas no plano do poder de compra dos salários e da estabilidade e segurança no emprego;

- a existência de um amplo descontentamento popular com a política governamental e o desenvolvimento e intensificação de múltiplas e diversificadas movimentações e acções de protesto, de resistência e de luta, com justo destaque para as promovidas e dinamizadas pelo movimento sindical unitário;

- o facto de, em diversos sectores de opinião, estar a progredir a consciência de que, tal como o PCP de há muito denuncia e adverte, a política do Governo do PSD não resolveu os reais problemas de fundo da economia nacional, não atenuou antes agravou dramáticas e intoleráveis carências, desigualdades e injustiças sociais, e ameaça subverter a democracia política e o regime democrático consagrado na Constituição, ao serviço da restauração do capitalismo monopolista e do seu projecto de instauração de um regime de cariz autoritário;

- as movimentações em torno das próximas eleições autárquicas que se apresentam como uma importante batalha política e eleitoral cujos resultados poderão pesar significativamente sobre a evolução da situação política nacional;

- um mais generalizado convencimento público da efectiva identificação do PS com o PSD em orientações fundamentais, verificada em múltiplos entendimentos, acordos e convergências e provocando crescente indignação e desilusão nas suas fileiras base de apoio;

- o papel decisivo desempenhado pelo PCP na dinamização e apoio ao movimento de resistência e luta popular contra a política do Governo e a sua crescente afirmação como o partido de oposição mais firme, activo e coerente, como o principal defensor de uma política realmente alternativa à de direita, como a principal razão de esperança na construção de uma alternativa democrática.

Neste quadro, o Comité Central define como tarefas políticas prioritárias do Partido, das suas organizações e militantes:

- a dinamização, alargamento e intensificação da luta de massas e da unidade na acção de todas as classes e camadas atingidas pela política e pelas medidas do Governo e o reforço e desenvolvimento das organizações e movimentos unitários de massas;

- o esforço para, na acção desenvolvida no poder local, dar cabal cumprimento aos programas apresentados ao eleitorado pela CDU em 1989 e a preparação da intervenção nas eleições autárquicas de Dezembro deste ano;

- o reforço geral - no plano da organização, da ligação às massas, da informação, da iniciativa e das propostas políticas - da intervenção do PCP na sociedade portuguesa e da sua influência social, política e eleitoral.

I

Desenvolver a luta social de massas

A evolução da situação social confirma que o aprofundamento do processo de restauração monopolista, a política de submissão ao capital estrangeiro que domina crescentemente a economia nacional, a recessão económica, em que está mergulhada a agricultura e importantes sectores industriais, tem graves consequências para os trabalhadores, os pensionistas e reformados e de um modo geral para todos os sectores sociais não ligados ao grande capital.

O Governo prossegue, desenvolve e refina uma política anti-social em grande profundidade, centrada no

ataque aos salários dos trabalhadores, nas crescentes violações aos seus direitos e na intensificação da repressão nas empresas, no agravamento das questões do emprego, ameaçando os postos de trabalho de muitas dezenas de milhares de trabalhadores e tornando o futuro incerto para um número cada vez maior.

A ofensiva contra os serviços de saúde, (substancialmente agravada com a recente aprovação do novo Estatuto do SNS), a segurança social, o ensino público, o agravamento das carências habitacionais, cria uma situação social profundamente injusta e verdadeiramente dramática para largas camadas da população.

O aumento da conflitualidade social, o desenvolvimento da luta social de massas que se tem vindo a assistir nas últimas semanas, tem uma causa objectiva - a política do Governo -, exprimindo o profundo descontentamento existente em largos sectores da população.

O Comité Central salienta que o desenvolvimento da luta de massas se afirma como a base fundamental para a resistência à política do Governo, para a resolução de problemas concretos de carácter imediato e para a unificação em torno de grandes objectivos da frente social descontente e em oposição à política do Governo, para a criação das condições a uma alternativa democrática.

O Comité Central conclui que se torna imperioso prosseguir e intensificar a acção de massas contra a política do Governo e apela ao empenhamento activo dos militantes do Partido para a dinamização e organização da luta de massas das mais diversas camadas sociais e para que a semana nacional de luta convocada pela CGTP-IN (15 a 19 de Fevereiro) seja um êxito e possa constituir um salto qualitativo no desenvolvimento da luta social de massas, a qual deve ser articulada com a luta nas e junto das instituições e a preparação para a intervenção nas batalhas políticas, nomeadamente as eleições autárquicas.

A realização do 7º Congresso da CGTP-IN, a ter lugar nos próximos dias 4, 5 e 6 de Março, reveste-se de extraordinária importância para o presente e o futuro daquela que é a maior organização social de massas.

Realizando-se no quadro de uma generalizada ofensiva do grande capital - nacional e internacional - contra os trabalhadores e suas organizações e em particular contra o movimento sindical de classe, a defesa das características essenciais da CGTP-IN e que determinam o destacado papel que desempenha na defesa dos interesses dos trabalhadores e na sociedade portuguesa, deve constituir o objectivo fundamental da acção dos comunistas que se inserem no movimento sindical e o quadro de princípios indispensável para uma efectiva e renovada resposta aos problemas e desafios actuais que este enfrenta.

O Comité Central apela a todos os membros do Partido que actuam no movimento sindical unitário para que intervenham activamente na preparação e realização do Congresso, no respeito pela autonomia e a democracia sindicais, ligando a sua preparação ao desenvolvimento da luta de massas, combatendo todas as tentativas de descaracterização da CGTP-IN, defendendo o papel e a influência dos comunistas, alicerçados no seu trabalho abnegado em defesa dos interesses dos trabalhadores.

O Comité Central sublinha que a acção de massas por reivindicações de carácter imediato deve igualmente entrelaçar-se com a luta por reivindicações de carácter político e democrático geral, nomeadamente denunciando e combatendo o processo de restauração monopolista, com tudo o que lhe está associado, lutando contra a desresponsabilização do Estado em relação às suas funções sociais, contra a intensificação da exploração dos trabalhadores, os baixos salários, pela defesa dos serviços sociais, pela defesa do regime democrático, contra a repressão e limitação dos direitos e liberdades, contra a instauração e institucionalização de um regime autoritário, pela defesa da soberania nacional.

II

Preparar as eleições autárquicas

O Comité Central procedeu à análise da política do Governo e da maioria parlamentar do PSD em relação às

autarquias, debateu a intervenção e gestão do PCP e da CDU nas autarquias locais e a preparação das eleições autárquicas.

No quadro da sua orientação de centralizar poderes e governamentalizar decisões, o PSD prossegue uma política de corte de verbas, ingerências, imposição de encargos, fortalecimento das Comissões de Coordenação Regional e bloqueio da regionalização. Tal política tem que ser contrariada com a unidade das forças democráticas e dos eleitos dos órgãos de poder local. Nesse sentido, o PCP empenhar-se-á em dar a sua contribuição determinada.

O Comité Central considera particularmente condenável e hipócrita que o Governo pretenda justificar-se do facto de cortar as despesas sociais do Estado afirmando, falsamente, que tais investimentos são da responsabilidade das autarquias. É o caso da habitação, em que se acumulam e agravam dramas humanos e reconhecidas carências perante a indiferença governamental.

Recorde-se, designadamente, que os gastos previstos no Orçamento de Estado para 1993 com o Centro Cultural de Belém, que continua fechado, são maiores do que os investimentos previstos para todo o país na área da habitação social (6,9 e 6,1 milhões de contos, respectivamente).

Tal tentativa de impor encargos, depois de impor um corte de verbas de 53 milhões de contos em 1992 e 64 milhões de contos em 1993, é uma intolerável forma de evitar a sua responsabilização por não realizar uma política que enfrente os dramas humanos que se acumulam.

Ao mesmo tempo, o Governo prossegue a utilização do aparelho de Estado ao serviço dos interesses eleitorais do PSD com perseguições a autarquias, campanhas organizadas e discriminações, o que corresponde a um intolerável abuso e adulteração das funções que devem caber à Administração Pública e a órgãos de soberania.

O Comité Central condena o facto de o PSD, uma vez mais, ter inviabilizado a regionalização e reitera a sua convicção de que, para além de uma imposição constitucional, a criação das regiões administrativas permitirá aprofundar a democracia, contribuir para o desenvolvimento, criar a base para uma reforma administrativa democrática e para o melhor aproveitamento, participação e transparência no aproveitamento dos fundos comunitários, em particular na sequência do novo Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999).

O Comité Central congratula-se com a qualidade da intervenção dos eleitos da CDU, quer em situações de maioria, quer de minoria, e com o alto nível de realizações das autarquias de maioria CDU com destaque para a área das infra-estruturas, dos equipamentos sociais, do ordenamento do território, da luta pelo desenvolvimento, da educação, cultura e desporto e do ambiente.

Esta intervenção é tanto mais notável quanto se realizou num quadro de sérias dificuldades financeira e grandes dificuldades burocráticas. Existem numerosos aspectos a melhorar e aperfeiçoar. Mas o trabalho da CDU destaca-se, quer pelo nível de realizações, quer pela democraticidade, como claramente superior ao das outras forças políticas.

Por isso, o Comité Central considera descabidas e sem fundamento as ambições de o PSD e o PS pretenderem interromper a obra da CDU nas autarquias e encara com confiança o juízo popular nas próximas eleições autárquicas.

O Comité Central analisou as tarefas decorrentes das eleições autárquicas previstas para o próximo mês de Dezembro e a situação nas autarquias.

Nesse quadro, constituem direcções de trabalho essenciais:

- a formação de listas com homens e mulheres honestos, competentes, ligados ao povo, que aliem a experiência com a renovação e com larga participação de independentes;

- a dinamização da CDU e das suas estruturas regionais, locais e juvenis no quadro de uma activa cooperação com o Partido Ecologista «Os Verdes», com a Intervenção Democrática e com democratas independentes;

PCP

- a calendarização concreta e definição do quadro adequado de divulgação e valorização de candidaturas;

- a prestação de contas às populações do trabalho realizado e, em particular, do cumprimento dos programas eleitorais.

O Comité Central reafirma o empenho do PCP na rápida renovação do acordo com o PS e com as outras forças democráticas que constituem a "Coligação Por Lisboa" e a intenção de concorrer no quadro da CDU a todos os outros órgãos municipais do País e ao maior número possível de freguesias. Registrando as amplas aspirações, incluindo de sectores do PS, de estabelecer coligações do PS, PCP e outras forças democráticas em autarquias em que estas são maioritárias mas em que o Presidente de Câmara é de direita, o Comité Central sublinha que a frustração de tais aspirações é da exclusiva responsabilidade da direcção do PS.

O Comité Central anuncia a realização em 8 e 9 de Maio de uma Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as eleições autárquicas.

No quadro do esforço para uma permanente melhoria e aprofundamento do trabalho da CDU nas autarquias, o PCP realizará também um Seminário sobre Autarquias e Educação em 13 de Março; um Seminário sobre Gestão e Ordenamento do Litoral em 6 de Abril; e um Seminário sobre a Gestão de Cidades e Áreas Metropolitanas em 15 de Junho. Está igualmente previsto um vasto conjunto de iniciativas do PCP e da CDU a nível local e regional, que correspondem à intenção de promover um largo e profundo debate democrático sobre a intervenção nas autarquias, o trabalho eleitoral e as opções que coloca nos tempos mais próximos.

O Comité Central reafirma que a batalha das eleições autárquicas é uma batalha de todo o Partido e, nesse sentido, apela para o empenhamento da generalidade dos militantes e organizações do PCP.

III

Reforçar a intervenção e a influência do Partido

Do XIV Congresso saiu um Partido mais forte, mais preparado, com propostas objectivas, claras e coerentes, aberto para a vida e o futuro. Os acontecimentos políticos nacionais e internacionais confirmam, cada dia que passa, a necessidade e a justeza da luta dos comunistas.

O Comité Central apela aos militantes do PCP para um audacioso trabalho pelo desenvolvimento e reforço da intervenção e influência do Partido. Para, com confiança, com capacidade de iniciativa, encontrarmos as linhas de resposta política aos problemas vivos das massas populares. Para, com as massas, intensificarmos a luta contra a política reacção de Cavaco Silva. Para intensificarmos o diálogo e os laços com os democratas, com todos os que combatam a política de direita. Para, empenhadamente, continuarmos a mobilizar esforços e vontades no aprofundamento das análises dos problemas nacionais. Para trazermos até às fileiras do Partido dos trabalhadores portugueses, os homens e as mulheres, e muito particularmente os jovens, interessados neste nosso combate pela justiça social, pelo desenvolvimento e progresso do País.

O Comité Central, sublinhando a reconhecida qualidade da intervenção institucional dos eleitos comunistas na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, no Poder Local, é com confiança e energia que apela ao desenvolvimento de uma mais profunda articulação dessa actividade com as presentes lutas dos trabalhadores e de outras camadas e ao desenvolvimento de iniciativas de informação e propaganda que levem ao conhecimento das massas as posições e propostas do PCP em defesa dos seus interesses e direitos.

O Comité Central, considerando as condições favoráveis, objectivas e subjectivas, decorrentes da situação política e da realização do XIV Congresso, apela aos

seus militantes e organizações para um renovado e criativo esforço para fortalecer o Partido. Na divulgação das resoluções e orientações do Congresso, na divulgação do Programa dos comunistas portugueses. Pelo fortalecimento das nossas fileiras, com novos recrutamentos dos homens e mulheres envolvidos na luta política e social, pela constituição dos organismos necessários ao trabalho colectivo e para uma maior eficácia na resposta política, pela intensificação geral da militância e da vida partidária, em torno das seis grandes prioridades de trabalho definidas no XIV Congresso, junto da classe operária e dos trabalhadores, junto das populações, junto da juventude, das mulheres, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos e científicos.

A passagem, do próximo dia 6 de Março, do 72º aniversário do PCP será um momento particularmente oportuno para a promoção de um significativo conjunto de iniciativas inseridas nestes objectivos.

A realização do IV Congresso da JCP, a ter lugar nos próximos dias 3 e 4 de Abril, assume uma particular importância.

Numa situação caracterizada por um forte ataque governamental aos interesses dos jovens designadamente no plano do ensino e do emprego, por uma das maiores movimentações estudantis de sempre pelo reforço dos sentimentos de unidade, pelo fortalecimento do movimento juvenil e pelo desenvolvimento duma intensa actividade e dum largo movimento de adesões à JCP, o IV Congresso constitui uma grande oportunidade para a intensificação da actividade, o reforço orgânico, a afirmação, alargamento e aumento da influência da Juventude Comunista Portuguesa.

O CC apela a todos os jovens comunistas para que se empenhem na preparação do Congresso promovendo uma forte dinâmica de actividades (debates, convívios, reuniões, iniciativas de propaganda e contactos com o movimento juvenil) associada ao desenvolvimento da luta e do movimento juvenis.

O CC considera a realização do IV Congresso da JCP como uma importante tarefa partidária no quadro da acção para o aumento da influência na juventude e apela às organizações e militantes do Partido para que apoiem a sua preparação e contribuam para o seu êxito.

IV

PCP o Partido de que Portugal precisa

Fortalecido pelas orientações e decisões que, com uma empenhada contribuição de todo o colectivo partidário, foram adoptadas no seu XIV Congresso e pelo clima de unidade, determinação e confiança que se respira na actividade das suas organizações e militantes, o PCP dá aos trabalhadores e ao povo português a incomparável garantia de que continuará a não poupar esforços, dedicação e generosidade na defesa dos interesses populares, no combate à política de direita, na exigência e na luta por uma nova política, ao serviço do povo e do país.

Numerosos factos e acontecimentos da actualidade política, colocam ao alcance de muitos mais portugueses a lúcida compreensão de que sem a existência, a actividade e a luta do Partido Comunista Português, com a sua orientação e identidade próprias, a vida política nacional se transformaria num extenso pântano de cedências, compromissos e consensos à volta da política de direita; os ideais, os valores, as propostas e um projecto de esquerda teriam sido completamente traídos por uma humilhante sucessão de rendições e abdições; a capacidade de resistência e protesto contra as injustiças e prepotências da política de direita e do grande capital teria sido profundamente debilitada; a aspiração a uma alternativa democrática e a perspectiva de uma futura viragem política teriam sido sufocadas pela desorientação e pelo desânimo causados por uma política de capitulação.

Ao contrário do que o PSD procura fazer crer, e também ao contrário de concepções dominantes na Direcção do PS, é necessária e é possível uma política radicalmente distinta da prosseguida pelo Governo do PSD, e que, por isso mesmo, dela se diferencie, não em aspectos acessórios ou meramente de discurso político, mas nos objectivos e orientações fundamentais, nos valores, nos critérios, nos métodos e nos resultados.

É possível uma política que, em vez de se subordinar voluntariamente às drásticas imposições da "convergência nominal" e do Tratado de Maastricht e de se submeter aos interesses do grande capital, se empenhe na criação de bases sólidas para o desenvolvimento económico e social de Portugal numa Europa de paz e cooperação.

É possível uma política que, em vez de delapidar vultuosos recursos, património e bens do Estado a favor da reconstituição do poder e privilégios do grande capital, se concentre na modernização da estrutura produtiva e no pleno aproveitamento dos recursos nacionais, e que, em vez de premiar a especulação financeira e o parasitismo, privilegie a criação de riqueza e o trabalho criador dos portugueses.

É possível uma política que, em vez de considerar as aspirações, os direitos e as regalias dos trabalhadores como incómodas realidades a liquidar rapidamente, assuma que salários dignos e justos, melhores condições de trabalho e de formação, a estabilidade e segurança no emprego, a igualdade de oportunidades e os direitos sindicais são vectores indispensáveis de uma verdadeira política de modernização e de progresso social.

É possível uma política que, em vez de se empenhar em estruturar duradouramente a sociedade na base de crescentes desigualdades, marginalizações e exclusões sociais, considere como premente tarefa nacional na década de 90 erradicar a pobreza, reduzir seriamente as injustiças sociais, assegurar uma resposta satisfatória às legítimas aspirações das camadas particularmente desfavorecidas como os reformados, promover a adequada protecção dos direitos dos imigrantes e combater os factores que potenciam graves riscos de crescimento de fenómenos de racismo e xenofobia na sociedade portuguesa.

É possível uma política que, em vez da restrição dos direitos dos cidadãos, da degradação da democracia política, das manifestações de arrogância, da intolerância e de autoritarismo, do estímulo e protecção à corrupção, impulsione o aprofundamento da democracia, alargue a participação e intervenção dos cidadãos, proteja firmemente os seus direitos, garanta o primado da legalidade, a moralização da vida pública e uma ética de serviço público no exercício de funções do Estado.

É possível uma política que, em vez de submeter serviços públicos essenciais como o ensino e a saúde à lógica implacável dos negócios e dos lucros privados e da discriminação social, mantenha as responsabilidades do Estado nesses domínios e assegure uma resposta eficaz e de qualidade às necessidades da população.

A profunda convicção do PCP de que é possível travar e derrotar a política de direita, de que é possível de imediato assegurar a satisfação de importantes reivindicações populares, de que é possível um nova política e de que é possível perspectivar uma verdadeira alternativa democrática não se baseia exclusivamente na confiança na sua própria força, determinação e combatividade. Baseia-se sobretudo na sua profunda confiança na capacidade de luta dos trabalhadores e do povo português, nas raízes populares dos ideais progressistas e das conquistas e valores democráticos, no avanço da plena consciência de cada cidadão quanto ao valor da sua opinião e da sua vontade, quanto à força da sua razão e das suas aspirações, quanto à eficácia da sua intervenção.

Mas, ao mesmo tempo, é indispensável que mais e mais portugueses, no seu próprio interesse, possam compreender que, pesando os graves perigos que a continuação da política de direita faz pesar sobre a evolução da vida nacional e ponderando o quadro político-partidário, um reforçado apoio ao PCP e a correspondente ampliação da sua influência são, no plano político, a mais eficaz contribuição e o factor mais relevante para que Portugal e os portugueses conquistem uma política de liberdade, desenvolvimento, bem-estar, justiça social e independência nacional.

Lisboa, 26 de Janeiro de 1993

O Comité Central do Partido Comunista Português

Sobre a Organização do Trabalho de Direcção

Considerando que a eficácia e a elevação do nível do trabalho de direcção, assente no Comité Central, organismos executivos e diferentes estruturas de apoio ao trabalho de direcção central, é indispensável para o reforço geral da actividade partidária e uma pronta, dinâmica, qualificada e responsável, intervenção do Partido nas diversas áreas da vida nacional;

Considerando que a melhoria do trabalho de direcção passa pela análise das experiências positivas e negativas verificadas, pela reponderação e aperfeiçoamento de métodos e estilo de trabalho, por uma rigorosa tipificação das competências dos diferentes organismos e por uma harmoniosa articulação do seu trabalho, racionalizando a distribuição de meios humanos e materiais, evitando a dispersão de energias e tendo em conta o estado e as possibilidades reais das organizações e as prioridades definidas para a intervenção do Partido na fase actual; Considerando que as soluções a adoptar para o trabalho de direcção central deverão preservar, aprofundar e enriquecer características positivas fundamentais do trabalho de direcção central que se revelaram de grande importância para a sua coesão - o trabalho colectivo, a estreita ligação dos dirigentes aos militantes e organizações e uma larga e regular intervenção na actividade geral do Partido, no quadro de uma ampla descentralização de responsabilidades e competências para as organizações regionais e assegurando a democracia interna e uma orientação geral única;

O Comité Central, no âmbito das suas competências estatutárias e em função das orientações e decisões do XIV Congresso, aprova a seguinte resolução sobre a organização do trabalho de direcção central e um conjunto de normas relativas ao funcionamento do Comité Central, bem como dos seus organismos executivos.

I

Comité Central

1. De acordo com os Estatutos, o Comité Central dirige a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções do Congresso, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido.

2. As decisões do Comité Central são tomadas por maioria ou consenso dos seus membros efectivos. Os membros suplentes serão normalmente convocados para as reuniões do Comité Central, onde têm direito a voto consultivo.

3. O Comité Central realiza as suas reuniões com intervalos quanto possível regulares, não superiores em regra a 4 meses.

4. Além das reuniões normais, o Comité Central poderá realizar outras reuniões sempre que a situação exija decisões de importância ou que modifiquem a orientação anteriormente traçada.

5. Os Organismos Executivos deverão assegurar uma adequada preparação das reuniões do Comité Central, procurando sempre que possível fornecer com antecedência, aos membros do Comité Central informações e projectos de documentos a examinar.

6. As reuniões do Comité Central serão convocadas por qualquer dos Organismos Executivos. As reuniões extraordinárias podem também ser convocadas por proposta de um mínimo de um terço de membros efectivos. No plano técnico a organização das reuniões cabe ao Secretariado que deverá acompanhar a respectiva convocação da informação da Ordem de Trabalhos proposta.

7. O Comité Central examinará os problemas sobre os quais entenda dever pronunciar-se tomando as resoluções correspondentes.

8. O Comité Central deverá ser informado regularmente da actividade desenvolvida pelos seus Organismos Executivos.

9. Os Organismos Executivos do Comité Central devem procurar chamar de forma regular membros do Comité Central à participação em trabalho de estruturas de responsabilidade de direcção central.

10. O Comité Central pode convidar a participar, para pontos específicos das suas Ordens de Trabalhos, para reuniões determinadas ou de forma regular nas suas reuniões, sem direito a voto, membros do Partido cuja participação considere útil pela natureza das suas tarefas ou pela sua especialização.

II

Organismos executivos do Comité Central

Geral

1. O Comité Central elege, por maioria simples de entre os seus membros efectivos, os membros da Comissão Política, do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e pode, em qualquer momento, proceder a nova eleição ou alterar a sua composição.

2. O Comité Central pode eleger de entre os seus membros efectivos o Secretário-geral e o Presidente do Conselho Nacional.

3. A eleição do Secretário-geral e do Presidente do Conselho Nacional exige o voto favorável de dois terços dos membros efectivos do Comité Central.

4. Os Organismos Executivos do Comité Central, o Secretário-geral e o Presidente do Conselho Nacional respondem pela sua actividade perante o Comité Central.

5. Qualquer dos Organismos Executivos do Comité Central pode, no âmbito das suas competências, submeter propostas e decisões à apreciação do Comité Central.

6. Podem realizar-se reuniões conjuntas de organismos executivos, decididas de comum acordo, para o andamento do trabalho no âmbito das suas competências.

1. Comissão Política

1. A Comissão Política, no intervalo das reuniões do Comité Central e no quadro da orientação por este traçada é responsável pela direcção política do Partido, tomando as decisões correspondentes. É igualmente responsável pelo trabalho ideológico e pela direcção política do "Avante!" e da informação e propaganda.

2. À Comissão Política cabe tomar as medidas para o aprofundamento e análise das grandes questões nacionais e internacionais e dinamizar a iniciativa política do Partido.

3. A Comissão Política assegura directamente e indirectamente o acompanhamento de organizações regionais e de outros grandes sectores de organização e da actividade do Partido.

4. À Comissão Política cabe a responsabilidade de definir as orientações políticas e acompanhar a actividade das áreas de trabalho e intervenção políticas.

2. Secretariado

1. O Secretariado do Comité Central orienta e dirige o trabalho diário e assegura o controlo de execução das tarefas correntes indicadas pelo Comité Central.

2. O Secretariado do Comité Central:

a) é responsável directo pela formação e distribuição de quadros em ligação com a Comissão Central de Quadros, pela política financeira e patrimonial em ligação com a Comissão Administrativa e Financeira e pelo trabalho de organização, articulando tais responsabilidades com a Comissão Política;

b) é responsável por "O Militante", pelas relações internacionais do Partido e pela Festa do "Avante!".

3. Comissão Política e Secretariado

1. A Comissão Política e o Secretariado podem apresentar ao Conselho Nacional orientações e propostas de medidas com vista à aplicação a nível nacional de decisões tomadas pelos respectivos organismos na esfera das suas competências.

2. A Comissão Política e o Secretariado são responsáveis pelas relações com outros partidos políticos.

3. A Comissão Política e o Secretariado, no âmbito das competências respectivas, asseguram a formação e composição das áreas de trabalho e intervenção políticas e das comissões de apoio, definidas pelo Comité Central.

4. Em reuniões da Comissão Política ou do Secretariado pode participar o Presidente do Conselho Nacional por iniciativa sua ou daqueles organismos executivos.

5. A Comissão Política e o Secretariado podem convidar a participar em reuniões para tratamento de problemas concretos membros do Partido que considerem necessário para o efeito.

6. O Secretariado e a Comissão Política do Comité Central, de comum acordo, a título excepcional e quando se torne necessário tomar decisões urgentes que exijam a aprovação do Comité Central, poderão proceder à consulta individual dos membros do Comité Central. Em tal circunstância deve ser dado conhecimento do apuramento da consulta feita na primeira reunião plenária do Comité Central que se realize posteriormente.

4. Conselho Nacional

1. O Conselho Nacional, de acordo com as orientações traçadas pelo Comité Central, pela Comissão Política e pelo Secretariado na esfera das respectivas competências, assegura a coordenação da actividade dos organismos executivos e destes com as organizações regionais e frentes de trabalho tomando para o efeito as decisões necessárias para dinamização da actividade partidária, sem prejuízo da competência dos respectivos organismos de direcção, no quadro de uma ampla descentralização e iniciativa.

2. O Conselho Nacional contribui ainda com as suas propostas, opiniões, experiências e informações para a elaboração da orientação política do Partido e das decisões dos Organismos Executivos.

3. O Conselho Nacional, além dos membros da Comissão Política, do Secretariado e de um membro da Comissão Central de Controlo, por este organismo designado, deverá incluir membros do Comité Central efectivos ou suplentes responsáveis por organizações regionais e inter-regionais e principais sectores de actividade do Partido.

4. A composição do Conselho Nacional, no referente aos militantes que não sejam membros dos Organismos Executivos, deverá ser ratificada pelo Comité Central mediante proposta conjunta da Comissão Política e do Secretariado.

5. O facto de um dos membros do Conselho Nacional, referido no ponto anterior, deixar de ser responsável por uma organização regional ou sector de trabalho, pode justificar só por si a sua saída e eventual substituição no Conselho Nacional. As substituições para este efeito serão sempre sujeitas a ratificação pelo Comité Central.

6. As reuniões do Conselho Nacional podem ser convocadas pelo Presidente do Conselho Nacional, pela Comissão Política e pelo Secretariado.

5. Comissão Central de Controlo

1. A Comissão Central de Controlo tem como atribuições a fiscalização da legalidade estatutária das actividades do Partido, a intervenção em casos de quadros de particular complexidade e como instância de recurso de qualquer organismo ou militante e a fiscalização das contas do Partido quando necessário.

2. A Comissão Central de Controlo, informando e ouvindo os organismos dirigentes respectivos, pode dirigir-

se directamente a qualquer organismo do Partido para obter informações consideradas necessárias ao exercício das suas competências estatutárias e para apreciação de eventual desrespeito da legalidade estatutária.

6. Secretário-Geral

1. O Secretário-Geral tem particular responsabilidade, no quadro da direcção colectiva, na elaboração e divulgação da orientação do Partido, no acompanhamento da actividade partidária e nas relações internacionais, na representação do Partido na actividade nacional e internacional.

2. No Comité Central, Comissão Política, Secretariado e Conselho Nacional, o Secretário-Geral está sujeito à regra da maioria como os outros membros desses organismos.

3. Embora se deva sempre procurar uma opinião comum, em caso de votação e de empate, na Comissão Política e no Secretariado, o Secretário-Geral tem a faculdade de usar o voto de desempate.

4. Nenhuma modificação da orientação geral do Partido pode ser tomada na ausência do Secretário-Geral, salvo extrema urgência ou motivo de força maior.

7. Presidente do Conselho Nacional

1. O Presidente do Conselho Nacional participa na elaboração das orientações gerais do Partido no quadro da direcção colectiva e tem particular responsabilidade no exercício das competências do Conselho Nacional.

2. O Presidente do Conselho Nacional pode ter funções de particular responsabilidade na representação do Partido tanto na actividade nacional e internacional.

3. No Comité Central e no Conselho Nacional, o Presidente do Conselho Nacional está sujeito à regra da maioria como os outros membros desses organismos.

III

Comissões junto do Secretariado

São Comissões junto do Secretariado, a Comissão Administrativa e Financeira e a Comissão Central de Quadros, cujas composições deverão ser constituídas por decisão conjunta do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e ratificadas pelo Comité Central.

1. Comissão Administrativa e Financeira

1. A Comissão Administrativa e Financeira tem como funções:

a) assegurar, em estreita cooperação com o Secretariado, o controlo, conservação e gestão dos bens patrimoniais e recursos financeiros do Partido;

b) acompanhar a gestão financeira e as contas das organizações e outros sectores da actividade do Partido;

c) colaborar com o Secretariado na elaboração do orçamento central e na verificação da sua execução.

d) obrigar ao reexame, em circunstâncias de particular gravidade, de decisões ou propostas que impliquem graves inconvenientes ou riscos em matéria de património e de recursos financeiros do Partido.

2. Comissão Central de Quadros

1. A Comissão Central de Quadros tem como funções:

a) Aprofundar o conhecimento dos Quadros e da sua evolução, na base das tarefas por que vão sendo responsabilizados e do seu cumprimento.

b) Ter particular atenção em relação aos funcionários do Partido, acompanhando a sua preparação política, ideológica, cultural e técnica.

c) Estimular e acompanhar a efectivação de iniciativas que contribuam para elevar o nível ideológico e político dos

membros do Partido e, em especial, a realização de cursos de formação de quadros, incentivando a sua frequência.

d) Examinar problemas de quadros e intervir na sua resolução, quando o considere necessário ou por solicitação dos organismos respectivos.

IV

Organismos junto da Comissão Política e Secretariado

1. Os organismos junto da Comissão Política e Secretariado asseguram sectores de trabalho central sob responsabilidade directa destes Organismos Executivos a quem cabe igualmente a responsabilidade pela sua composição.

2. São organismos e estruturas de trabalho central: o Secretariado do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar no Parlamento Europeu, a Secção Internacional, o Departamento de Propaganda, o Gabinete de Imprensa, a Direcção do "Avante!", o Secretariado da Festa do "Avante!", o Gabinete de Organização, a Direcção da Organização na Emigração.

3. A Comissão Política e o Secretariado podem criar outros organismos para o trabalho central que considerem necessários para assegurar as orientações e tarefas correntes.

V

Estruturas de apoio ao trabalho de direcção central

Geral

1. As estruturas de apoio ao trabalho de direcção central deverão ser determinadas tendo em conta as estruturas de Direcção Central e Regional adoptadas pelo XIV Congresso, as tarefas políticas fixadas, as características específicas diferenciadas de cada área, bem como a realidade concreta da organização partidária e os meios materiais e humanos.

2. As estruturas de apoio ao trabalho de direcção central deverão ter como objectivo aprofundar o estudo de problemas, elaborar pareceres e propostas relativas às frentes específicas e desenvolver trabalho de apoio político, informativo e técnico ao trabalho do Comité Central, dos seus organismos executivos e diferentes organismos do Partido, com vistas a assegurar uma elevada capacidade de intervenção política, melhorando a iniciativa e a resposta política do Partido nas diversas frentes de trabalho.

3. As decisões sobre as estruturas de apoio ao trabalho de direcção central, para além dos objectivos fixados para a sua intervenção política, deverão ter como critérios básicos procurar enquadrar, de forma flexível e eficiente, o máximo de camaradas, nomeadamente do Comité Central, que pelo seu envolvimento partidário, sejam susceptíveis de, em cada área, potenciar um maior aproveitamento das suas capacidades e qualidades e a sua contribuição para a elaboração de orientações e decisões da actividade partidária.

4. As estruturas de apoio ao trabalho de direcção central, pela sua composição e funcionamento, deverão procurar assegurar a racionalização de meios e quadros e uma regular e eficiente troca de experiências e uma maior integração, cooperação e articulação da actividade de sectores de trabalho vizinhos e/ou convergentes de acção dos comunistas, nomeadamente dos que intervêm no seio das organizações de massas.

5. As estruturas de apoio ao trabalho de direcção central assentam em áreas de trabalho e intervenção política,

comissões junto do Comité Central e outras formas mais flexíveis, de natureza estável ou conjuntural.

1. Áreas de trabalho e intervenção políticas

1. São consideradas desde já como áreas de trabalho e intervenção políticas as seguintes: área do movimento operário e sindical, das organizações e lutas de massas; área do trabalho autárquico, do ambiente, do movimento associativo e do desporto; área dos assuntos económicos; área da saúde e dos assuntos sociais; área do trabalho da juventude; área da educação, ciência e tecnologia; área da cultura (artes e letras); área do trabalho ideológico e da comunicação; área institucional, dos direitos, liberdades e garantias; área da política externa e integração europeia.

2. Em cada área poderão ser constituídas comissões necessárias ao desenvolvimento das suas funções.

3. Cabe à Comissão Política definir as orientações políticas para a actividade das áreas de trabalho e intervenção políticas, devendo cada área ter como responsáveis membros da Comissão Política. O acompanhamento das actividades das áreas de trabalho e intervenção política é da responsabilidade da Comissão Política em estreita cooperação com o Secretariado.

4. As áreas de trabalho e intervenção política são espaços de coordenação e cooperação de frentes e sectores específicos, para o que poderão realizar encontros regulares ou criar comissões na base das estruturas, afectas a cada uma das áreas.

5. A Comissão Política e o Secretariado, tendo em conta o importante contributo das Comissões junto do Comité Central e dos diferentes grupos de estudo para o desenvolvimento do trabalho geral do partido, deverão decidir destas estruturas, tendo em conta a especificidade dos sectores e frentes e a consideração das prioridades, definindo as suas competências e formas de articulação nas respectivas áreas, informando o Comité Central das decisões que vierem a ser adoptadas nesta matéria.

Independentemente da estrutura interna a adoptar pelas áreas, das decisões a tomar em relação às Comissões junto do Comité Central, dada a especificidade dos sectores e frentes, o carácter prioritário que assumem e terem um funcionamento regular, é de assegurar desde já a continuação das actuais Comissões existentes junto do Comité Central.

6. As estruturas de apoio à direcção central, no âmbito das respectivas áreas, podem ter funções de coordenação à escala nacional, inter-regional ou regional, desde que efectuadas em cooperação com os organismos responsáveis pelas organizações envolvidas. Igualmente podem, mediante o acordo da Comissão Política, realizar iniciativas e tomar posições públicas sobre matérias específicas no seu âmbito de trabalho e intervenção.

2. Estruturas de coordenação

1. A coordenação de organismos do Partido que actuam em áreas afins, zonas geográficas, sectores económicos e outros (células de empresa de âmbito nacional, sectores profissionais, regiões com especificidade próprias), mas sob direcção diferenciada no plano regional e sectorial, continua a impor-se como uma necessidade para o aprofundamento dos problemas que as organizações respectivas defrontam e para uma mais eficaz resposta concreta das respectivas organizações partidárias.

2. O estabelecimento de formas permanentes de coordenação entre estruturas deverá ter em conta as prioridades definidas, a realidade das organizações, a disponibilidade de quadros. O âmbito das suas atribuições e composição exige a aprovação da Comissão Política e do Secretariado que definirão os seus responsáveis.

3. O trabalho das estruturas de apoio à direcção central não pode traduzir-se na criação de linhas paralelas de direcção e controlo, sem que isso signifique que, a partir das estruturas de apoio, não possam partir linhas de orientação para as DOR's ou outros organismos, desde que estabelecidas com a sua cooperação e acordo.

Lisboa, 26 Janeiro 1993

O Comité Central do Partido Comunista Português

TRABALHADORES

Lei cega na Função Pública

Mais de uma centena de trabalhadores já «disponíveis», só na Segurança Social de Bragança

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública admitiu quinta-feira no Porto a convocação de nova greve, no caso de persistir a actual posição do Governo. A comissão executiva da FNSFP, reunida naquela cidade, decidiu lançar um «movimento de opinião pública». Personalidades e organizações sociais intervirão nessa iniciativa, designadamente no sentido de

revogar o diploma dos disponíveis que a FNSFP considera uma «lei cega».

A comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública convocava entretanto em Lisboa uma conferência de imprensa para anunciar «as formas de continuação da luta» no sector depois da greve de 15 do corrente.

Convocada para ontem às

16 horas, espera-se da conferência de imprensa, além de outras tomadas de posição, um provável anúncio de plenário dos trabalhadores da Segurança Social. Poderá mesmo ser decidida uma greve no sector. O Plenário está previsto para 5 de Fevereiro e para ter âmbito nacional.

Segundo a Lusa, que ouviu um representante da FNSFP, a reunião de quinta-

feira no Porto teve como um dos temas principais a situação da Segurança Social. Foi assinalada a existência de trabalhadores subutilizados. A propósito da aplicação da lei dos disponíveis, a FNSFP assinalou que essa subutilização nunca foi do conhecimento dos sindicatos. Pelo contrário, sabia-se da necessidade de fazer horas extraordinárias.

Entretanto, no Centro Regional de Segurança Social de Bragança decisões já tomadas eliminam do quadro de pessoal «mais de uma centena de trabalhadores».

Num comunicado do Sindicato do Norte (STFPN), que reuniu com o conselho directivo daquele Centro, é referida novamente a lei dos disponíveis, a ser aplicada já a partir deste mês, devido «ao corte de mais de 10 por cento no orçamento» de que o Centro dispõe este ano relativamente a 1992.

Foi dado conhecimento ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte que «a redução do quadro incide nas carreiras administrativas, auxiliar e técnica». Ninguém será admitido em regime de contrato de trabalho, os contratos não serão renovados quando caducarem. Ainda segundo o comunicado, os balcões de atendimento não encerrarão, mas «será reduzido o número de trabalhadores em 50 por cento». Isto em «alguns locais», noutros a percentagem é maior.

CGTP anuncia jornada de luta em Fevereiro

A CGTP, que chama a atenção para a circunstância de «estarem a ser divulgados valores mais baixos para a inflação pelo facto de não incluírem a habitação», anunciou sexta-feira uma «semana de luta» entre 15 e 19 de Fevereiro. Carvalho da Silva, coordenador da Central, disse à Lusa que não se trata de uma greve geral, mas de «uma jornada de protesto e luta em vários sectores».

Segundo aquela agência, Carvalho da Silva salientou, no final de uma reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN, a «enorme ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, que se tem verificado, e a política de destruição do aparelho produtivo, que tem levado ao encerramento de inúmeras empresas, deixando desempregados milhares de trabalhadores».

Quanto à inflação, a CGTP divulgou em 20 do corrente uma nota segundo a qual a inflação prevista para 1992, como tem sucedido desde 1987, é inferior à verificada, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística) que a terá medido através do índice de preços no consumidor.

«O Governo previu para 1992 — recorda a CGTP — uma inflação de 8 por cento. Foi este o valor considerado para efeitos de elaboração do Orçamento do Estado e como referencial do crescimento da inflação no acordo de rendimentos e preços que a CGTP não assinou».

Incluindo, segundo o INE, as rendas de casa, a taxa de inflação em 1992 não foi de 8, mas de 9,5 por cento, não havendo qualquer motivo para que, no entender da Central, a divulgação de valores inflacionistas não incluam a habitação.

Muito elevado o desemprego em Évora

Segundo a União dos Sindicatos do Distrito de Évora, os índices de desemprego na região são extremamente elevados.

Num comunicado da semana passada, a USDE/CGTP-IN afirma que está desempregada 15 por cento da população activa. Ao mesmo tempo, estão a ressurgir os despedimentos, os salários em atraso e o encerramento de empresas e outros locais de trabalho no distrito de Évora. De salientar é o anúncio da rescisão de 80 contratos de trabalho na Batis-ta Russo de Vendas Novas (50) e na Portucel de Mourão (30), bem como o anúncio de despedimento de 100 trabalhadores da Segurança Social — mais de 20 por cento do quadro de pessoal — «através da aplicação da lei dos disponíveis».



Lutas em empresas e sectores

No têxtil, a greve de 22 teve uma adesão nacional de 70 por cento. Os sindicatos acentuam: das 239 «empresas-alvo» (as maiores na exportação) 90 fizeram greve; no vestuário houve aumentos de 17 por cento.

Salários, emprego, despedimentos, horários de trabalho movimentam grande número de trabalhadores em empresas como a Argibay, Panasqueira, Soares da Costa, o INE (Tomar), a TAP, o STCP (Transportes Colectivos do Porto), a Telequipo e a Tudor, de Castanheira do Ribatejo. Em Lisboa (foto), o CESL protesta contra os «horários selvagens»

ME Descontos abusivos

Há serviços no Ministério da Educação que descontam no tempo de serviço «ausências por greve e licenças de parto».

Numa nota divulgada quinta-feira, o Secretariado Nacional da FENPROF, que acabava de reunir com a comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, acusa aquele Ministério de «inoperância e falta de vontade política», origem da «profunda desmotivação e descontentamento dos docentes».

Os dirigentes da FENPROF (Federação Nacional dos Professores) disseram aos deputados dos vários grupos parlamentares que são feitas aos docentes «exigências que em nada se coadunam com as condições de trabalho e a permanente desvalorização da carreira docente».

No entender daquela organização sindical é necessário rever as disposições que permitem contratar docentes a prazo por tempo indeterminado, que impedem «o acesso aos escalões de topo de carreira», e bem assim «a contagem integral do tempo de serviço».

Entretanto, o secretário de Estado dos Recursos Educativos assinava (20 do corrente) um acordo com a FNE (Federação Nacional da Educação) sobre «a situação dos trabalhadores não docentes com contrato a prazo».

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), que representa aqueles trabalhadores, «não foi sequer convocada — afirma — para a discussão deste assunto». Tendo protestado, foi-lhe prometida uma reunião para tratar do caso e corrigir o que a Federação considera «completa marginalização».

Evolução negativa em empresas de Braga

A Telca, empresa de telefones de Braga, suspendeu 18 trabalhadores ao «abrigo do lay-off», mas não cumpriu «as formalidades e pressupostos» que a lei impõe. A União dos Sindicatos de Braga (USB), ao divulgar as conclusões do «Tribunal de Opinião Pública» recentemente reunido naquela cidade, menciona ainda outras empresas do distrito onde se verifica «uma cada vez maior repressão sobre os trabalhadores, com castigos, despedimentos arbitrários e ilegais».

É o caso da Xavi (calçado-Guimarães). O patrão é António Xavier, ex-presidente da Câmara, responsável do PSD e da OID do Vale do Ave. Deve salários: um terço de Novembro e Dezembro por inteiro. Não pagou também o 13.º mês e parte do subsídio de férias de 1992.

Na Guima (confeções de Ronfe), trabalhadores são «convidados» a despedirem-se em troca do subsídio de desemprego. Caso

contrário, a Guima ameaça fechar a fábrica daqui a três meses.

Sómelos (têxtil de Ronfe): despediu seis mulheres «de forma prepotente»; ameaça despedir outros trabalhadores. Bordados Lindau (Ronfe): «O patrão suspendeu mais uma vez, com processo disciplinar, a trabalhadora Ana

Maria. Veio para a Imprensa, com publicidade paga, tecer as maiores calúnias à trabalhadora e mentir descaradamente».

A Bordalima quer despedir arbitrariamente centenas de trabalhadores, a troco do fundo de desemprego.

Empresas do distrito cessam contratos a termo e «admitem» crianças, refere ainda a USB, acrescentando que várias «estão a ser alvo de processos de execução, outras estão com parte da produção paralisada ou reduzida», enquanto nos sectores das madeiras e do calçado «são várias as empresas a encerrar».

TV espantada

«Espantada com o que viu» mostrou-se uma equipa da televisão alemã que filmou no distrito de Braga vários casos de trabalho infantil. A USB (União Sindical) acrescenta que a TV alemã (Canal 1) «pensa mostrar o filme no próximo dia 28, no programa "Magazine Europa" e posteriormente cedê-lo à União dos Sindicatos de Braga».

A «naturalidade» que «as entidades patronais» mostram perante a responsabilidade por esta «exploração» — destaca a USB em nota de 15 do corrente — ao mesmo tempo que dão por terminados contratos a prazo com adultos, constituiu o maior motivo de espanto por parte da equipa de televisão alemã.

A União dos Sindicatos de Braga/CGTP conclui que a equipa televisiva e ela própria, USB, poderão apresentar «no Ministério Público queixa-crime contra algumas empresas por explorarem crianças».

A União dos Sindicatos (USB) solicitou audiência à Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Família

Braga PIDDAC 93 corta investimentos no distrito

Em conferência de imprensa realizada no final da semana passada, o Executivo da DORB do PCP afirmou que o Plano de Investimentos da administração central no distrito de Braga «é menos de dois por cento do PIDDAC nacional», registando-se em comparação com o ano anterior uma aumento de apenas 1,2 por cento o que, «dada a taxa de inflação de 9 a 10 por cento, representa uma quebra sensível do valor real».

No encontro com a imprensa, em que participaram José Antunes, Jorge Matos e o deputado Lino de Carvalho, ficou claro que o papel do Estado para a dinamização do investimento no distrito «caracteriza-se pela intervenção anémica ou nula em sectores fundamentais».

«Ao contrário das promessas e declarações em períodos eleitorais», os comunistas de Braga chamam a atenção para exemplos elucidativos como «o atraso do lançamento do IP1, Braga-Valença, do IC14, nomeadamente a variante AEN 102 e 201 - construção da nova ponte sobre o rio Cávado, a construção das variantes a Braga, o protelamento da via rápida Braga-Guimarães, a não duplicação e electrificação da via férrea Braga-Nine».

Na agricultura, o PCP considera que «a situação na região exige apoios à produção e comercialização dos produtos agroalimentares», ao contrário do que faz o Governo do PSD que «prefere indemnizar e subsidiar o abandono de terras e culturas». O PCP denuncia que «se o agricultor não o faz de livre vontade é obrigado a fazê-lo pela imposição de preços desfa-

voráveis, para fazer frente à concorrência dos produtos importados e fugir à ruína».

No plano social, a DORB recorda que «o distrito de Braga consta das estatísticas oficiais e é citado com frequência nos órgãos de comunicação social nacionais, bem como em certos meios internacionais, pela prática dos salários mais baixos do País (e de quase toda a Europa comunitária), o trabalho infantil, as altas taxas de analfabetismo, o abandono precoce da escola e as exibições de opulência e novo-riquismo de alguns».

O PCP manifesta profundas preocupações pela situação dos trabalhadores da Função Pública, «confrontados com aumentos de 5,5 por cento e com a ameaça de perda do emprego», bem como dos trabalhadores da indústria «a quem o Governo e o patronato querem impor nova degradação dos salários reais, maior precariedade e instabilidade no emprego».

Não menos preocupante é, segundo o do PCP, «a quebra real do orçamento para a Educação, cerca de 1,8 milhões de contos para o distrito», o que significa que «o parque escolar continuará insuficiente superlotado e degradado».

Igualmente «irrisórias» são as verbas para a saúde - os 685 mil contos previstos não vão chegar para as necessidades existentes. É exemplo da inadequação do PIDDAC a «ridícula» verba de 300 mil contos para investimentos no Hospital de S. Marcos, cuja elevação a Hospital Central está há muito anunciada.

Os comunistas bracarenses criticam também a ausência de verbas para a salvaguarda do património monumental da região, caso do Mosteiro de Santa Maria de Bouro, em Amares, e do Mosteiro de Rendufe. A despoluição do rio Cávado foi da mesma forma esquecida, assim como os apoios prometidos para o reordenamento e reforestação do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Por fim, a DORB afirma que as autarquias do distrito de Braga ficaram privadas de 4,4 milhões de contos que lhes eram devidos segundo a Lei de Finanças Locais, o que representou mais «um duro golpe na capacidade financeira» dos municípios.

O PCP divulgou na ocasião o conjunto de propostas de alteração ao PIDDAC de 93 para o distrito, apresentadas pelo grupo parlamentar comunista e chumbadas pela maioria PSD.

Estado retira 180 mil contos a Grândola

A Comissão Concelhia de Grândola do PCP reafirma em comunicado que «os eleitos do PCP e da CDU continuaram a dar o seu melhor para a resolução dos problemas e pela dignificação do Poder Local», isto apesar do município contar com menos «180 mil contos no seu orçamento que foram sonogados ao concheio pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais».

Esta organização local do PCP procedeu ainda avaliação do Orçamento de Estado para 93, lamentando que não tivessem sido aprovadas as propostas dos PCP que previam a reparação das estradas nacionais no concelho, o início da construção da barragem na Ribeira de Grândola, a construção de passagens a desniveladas na variante de Grândola, a recuperação da

lagoa de Melides e o melhoramento e alargamento da ponte de «Ferro» também em Melides. A comissão concelhia considera que se regista uma progressiva degradação da prestação de cuidados médicos no Centros de Saúde e nos postos periféricos, sendo visível a crescente dificuldade que os utentes têm, por exemplo, em conseguir credenciais para o transporte de ambulância e para o tratamento de fisioterapia. O PCP lembra que a equipa de saúde mental que se deslocava regularmente ao concelho deixou de o fazer, ficando sem acompanhamento médico dezenas de doentes. Esta situação poderá conhecer novo agravamento caso se concretize o rumor insistente sobre o encerramento da urgência nocturna do centro de Saúde.

As perspectivas no sector agrícola, afirmam os comunistas, apresentam-se sombrias para grande parte dos pequenos agricultores, particularmente seareiros de arroz e tomate e em alguns segmentos da pecuária. Igualmente com dificuldades estão os sectores do comércio e da construção civil, onde há já empresas com salários em atraso e em situação de rotura ou falência. A crise atinge também a hotelaria, com destaque para a Torralta, a maior empresa do concelho, cujos trabalhadores estão com salários em atraso.

Empresas encerram em Vila do Conde

A Comissão Concelhia de Vila do Conde alerta para o encerramento de várias empresas importantes do concelho. Num comunicado distribuído à população é referido o caso da fábrica de conservas Pralamar, que encerrou em Caxinas, despedindo cerca de 200 trabalhadores. Contudo, refere o PCP, «tratava-se de uma empresa rentável, com um activo superior ao passivo em cerca de um milhão de contos e bem apetrechada tecnologicamente».

A empresa Nórdica com mais de 600 trabalhadores é outra empresa em crise, cujo desfecho poderá lançar no desemprego muitos trabalhadores.

Situação difícil atravessa também a Sociedade Industrial de Mindelo, SA, mais conhecida por Fábrica de Mindelo. A empresa tem mais de 700 trabalhadores, que têm sofrido com salários

em atraso e falta de pagamento do subsídio de Natal e do 13º mês. O desmantelamento da empresa já começou, dando origem a cerca de 15 unidades, mediante artificios legais, que tornam ainda mais inseguro o futuro dos trabalhadores. Muitos outros casos existem no concelho envolvendo empresas de várias dimensões, algumas delas com tradição, como a Narfil, ex-Valtar, que depois de um processo de despedimento colectivo, está a pagar com atraso os salários e tentou que trabalhadores não gozassem as férias.

O PCP recorda a crise da indústria têxtil no distrito do Porto, onde os concelhos mais afectados são o de Vila do Conde e de Santo Tirso, defendendo que «esta região possa também beneficiar do Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial do vale do Ave».

Évora Desemprego ultrapassa 15 por cento

Com uma taxa de desemprego superior a 15 por cento da população activa, com tendência a crescer ainda mais com a aplicação da lei dos disponíveis, o distrito de Évora está neste momento a conhecer um rápido agravamento da situação social, segundo um comunicado da DOREV do PCP, que afirma que «grande número de desempregados não recebe qualquer subsídio».

Recentemente reunida, a Direcção Regional de Évora do PCP denuncia que em diversos sectores da Administração Pública, designadamente na segurança social em Évora, «as chefias fazem a selecção para os possíveis excedentes», o mesmo se passando no Ministério da Agricultura onde dezenas de técnicos e outros funcionários no distrito verão muito em breve ameaçados os seus postos de trabalho.

A DOREV considera que a prolongada seca não só demonstrou a fragilidade da estrutura económica e particularmente da agricultura da região, como evidenciou a importância da água e do aproveitamento dos recursos hídricos, tantas vezes reclamado pelos comunistas.

Esta estrutura do PCP manifesta preocupação e chama a atenção da opinião pública para os resultados da política económica de recessão, salientando que no distrito se verifica o encerramento de empresas, enfrentando outras muitas dificuldades no escoamento dos seus produtos, o que se reflecte no pagamento de salários dos trabalhadores.

Recordando os recentes protestos dos agricultores e de sectores empresariais que exigem medidas de apoio e incentivo específico para a região, os comunistas reafirmam que «o distrito tem potencialidades e não está condenado à desertificação». Neste sentido, o PCP apresentou sucessivas vezes propostas como a construção do Alqueva e de outras pequenas barragens, que só a falta de vontade política do PSD têm impedido de concretizar.

Na sua reunião a DOREV aprovou ainda o projecto de resolução política a propor à 3ª assembleia de organização, marcada para o próximo dia 27 de Fevereiro, no Palácio de D. Manuel, em Évora. Também foi aprovado um vasto conjunto de iniciativas a realizar no primeiro semestre deste ano, salientando-se várias acções relativas ao aniversário do Partido, bem como diversos plenários e encontros da CDU a nível concelhio.



Reabriu o CT do Seixal

Encerrado durante algum tempo para obras de beneficiação, o centro de trabalho do PCP no Seixal encontra-se já aberto a todos os que o queiram visitar, oferecendo agora melhores condições.

As obras efectuadas incidiram fundamentalmente na Sala de Convívio e Bar, proporcionando um espaço mais agradável de convívio e confraternização e um serviço de melhor qualidade e eficiência.

Decorre entretanto uma campanha de fundos para o pagamento das obras e das instalações que foram recentemente adquiridas pelo Partido.

CAMARADAS FALECIDOS

JOSÉ SONA

Faleceu recentemente em Ovar, de onde era natural, José Eduardo Gomes Pereira Sona, que contava 43 anos de idade. Era operário químico e membro da célula da SIKA.

JOSÉ CARRASCALÃO

Faleceu recentemente José Viegas Carrascalão, quando contava 85 anos de idade. Era reformado e estava organizado em S. Brás de Alportel.

LUÍS ALVES

Faleceu recentemente Luís Concho Alves, que contava 55 anos de idade. Viviu em Champagnole (França), onde se destacou como fundador da Associação dos Emigrantes Portugueses nesta localidade.

MOISÉS HENRIQUES

Faleceu recentemente, com 59 anos de idade, Moisés de Jesus da Silva Henriques, camarada muito activo que estava organizado na Freguesia de S. Jorge de Arroios.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Em defesa do Alqueva

Um grupo de autarcas alentejanos entregou na Assembleia da República uma petição subscrita por 3274 cidadãos a favor da construção da barragem do Alqueva. Para os autores da iniciativa, trata-se de mais uma diligência no sentido de sensibilizar os órgãos de Poder para a necessidade imperiosa de levar por diante este empreendimento múltiplo que consideram fundamental para o futuro do Alentejo.

No documento, entregue na passada semana ao chefe de gabinete do Presidente da Assembleia da República, refere-se que "um pleno aproveitamento das disponibilidades aquíferas do Alentejo implica a realização do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva".

Directamente beneficiados, como salienta o texto entregue no Parlamento, serão 200 mil hectares de solo agrícola, a que importa juntar as vantagens decorrentes, em períodos de seca, da garantia de abastecimento de água aos actuais perímetros inseridos no sistema.

Na perspectiva dos autarcas alentejanos, a barragem permitirá igualmente o abastecimento de água à indústria, sem falar nas possibilidades que abrirá em termos de oferta turística e da criação de mais de 2 500 postos de trabalho.

Invocado pelos diversos agentes locais e regionais é ainda o contributo que o empreendimento poderá ter na inversão do actual processo de despovoamento e desertificação da região.



Europa a duas velocidades

A Assembleia da República aprovou por unanimidade três votos de protesto pela intervenção do eurodeputado social-democrata Klaus Hansh no Parlamento Europeu, no decorrer da qual defendeu a construção da Europa a duas velocidades.

Apresentados pelo PSD, PCP e pelo deputado independente Mário Tomé, os votos consubstanciam o repúdio do Parlamento português perante a intenção expressa na primeira versão do Relatório do deputado alemão (posteriormente retirada na sua versão final, sem que disso se apercebessem em Estrasburgo alguns deputados, designadamente do PSD e PS) em restringir as presidências rotativas da Comunidade aos cinco maiores países e limitar o uso das línguas nacionais nos trabalhos das instituições comunitárias.

Inaceitáveis ù e essas foram razões expressas no seu voto ù são ainda, do ponto de vista da bancada comunista, a natureza federal da União Europeia expressa na resolução aprovada no Parlamento Europeu e a proposta de rápida elaboração de uma "Constituição para a União".

Repúdio pela deportação de palestinianos

Um voto de condenação do governo de Israel pela deportação de 410 palestinianos foi aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, que considera estar-se perante uma clara violação de uma resolução das Nações Unidas e de "direitos fundamentais". Subscrito por deputados do PS, o texto do voto que recolheu o apoio da Câmara chama a atenção para as "desumanas condições a que têm estado sujeitos" os palestinianos deportados para "terra de ninguém", sublinhando que as circunstâncias que rodearam esta decisão do executivo de Itzhac Rabin "têm provocado a justo título a emoção e a condenação da consciência universal".

Num voto de teor idêntico, que acabaria por ser rejeitado, tal como um outro da iniciativa de Mário Tomé, a bancada comunista qualifica a deportação como "uma decisão política imoral de que ficará memória sombria pelo desafio que carrega a convenções internacionais subscritas pelo Estado que as tomou e por princípios morais e éticos que afirma defender".

Para o Grupo Parlamentar do PCP, a decisão de Israel configura ainda "um desafio à ordem jurídica internacional, agravado no caso presente por uma decisão que visa manter, contra as resoluções da ONU, territórios palestinianos ocupados".

Criação de freguesias PSD impõe regras mais restritivas

A Assembleia da República aprovou com os votos do PSD, CDS e PSN, em votação final global, o texto da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente relativo ao projecto de lei da maioria governamental sobre o regime jurídico de criação das freguesias.

Trata-se de um diploma que visa, na generalidade, "e sem razões ou fundamentações objectivas", de acordo com as afirmações produzidas pelo deputado comunista António Murteira, "dificultar a criação de freguesias", com a agravante de a sua aplicação ser retroactiva em relação aos cerca de 20 projectos actualmente pendentes.

Mexer no regime jurídico em vigor, com o

qual tem sido possível avançar no ordenamento do território, constitui por conseguinte na opinião da formação comunista uma medida desprovida de sentido, tanto mais que se trata de uma lei "equilibrada", "não permissiva a excessos" que tem sabido responder "às exigências das populações em matéria de ordenamento a nível das freguesias".

Verberado por António Murteira foi ainda o facto de o processo legislativo conducente à alteração agora aprovada ter sido conduzido à margem da Associação Nacional de Freguesias, a quem não foi formalmente e por escrito pedido qualquer parecer sobre esta matéria.

Um retrato da «política de sucesso»

A deputada comunista Odete Santos classificou como um verdadeiro escândalo a forma como foram distribuídos e geridos os fundos disponibilizados no distrito de Setúbal para a promoção do emprego, formação profissional e modernização do tecido industrial.

Enumerando vários exemplos concretos ao longo da sua intervenção, produzida no período antes da ordem

do dia de uma das sessões plenárias da passada semana, a parlamentar comunista considerou-os em si mesmo um testemunho da falência da autoproclamada política de sucesso de Cavaco Silva.

Em boa verdade, esse prolapado sucesso nunca existiu, ou, melhor dito, nunca passou de uma "miragem", segundo Odete Santos, que lembrou a propósito os mais de 37 500 desempregados na

Península de Setúbal (uma taxa de desemprego que se estima em tripla da nacional), para não falar da evolução acelerada do desemprego em distritos como o Porto e em regiões como o Alentejo onde a taxa de crescimento do mesmo atinge os 20 por cento.

"Desfeita a miragem torna-se visível o depauperamento da estrutura produtiva da nossa economia com os

inevitáveis e graves reflexos para os detentores da força de trabalho", observou a concluir Odete Santos, não sem antes dar a conhecer à Câmara alguns casos elucidativos da má gestão de verbas disponibilizadas para o investimento e a modernização das empresas:

- A Seagate recebeu cerca de 80 mil contos para formação profissional que utilizou na formação de estagiários malaios e tailandeses. Arrecadado o dinheiro, formados os estrangeiros, aí vai ela de armas e bagagens para a Malásia deixando em situação aflitiva 840 trabalhadores e respectivas famílias.

- A Sistel recebeu cerca de 330 mil contos. Mas em vez de criar os 16 postos de trabalho prometidos despediu 80 trabalhadores.

- A Ford Electrónica recebeu nove milhões de contos. Dos 1700 postos de trabalho previstos fica-se apenas pelos 600.

- A Indelma, que pretende suspender temporariamente até 1100 trabalhadores e que em 1992 liquidou 500 empregos, recebeu do SIBR, do IAPMEI, do IEF, qualquer coisa como 925 274 contos sem respeitar o compromisso de criar 355 postos de trabalho.

- A Delco-Remy recebeu três milhões de contos sob a promessa de criação de 551 empregos. Feitas as contas, não ultrapassou os 120 postos de trabalho.

- Na Tronitec, também a promessa de criar 215 empregos, que acaba por se ficar pelos 120, hoje reduzidos a 50, em processo de falência, depois de ter arrecadado 440 mil contos.



A Firestone (na foto), a Viegas e Lopes, a Convex, a Seagate, a Óleos de Santa Catarina compõem um lote de empresas responsável no distrito de Setúbal pelo despedimento de mais de dois mil trabalhadores

Um crime sobre a Ciência

Não obteve acolhimento junto da maioria governamental o pedido do PCP para a não ratificação do decreto-lei que extingue o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Acompanhado pela bancada do CDS - sempre pronta para juntar os seus votos aos do PSD quando em causa estão medidas liberalizadoras tendentes a desresponsabilizar o Estado das suas obrigações -, os deputados do partido do Governo levaram assim por diante, indiferentes a todas as objecções e propostas, uma medida que, no fundo, bem vistas as coisas, como observou o deputado comunista José Calçada, "é perfeitamente coerente" com a sua actuação.

É que, mais uma vez, foram razões meramente economicistas as que leva-

ram o Executivo a tomar esta decisão, à qual não faltou, segundo o deputado comunista, o "pragmatismo que faz corar de inveja as tradicionais capacidades nacionais de desenrascar e de improvisar" e a "coragem típica dos ignorantes".

Inadmissível, do ponto de vista do parlamentar do PCP, foi também a incapaci-

dade revelada pelo Governo para ouvir os outros - no caso a comunidade científica -, facto que o levou a afirmar estarmos perante "um Governo democrático não praticante" que foi capaz de executar "friamente o INIC, sem qualquer julgamento e sem verdadeira audição das testemunhas de defesa".

Personalidade jurídica para o CNJ

Por iniciativa dos grupos parlamentares do PCP e do PS, o plenário da AR discutiu na semana passada a atribuição de personalidade jurídica ao Conselho Nacional de Juventude. A apresentação do projecto de lei do PCP «decorreu de um compromisso assumido pela JCP para com o CNJ, que integra e que ajudou a formar» e teve por objectivo abrir caminho a que, no plano jurídico, seja consagrado o reconhecimento de facto que o CNJ já granjeou em mais de sete anos de existência - afirmou António Filipe.

Do Conselho Nacional de Juventude, que a JSD abandonou em Maio passado, fazem actualmente parte 18 organizações nacionais. As organizações partidárias de juventude baseiam a sua existência na Lei dos Partidos Políticos, na qualidade de estruturas autónomas sem personalidade jurídica, o que constitui um obstáculo à constituição do CNJ como pessoa colectiva.

A «solução desde sempre consensual no âmbito do CNJ» para conferir personalidade jurídica ao Conselho, referiu na apresentação do projecto o jovem deputado comunista, tem-se expressado na reivindicação de «um diploma legal que expressamente lha atribua». António Filipe precisou: «Diploma que, de preferência, fosse uma lei da AR, elaborada com a colaboração do CNJ e contando com o consenso de todos os grupos parlamentares». «De

entre as soluções possíveis, é esta a mais digna para o Estado português e a mais dignificante para o CNJ», defendeu o deputado e dirigente da JCP.

O projecto de lei dos comunistas define o CNJ como pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos - «de acordo, aliás, com a sua origem e natureza, respeitando as suas finalidades e formas orgânicas tal como se encontram definidas nos respectivos estatutos», observou António Filipe - e estabelece direitos e regalias do CNJ face ao Estado, «considerando o seu relevante papel social e a importância que deve ser dada ao apoio ao associativismo juvenil e às suas expressões mais significativas».

Os projectos do PCP e do PS têm «muitas semelhanças e algumas, poucas, divergências, que serão certamente ultrapassáveis», considerou o deputado do PCP, sublinhando que «não serão as diferenças de opinião, neste caso pontuais, entre a JCP e a JS, que inviabilizarão a definição do estatuto jurídico do CNJ, quando os consensos essenciais sobre esta matéria estão de há muito adquiridos».

A julgar pelas afirmações produzidas durante o debate, a maioria laranja não estará disposta a votar favoravelmente esta solução. A votação ficou agendada para o fim da tarde de anteontem.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Caso da "vírgula" Aposta na transparência ou intimidação aos jornalistas?

Apesar da constituição de uma comissão parlamentar de inquérito ao chamado caso da "vírgula", na sequência de uma proposta nesse sentido apresentada pelo PSD, que recebeu o apoio do PS, CDS e PSN (PCP e "Verdes" abstiveram-se e Mário Tomé votou contra) não é de prever que o mistério despoletado pela jornalista Helena Sanches Osório venha a ser deslindado nem que o alegado responsável venha a ser punido.

Isto pela simples razão de que não há matéria de facto susceptível de ser objecto de inquérito, ou

seja, como frisou o deputado João Amaral, dado que "não há suspeitos, não há documentos, não há responsáveis nem funcionários a ouvir, pode dizer-se que não há caso".

Acresce ainda o facto de própria jornalista ter adiantado não possuir qualquer prova - "nunco vou ter provas disso", garantiu -, pelo que qualquer diligência "começa e esgota-se na jornalista Helena Sanches Osório", como observou o deputado João Amaral.

Assim sendo, o que verdadeiramente parece mover com todo este afã o PSD não será tanto a inten-

ção de questionar a falta de transparência ou eventual corrupção de agentes do Estado, mas sim, mais prosaicamente - e esta foi a questão nodal colocada por João Amaral - a acção da imprensa, "dos jornalistas que investigam e denunciaram estes casos de corrupção".

E nem o facto de o PSD, pela voz de Pacheco Pereira, ter afirmado que a sua iniciativa "é para levar a sério" e que se está em presença de uma acusação "presumivelmente fundada" vem alterar esta realidade. Por quê? Pela simples razão de que se a von-

tade genuína do PSD fosse moralizar o Estado, então, não escolheria uma hipótese em que "não há visado, não há provas e não há caso", como referiu o parlamentar comunista.

Aliás, o próprio comportamento da maioria só abona em favor desta tese, isto se nos lembrarmos dos casos - e não foram poucos - em que o PSD impediu a Assembleia da República de investigar indiciados casos de falta de transparência e corrupção, quer através do voto contra a constituição de inquéritos, quer por bloqueio ou manipulação de conclusões.

"Com este inquérito, o PSD não quer defender o Estado dos corruptos em nome da moralidade pública; quer defender o Governo em nome de interesses partidários e corporativos (da classe política) dos que denunciam a corrupção", afirmou peremptório João Amaral, acrescentando que a maioria "quer fazer da jornalista Helena Sanches Osório um caso paradigmático", por ter investigado casos como o do Ministério da Saúde ou as questões do Fundo Social Europeu, por ter denunciado as limitações à liberdade de imprensa a propósito do segredo de Estado.

O que está em causa, pois, na perspectiva da bancada comunista, é a liberdade de imprensa, e por muito que diga o contrário, o que o PSD quer a pretexto deste caso "é a intimidação dos jornalistas; é abrir caminho à revisão da lei de imprensa".

PSD e CDS recusam inquérito às privatizações

Com os votos do PSD, do CDS e de Freitas do Amaral, a Assembleia da República reprovou antontem o pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo PCP visando a apreciação dos critérios de avaliação e processos de privatização das empresas públicas.

Na base desta iniciativa, tomada na sequência da aprovação de um inquérito parlamentar ao chamado caso da "vírgula" - e que assumiu a forma de um repto lançado ao PSD por Octávio Teixeira, líder da bancada comunista -, a existência de múltiplas e legítimas dúvidas no que se refere à adequação entre os princípios estabelecidos na lei e a prática que tem presidido ao processo de privatizações em curso.

Como salienta o texto do pedido apresentado pelo PCP, ninguém ousa hoje, para além do Governo, sustentar que "o processo de privatizações tenha vindo a pautar-se pelo princípio da transparência", sendo mesmo inúmeras as acusações públicas, em diversos órgãos de comunicação social, sobre a sua "opacidade", o "mais que provável entendimento entre os principais investidores nacionais no sentido de delimitar quem fica com quê", o "cambão" em torno das privatizações e a "rendição do Governo à estratégia dos interessados", os "acordos de cavalheiros respeitando a primazia dos antigos donos no regresso às antigas empresas".

Os exemplos concretos a este respeito abundam, do mesmo modo que é incontroverso o facto de em algumas privatizações terem sido ultrapassados os limites legalmente estabelecidos para a aquisição de partes do capital social por entidades estrangeiras, sem que o Governo tenha reposto a legalidade violada.

Invocada pelos parlamentares comunistas é ainda a circunstância - perceptível a partir da simples leitura dos relatórios da Comissão de Acompanhamento das Privatizações publicados no Diário da República - de nenhuma privatização até agora realizada ter sido objecto de uma "referência desenvolvida" como determina a lei, desconhecendo-se se tal facto é imputável à Comissão ou ao Primeiro-Ministro já que "a publicação daqueles relatórios depende da homologação deste".

Governo cala cinismo da Indonésia

Intervindo no ponto antes da ordem do dia da sessão plenária de dia 19, Miguel Urbano Rodrigues criticou severamente a política do Governo português face ao problema de Timor-Leste. «O discurso oficial sobre a terra maubere, barroco e nevoento, prolonga incertezas, estimula ilusões e evita sistematicamente as questões de fundo», afirmou o deputado do PCP, exigindo do executivo laranja «somente o possível e indispensável: que seja coerente e firme na condução do caso de Timor-Leste».

Recordando afirmações do presidente indonésio na cimeira dos países não alinhados, Miguel Urbano Rodrigues protestou por o Governo português não denunciar, «no lugar mais adequado, ou seja, na Assembleia Geral das Nações Unidas», a «contradição frontal entre os princípios proclamados pelo general Suharto em Jacarta e a prática que os nega».

«O Governo português continua a tratar a Indonésia com luvas de seda, evitando arranhar-lhe a sensibilidade», acusou o deputado comunista, para quem, «no momento em que Jacarta se prepara para ser sede de uma conferência internacional

sobre direitos do homem, a passividade do Governo português na denúncia frontal e permanente do cinismo indonésio encoraja a ditadura de Suharto a levar mais longe o seu farisaísmo».

O deputado do PCP lembrou ainda que o executivo de Cavaco Silva não repudiou a actuação da polícia secreta indonésia quando da deslocação de Suharto a Paris, em Novembro, retirando faixas e cartazes das mãos de portugueses que protestavam contra a anexação de Timor-Leste, tal como ignorou o espancamento em França, por esbirros indonésios, de cidadãos portugueses solidários com a causa de Timor-Leste.

«O respeito que merece a luta pela liberdade do povo maubere torna cada vez mais indispensável uma mudança da política timorense do Governo português», concluiu Miguel Urbano Rodrigues, depois de reafirmar que «não basta pedir a Jacarta que respeite os direitos humanos, é indispensável insistir (e o Governo não o faz) no direito dos timorenses à autodeterminação e à independência», e que «é dever do Governo desmascarar a política de cobertura dos EUA à Indonésia».



Em causa, linha de crédito de 150 mil contos

A que título privilegia o Governo a CAP?

A decisão governamental, por despacho recente, de atribuir exclusivamente à Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) a gestão de uma linha de apoio financeiro no montante de 150 mil contos a atribuir a organizações associativas de agricultores para acções de formação profissional está a suscitar fundadas inquietações entre os homens do campo que dela tiveram conhecimento.

Estes apoios, que assumem a forma de empréstimos sem juros, destinam-se, de acordo com o despacho de Dezembro último, a "apoiar as estruturas associativas de agricultores nas despesas de aquisição de equipamento informático, técnico pedagógico e de mobiliário que aquelas entidades afectem à formação profissional por si promovida".

Sabendo-se que as organizações da lavoura que promovem este tipo de acções são diversas, como diversas são as estruturas associativas em que se integram, não se compreende, pois - e aqui é que reside o insólito do despacho - que o Governo tenha optado por favorecer uma confederação, em detrimento das restantes, sem que essa decisão tenha qualquer explicação ou justificação.

A questão não passou despercebida à bancada comunista e foi já objecto de um requerimento assinado por Lino de Carvalho, no qual se indaga o Governo dos critérios que levaram o Ministério do Emprego e da Segurança a designar a CAP como exclusiva estrutura de recepção dos processos de candidatura à linha de apoio criada.

Ao escolher a CAP para assumir este papel de extensão do Estado, o Governo não esconde a sua pretensão de lhe "conceder artificialmente" uma "representatividade que não tem", observa a propósito Lino de Carvalho, antes de se interrogar sobre a eventualidade de, afinal,

a linha de apoio se destinar exclusivamente àquela organização.

Duvidando da possibilidade de ser garantida com total transparência a concessão de apoios nestas circunstâncias - essa foi, de resto, uma das questões colocadas no requerimento por Lino de Carvalho -, a bancada comunista defende por essa razão a revogação do despacho e a sua substituição por outro "conforme ao pluralismo das organizações representativas da lavoura existentes".

PODER LOCAL

As visitas do PSD aos bairros de barracas

Nota do Executivo da DORL

A propósito de uma notícia veiculada em diversos meios de comunicação que deram conta de uma visita de cinco deputados do PSD a bairros de barracas do concelho da Amadora, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP emitiu uma nota com os seguintes comentários:

1. Sabendo-se que a resolução do problema da habitação, designadamente a extinção dos bairros de barracas, é da exclusiva responsabilidade directa e indirecta do Governo e sabendo-se ter sido essa uma das muitas promessas feitas pelo PSD no decorrer da campanha eleitoral para a Assembleia da República à visita dos 5 deputados do PSD deverá ser entendida como um reconhecimento da falência da política do Governo.

2. Recorda-se que, lamentavelmente, os 5 deputados do PSD, que agora parecem tão preocupados com os bairros de barracas existentes na Amadora, não manifestaram igual preocupação na altura da aprovação do Orçamento de Estado

para 1993 e, juntando os seus votos aos dos seus colegas do partido do Governo, aprovaram verbas irrisórias para a habitação social.

3. Se a intenção dos 5 deputados é verificar os efeitos concretos da política do Governo para a habitação, melhor seria iniciarem a visita pelo concelho de Oeiras à de maioria PSD à cuja densidade de barracas é a maior do distrito de Lisboa, como poderão constatar visitando, nomeadamente, o Alto de Santa Catarina, Pedreira dos Húngaros, Alto de Barrinhos, Quinta do Salréu e Alto do Montijo, onde vivem mais de 20 mil pessoas em mais de 4 mil barracas e que, nalguns casos, aguardam realojamento há mais de 20 anos.

4. A cenarização que envolve a visita dos referidos deputados à Amadora, confirma que se trata de mais uma acção inserida na operação de manipulação e demagogia eleitoral do PSD, visando atribuir aos outros as responsabilidades que são exclusivamente suas.

Lisboa, 25 de Janeiro de 1993

CDU reúne em Ourique e Odemira

No passado dia 23 de Janeiro, realizaram-se dois encontros concelhios da CDU, em Ourique e Odemira, de que damos breve nota.

Em Ourique analisou-se o trabalho autárquico no actual mandato e definiram-se objectivos para o período eleitoral que se avizinha.

No balanço sobre o trabalho realizado, os participantes concluíram terem sido ultrapassadas as expectativas e propostas apresentadas ao eleitorado em 1989. Com efeito, confrontando o Programa Eleitoral apresentado às populações em 1989 e o realizado até agora considera-se terem sido ultrapassados os objectivos pretendidos, malgrado as dificuldades, sobretudo financeiros, que as herdadas de gestões anteriores quer as impostas pelo Governo já no actual mandato, nomeadamente os meios financeiros retirados pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais.

O trabalho realizado será assim, na opinião dos presentes, a melhor garantia futura.

No Encontro foi criada uma Comissão Eleitoral que acompanhará a constituição de listas para os diversos órgãos, os programas eleitorais e todos os aspectos referentes ao período pré-eleitoral e eleitoral.

Alguns objectivos eleitorais definidos no Encontro são a vitória, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, por maioria absoluta.

Em Odemira, eleitos da CDU em diversos órgãos autárquicos deste concelho abordaram questões actuais da actividade autárquica e o trabalho preparatório, tendo em vista as eleições autárquicas do final do ano.

Os participantes no Encontro manifestaram o seu descontentamento pela aprovação na Assembleia da República nessa mesma semana de um novo Regime Jurídico de Criação de Freguesias,

com os votos favoráveis do PSD, a abstenção do PS e o voto contra do PCP.

A aprovação deste novo Regime Jurídico vem, na prática, colocar entraves à criação de novas freguesias, particularmente em regiões como é a de Odemira, de fraca densidade populacional.

O aumento mínimo de eleitores de 500 para 800 e outros requisitos, agora aprovado pelo PSD, poderá frustrar as justas expectativas de populações do concelho, «que se movimentam para a criação de novas freguesias».

Sobre a preparação das próximas eleições, apontaram-se, entre outros objectivos eleitorais, a recuperação de órgãos autárquicos perdidos nas últimas eleições autárquicas, nomeadamente as freguesias de Colos e Vila Nova de Milfontes.

Foram ainda dados passos no sentido de se virem a criar Comissões Eleitorais, em cada freguesia, que organizarão o trabalho eleitoral que se avizinha.

Luís Sá em Castelo Branco

Três iniciativas sobre a preparação das eleições autárquicas/93 no Distrito de Castelo Branco contaram com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

No dia 23 houve uma reunião específica do Plenário da DORCB, onde foram apontadas linhas de acção, como: concorrer a todas as Câmaras, A. Municipais e ao maior número possível de freguesias; manter as actuais posições da CDU, reforçar a votação, ganhar novos órgãos e eleger novos mandatos; trabalhar para o maior número de listas formadas até às férias. A DORCB deu muita força à formação de comissões CDU, ao alargamento das listas com democratas sérios e prestigiados.

Às 21 horas, realizou-se um encontro de eleitos e outros activistas da CDU do concelho da Covilhã. O encontro apontou as tarefas a desenvolver no concelho nos próximos meses.

No dia 24, teve lugar outro encontro de eleitos e outros activistas da CDU do concelho de Castelo Branco. Foram aprovados os cabeças-de-lista para a Câmara e para A. Municipal, respectivamente, arquitecto Joaquim Bonifácio (PEV), e Carlos Vale, gerente comercial (PCP).

A manipulação continua

Camarate e as questões da habitação social que envolveu continuam a suscitar interesses e a despoletar paixões. Legítimos uns, não tanto outros.

O artigo assinado por António Costa, dirigente do PS, no «Público» não deixa de surpreender. Pelo maneirismo das suas conclusões e pela afinção com o diapasão da argumentação governativa, como que a confirmar o que Daniel Bessa já evidenciara ao afirmar que o que une o PS ao PSD é muito mais do que o que os separa.

Teria sido mais oportuno que António Costa viesse explicar a razão pela qual os deputados socialistas não aprovaram as várias propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP para que o Orçamento de Estado considerasse verbas para dar resposta aos problemas da habitação em vários concelhos da Região de Lisboa.

Não o fez e é pena. Optou por, ainda que com variações de semântica, afinar pelas posições de Isaltino Morais e do PSD. O que se lamenta! E nem o facto de ser candidato a candidato justifica que deliberadamente baralhe os dados do problema, eluda responsabilidades, desconheça o que legalmente está atribuído às autarquias e ao governo. A gestão de um município exige credibilidade e responsabilidade que se não compadecem com o uso de uma situação tão dramática como a de Camarate para se atingirem objectivos políticos.

É inquestionável que a responsabilidade da habitação social é do governo. À acumulação das mazelas sociais que correspondem à dramática dimensão da carência habitacional que se vive no país o governo responde com uma chocante indiferença traduzida na ausência de investimentos de que é exemplo o último Orçamento de Estado.

Só de má-fé é possível admitir que as autarquias, depauperadas por sucessivos roubos das suas receitas e encargos transferidos, se encontram em condições de dar resposta ao problema.

Só na Margem Norte da Área Metropolitana existem dezenas de milhar de barracas, com particular incidência em Lisboa (15 mil), Oeiras (4 mil), Loures (2 mil) e Amadora (2 mil), para além de um número também muito significativo de famílias vivendo em situações de iminente despejo.

Os acontecimentos de Camarate são apenas uma expressão de um drama infelizmente bem mais vasto que diariamente atinge milhares de famílias a exigir uma resposta compatível com a gravidade do problema.

O caso do Lar Panorâmico pode repetir-se a todo o momento em qualquer concelho da Região sem olhar à cor da maioria que o gere. Pela simples razão de que o problema existe.

Não pode pois deixar de chocar, por um lado, a indiferença com que quem tem a responsabilidade - o Governo - agiu; e, por outro, o aproveitamento, este sim político, partidário e eleitoralista, que alguns - desde ex-comunistas ao PSD, passando pelo PS - fizeram para manipular sentimentos legítimos de solidariedade e preocupação que o caso de Camarate suscitou na opinião pública.

Ninguém pode ficar indiferente ao problema nem isentar-se de dar o contributo para intervir no domínio da habitação. Sem que isso sirva para eludir responsabilidades, passar culpas e ilibar o governo do PSD, que pela natureza da sua política económica e social contribui diariamente para agravar desequilíbrios e gerar novos focos de pobreza e tensão social.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

Janeiro - Fevereiro 1993 • Nº 202 • Preço 170\$00 (IVA incluído)



ESPECIAL
CONGRESSO

- Intervenções
- Artigos
- Depoimentos

Entrevista com
CARLOS CARVALHAS

O Poder Local na promoção da cidadania feminina

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) realiza no próximo domingo, no Convento dos Capuchos em Almada, o IV Encontro do MDM subordinado ao tema «O Poder Local na promoção da cidadania feminina» e ainda «1993 - uma oportunidade para eleger mais mulheres para as autarquias».

Este encontro dirige-se às mulheres do MDM e a eleitas ou eleitos no Poder Local do distrito de Lisboa e Setúbal, para um debate, troca de experiências e alargamento da cooperação do MDM com as autarquias.

«A participação feminina no Poder Local e o contributo das autarquias (na sua esfera de intervenção) na promoção da qualidade de vida das mulheres tem constituído uma vertente importante da acção do MDM, com expressão em vários encontros e iniciativas junto do Poder Local», afirma-se num comunicado que anuncia este Encontro.

Mulheres preocupadas com Minas da Panasqueira

O núcleo da Covilhã do MDM manifestou-se preocupado pelo anunciado despedimento colectivo de 190 trabalhadores e a rescisão de contrato com mais 150 nas Minas da Panasqueira, chamando, em comunicado, a atenção «para as alarmantes consequências socioeconómicas que as famílias do Couto Mineiro irão sofrer», reclamando a intervenção urgente do Poder Político. Assinalando a participação das mulheres na jornada de luta da Função Pública no passado dia 15 e apelando à continuação da luta, o MDM da Covilhã anunciou igualmente o seu plano de actividades e iniciativas para os primeiros seis meses deste ano, de onde se destaca a comemoração do Dia Internacional da Mulher, a realização de uma campanha de solidariedade com o povo moçambicano e a realização de um debate-convívio sobre a problemática da participação cívica das mulheres.

Aulas, só de cobertor...

Nos pavilhões prefabricados da Escola Secundária «Frei Heitor Pinto», na Covilhã, os alunos estão sem aquecimento porque o sistema eléctrico não suporta a carga de um radiador. Para resistir ao frio, intenso nesta época do ano, alguns alunos já levam cobertores para as aulas e os restantes têm de estar com luvas, casacos e sobretudo vestidos. Os três pavilhões em causa foram construídos há nove anos, com carácter provisório...

Pescadores de Mértola querem indemnizações

Os pescadores artesanais do concelho de Mértola manifestaram a semana passada a sua pretensão de «serem indemnizados e encaminhados para outros sectores laborais, como solução única para o continuado estado de poluição das águas do Guadiana». Esta pretensão está contida num documento que representantes de 40 pescadores do concelho, acompanhados por membros do executivo camarário, entregaram a semana passada ao Governador Civil de Beja.

Para analisar a questão, os pescadores sugerem ao Secretário de Estado dos Recursos Naturais que visite a zona e vão solicitar uma reunião com autarcas espanhóis, já que 40 por cento da poluição do Guadiana é proveniente de Espanha.

ALDA com produtores de carne

Representantes da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) reuniram o fim-de-semana passado com centenas de agricultores/produtores de carne em Angeja, São João de Ovar e Sever do Vouga. A ALDA pretendia saber a opinião dos produtores quanto à criação das empresas PEC.LUSA e à situação dos matadouros, chegando à conclusão que os agricultores reclamam que a parte dos 40 por cento de acções destinadas à lavoura sejam distribuídas gratuitamente pelas organizações da lavoura, autarquias e organizações de comerciantes de carnes. A ALDA pediu audiências às Câmaras de Aveiro e Vale de Cambra para transmitir as preocupações dos produtores de carne, resultantes da actual situação dos respectivos matadouros.

NACIONAL

Água é vida Milhares pedem no Parlamento decisão sobre Alqueva

«Água é vida! Para o Alentejo a água transformará extensas áreas de sequeiro em áreas verdes». A afirmação faz parte do texto da petição à Assembleia da República entregue a semana passada aos deputados onde se requer «a realização de um debate em Plenário e a adopção de medidas que garantam a viabilização da construção do empreendimento» do Alqueva.

A petição, que recolheu milhares de assinaturas, foi apresentada aos jornalistas por três presidentes de Câmara do Alentejo: Carreira Marques, de Beja; João Bartolomeu, de Aviz, e João Proença, de Borba, sendo, segundo a nota distribuída à comunicação social, «mais uma das muitas iniciativas que, ao longo das últimas décadas, têm surgido para que o Plano de Rega e a sua obra de cúpula - Barragem do Alqueva - tenham concretização».

Na petição entregue no Parlamento recorda que o Alqueva «beneficiará cerca de 200 mil hectares de solo agrícola

garantindo, simultaneamente, nos períodos de seca, água necessária aos actuais perímetros inseridos no sistema, bem como às áreas de incidência do empreendimento».

Por outro lado, o Alqueva «terá uma capacidade de produção energética própria, em ano médio, de cerca de 1800 GWh», «garantirá a solução definitiva para o abastecimento de água às populações», «contribuirá para o abastecimento de água à indústria», «promoverá o desenvolvimento turístico» e ainda poderá criar mais de dois mil e 500 postos de trabalho».

A petição afirma ainda que o Alqueva «contribuirá para pôr termo ao processo de despovoamento e desertificação da região» e «terá, em suma, efeitos multiplicadores não possíveis de contabilizar em todo o desenvolvimento da região».

No encontro com os jornalistas, os presidentes de Câmara alentejanos recordaram as múltiplas iniciativas tomadas por diversas entida-



A petição ao Parlamento sobre o Alqueva foi apresentada aos jornalistas por autarcas alentejanos, vendendo-se em uso da palavra na foto o presidente da Câmara Municipal de Beja, Carreira Marques e, à sua direita, o presidente da Câmara de Aviz, João Bartolomeu e o presidente da Câmara de Borba, João Proença

des da região - autarquias, associações socioeconómicas, associações de municípios ou até estabelecimentos de ensino - no sentido de ganhar a vontade política de quem tem a responsabilidade de uma decisão final que viabilize o projecto. O desta que foi dado para a convocação, em Junho de 1992, de um Congresso Extraordinário Sobre o Alentejo com um ponto único na ordem de trabalhos: «A água

como factor de desenvolvimento». As conclusões aprovadas no conclave de Beja evidenciam a necessidade urgente do prosseguimento da obra que, no futuro, evitará muitos dos problemas que uma situação de seca prolongada trouxe a esta região», como refere a nota distribuída à imprensa.

Recordado foi também o facto de diversas delegações alentejanas terem nos últimos meses apresentado em diversas instâncias comunitárias as razões para a Comunidade dar um parecer favorável à concretização do Alqueva: «este parecer foi conseguido. Agora tudo depende de uma decisão nacional. É por isso que os promotores da petição aqui se apresentam hoje esperançados de que, finalmente, seja dada luz verde a um empreendimento que, sendo localizado, tem implicações no todo nacional».

E os autarcas alentejanos concluem: «é o Alentejo que o reivindica mas a economia portuguesa dela virá a tirar benefícios consideráveis».

Estamparia de Lavadores paga salários em atraso

Depois de três dias de greve, cumpridos com 99 por cento de adesões, nos dias 5, 6 e 7 deste mês, os trabalhadores da Estamparia de Lavadores, em Vila Nova de Gaia, viram a administração da empresa abrir os cordões à bolsa e efectuar o pagamento de parte dos salários em atraso.

Como afirma a comissão concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP, a greve demonstrou que não eram dificuldades que obstavam ao pagamento das remunerações, mas

sim um inqualificável posicionamento da administração.

A propósito desta situação, o PCP apresentou um requerimento na Assembleia da República para que o Ministério do Emprego e Segurança Social divulgue os elementos que possui sobre a situação de pagamentos em atraso aos trabalhadores e pergunta «qual o papel desempenhado ou a desempenhar pela Inspeção Geral do Trabalho na ultrapassagem desta situação».

Universidade Metade dos estudantes pede isenção de propinas

Mais de metade dos estudantes universitários do nosso país decidiram, após o decretado aumento do valor de propinas, requerer isenção ou redução no seu pagamento, ao abrigo da nova e polémica lei emanada do gabinete do ministro Couto dos Santos, como confirmam as primeiras contabilizações realizadas após ter expirado o prazo de entrega de requerimentos, no passado dia 15 de Janeiro.

Assim, e segundo números divulgados pela agência LUSA, recolhidos em secretarias de diversas faculdades, cerca de sessenta por cento dos alunos matriculados nas universidades de Lisboa, Coimbra e Minho considerou estar abrangido pelos regimes de isenção ou redução de propinas, invocando o que está na Lei para os alunos de menores rendimentos familiares.

Na Universidade do Porto os valores serão ligeiramente inferiores, mas acima dos cinquenta por cento. No entanto em faculdades como a de Engenharia os pedidos de redução ou isenção

de propinas rondarão os 90 por cento e em Medicina cerca de 60 por cento.

Estes números contrastam violentamente com o que os serviços sociais das universidades registaram o ano passado, quando o anterior regime de propinas ainda estava em vigor, no que diz respeito a pedidos de isenção de propinas. Na altura, cerca de dez por cento dos alunos tinham formulado esse pedido ou haviam solicitado a concessão de bolsas de estudo, o que igualmente implicava a entrada num regime de isenção de propinas.

Os serviços sociais universitários de Lisboa, no ano passado, registaram 1740 candidaturas a benefícios sociais, sendo contemplados 1105 alunos com bolsa e mais 122 apenas com isenção de propinas.

Este ano o número de pedidos de isenção de propinas ronda, em Lisboa, 9000 alunos e cerca de 2300 estudantes candidataram-se a bolsas de estudo, cuja concessão, como se disse, implica automaticamente a isenção de propinas.

CDU saúda agricultores de Pombal

A CDU-Coligação Democrática Unitária de Pombal entendeu dever expressar, através de um comunicado, «o seu apoio» e saudar «com amizade» a União dos Agricultores local «que soube passar das lamentações à luta reivindicativa por medidas concretas», numa referência à manifestação-desfile realizada a semana passada em Pombal, que o «Avante!» noticiou, na sequência da luta dos agricultores de Leiria que já tinham realizado iniciativas idênticas em Óbidos e Batalha.

«Usando a liberdade conquistada é possível e necessário, através de lutas democráticas, desmascarar o Governo do PSD e aqueles que lhe fazem o jogo com falsas oposições tanto à direi-

ta como à esquerda», afirma a CDU de Pombal no comunicado datado do passado dia 20.

«Muitos recordam-se que o CDS, o PSD e também o PS acusaram injustamente o PCP de querer a miséria nos campos e acusavam-nos também falsamente de querer tirar a terra aos agricultores. Hoje vê-se bem que mentiram, enganaram e manipularam para enfraquecer a CDU, ganharam eles as eleições e através de uma política governamental de direita arruinaram as explorações agrícolas familiares e colocaram as terras hipotecadas nas mãos da banca deles», refere, a dado passo, o comunicado.

INTERNACIONAL

Angola

Milhares de mortos nas últimas semanas

Prossegue a escalada de guerra em Angola, com os violentos combates que há quase três semanas têm marcado a vida do país e já causaram vários milhares de mortos.

Em Luanda afirma-se que a Unita está a concentrar tropas na região do Caxito (cerca de 60 quilómetros a norte da capital) com o objectivo de atacar a capital angolana. Caxito foi uma das primeiras zonas a ser ocupada pelas forças da Unita por ocasião dos confrontos de 31 de Outubro e de 1 de Novembro.



O recomeço da guerra agrava ainda o problema dos refugiados

Os alertas em relação a este possível ataque repetem-se, quer por parte da rádio, quer das autoridades angolanas.

O ministro do Interior, André Pitra Patroff, afirmou a semana passada, em conferência de imprensa, possuir informações segundo as quais a Unita pretende infiltrar comandos em Luanda para desencadear em breve uma série de atentados selectivos.

Entretanto, na província do Zaire, segundo notícias da Rádio Nacional Angola-

na, tropas zaienses e mercenários brancos estariam a preparar tropas da Unita para lançarem um ataque sobre Cabinda.

No Soyo, mantém-se a ameaça da Unita de bombardear as plataformas petrolíferas. Esta região é um dos maiores centros de extracção de petróleo de Angola, sendo que a economia angolana assenta hoje essencialmente na venda de crude a vários países, nomeadamente os Estados Unidos da América e

Portugal. Neste quadro de guerra, mantém-se ainda a perspectiva de um encontro entre delegações do MPLA e da Unita, em que deverão também participar representantes dos três países observadores do processo de paz (Portugal, Rússia e Estados Unidos) e uma representação das Nações Unidas.

Para a realização deste encontro, patrocinado pelas Nações Unidas, será necessário que o MPLA e a Unita cheguem a um acordo sobre

a data do encontro e a agenda de trabalhos.

Neste momento, a tendência, por parte das Nações Unidas, parece ser a de um certo afastamento.

Em vésperas da reunião do Conselho de Segurança sobre o prolongamento do mandato da UNAVEM, o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Gali, recomendou a redução «ao mínimo» da presença da ONU em Angola, e a retirada completa daquele país se não houver progressos até ao dia 1 de Abril.

Os membros da UNAVEM têm entretanto estado a retirar-se de vários dos seus pontos de observação espalhados por Angola devido ao clima de insegurança que se vive desde o reinício dos combates.

Nota do PCP

1. A captura e manutenção em cativeiro de 14 cidadãos portugueses pela UNITA, na cidade de Soyo, em Angola, não pode deixar de causar uma grande preocupação e de suscitar uma firme repulsa.

2. Com efeito, a captura de cooperantes portugueses por parte da UNITA só se pode explicar pelo repugnante propósito de considerar como alvos militares todos os cidadãos portugueses que trabalham em Angola e de os utilizar para processos de chantagem sobre o Governo de Angola e sobre Portugal.

3. O PCP salienta que a defesa da liberdade, da segurança e da vida dos portugueses que trabalham em Angola deve constituir um ponto fundamental e não postergável nas acções e tomadas de posição dos órgãos de soberania sobre a questão angolana.

4. Neste sentido, o PCP considera inteiramente necessário que os órgãos de soberania nacionais, e designadamente o Governo, se empenhem activamente na exigência da imediata libertação dos cidadãos portugueses capturados e aprisionados pela UNITA, não hesitando, se necessário, em recorrer legitimamente aos meios de pressão política sobre a UNITA que estiverem ao seu alcance.

21.1.93

O Gabinete de Imprensa do PCP

Parlamento Europeu debate situação em Angola

«A situação em Angola» foi tema de debate no Parlamento Europeu, no passado dia 21 de Janeiro, no quadro das questões actuais e urgentes.

Aqui reproduzimos a intervenção do deputado Rogério Brito, do PCP, que sublinha as responsabilidades da Unita na situação de guerra que de novo se vive no país.

Sr. Presidente,

Quais os objectivos da proposta de resolução sobre Angola, apresentada pelos Grupos Socialistas, PPE e Liberal?

Pretendem revelar a sua constatação do facto de as eleições terem sido reconhecidas pela comunidade internacional como livres e democráticas, mas de apesar disto «uma das partes», é este o termo utilizado na proposta de resolução; não ter acatado os resultados e as suas consequências?

Mas, e perdoem-me o aparente desconhecimento, qual é a parte? Ela não tem rosto? Não tem identificação?

Pretendem manifestar a sua consternação com o reacender dos combates e o recrudescimento da violência?

Mas quem começou, desenvolveu e reimplantou o estado de violência? Quem, não acatando os resultados eleitorais, começou a ocupar militarmente pontos estratégicos em torno de Luanda? Quem tentou ocupar aeroportos, bases militares do Estado angolano? Quem tentou sobrepor o seu poder partidário ao poder legal? Não foi a Unita?!

Pretendem expressar a sua consternação pelas notícias de privação de liberdades e encarceramento de civis, pelos rumores de maus tratos e violações de mulheres? Estes são rumores, mas a violência e o arbítrio têm por certo lugar numa situação como esta.

Mas não se pode ignorar e ficar indiferente a uma guerra fratricida, que ignora que o estado de guerra, na sua bestialidade, vitima inocentes, espalha o horror e o sofrimento, esbate os sentimentos humanos na crueza do combate?

E por que voltou um povo sedento de paz e de progresso ao cenário da guerra? Quem ocupou militarmente, por todo o país, cidades, vilas e áreas militar e logisticamente estratégicas? Quem nesta acção belicista se mostrou indiferente aos acordos, ao direito, aos apelos das Nações

Unidas e da Comunidade Internacional? Quem se manteve, semanas consecutivas, enquanto ocupava o território, na impunidade face à paralisação do governo angolano e a incapacidade de alterar o rumo dos acontecimentos por parte das Nações Unidas?

Quem fez tudo isto não tem rosto? Não tem identificação? Tem e chama-se Unita.

Têm os senhores deputados conhecimento do estado em que ficaram as cidades e vilas ocupadas pela Unita? Têm conhecimento da destruição premeditada, fria, calculista, de hospitais, escolas, estabelecimentos públicos, meios de comunicação. Sabem que na maioria destes sítios os registos de identificação dos cidadãos foram simplesmente destruídos?

Sabem quem prendeu e assassinou cidadãos estrangeiros incluindo do meu país e oficiais das forças das Nações Unidas?

Foi a Unita.

Quem foram e são as maiores vítimas de todo este belicismo? Não é a população civil?! Como estranhar que nestas condições também ela pegue em armas para se defender?

Sr. Presidente,

Enfrentar e assumir a verdade factual, sem com isso marginalizar antes engajando todas as partes, encarar de uma forma isenta o drama e os protagonistas da história de um povo que se consome na luta e na dor e apoiar na base da verdade, do direito e da solidariedade todos os esforços de paz e reconstrução é uma exigência.

E quando digo tudo isto, estou falando também da credibilidade dos sentimentos humanistas e democráticos dos parlamentares europeus. Estou falando da credibilidade deste Parlamento. Estou apelando a que se não se fechem os caminhos de paz e de progresso do povo angolano. De todo o povo angolano.

Moçambique

Não haverá eleições sem desarmamento

O processo eleitoral em Moçambique não será realizado antes do «completo desarmamento das tropas» governamentais e da Renamo, decidiu sexta-feira passada, em Maputo, a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) da paz em Moçambique, presidida pela ONU.

A Comissão decidiu ainda que o reconhecimento e aprovisionamento logístico dos 49 locais de futuro acantonamento de tropas a desmobilizar deverão estar concluídos dentro de 30 dias.

Os 49 centros de acantonamento vão funcionar temporariamente como locais onde os dois exércitos deverão depositar as suas armas, registo de homens e receber identificação civil até serem desmobilizados para posterior encaminhamento às respectivas áreas de origem.

Nos termos do acordo geral de paz assinado em Roma, em 4 de Outubro de 1992, ambas as tropas deverão entregar os respectivos arsenais bélicos às Nações Unidas nestes pontos de acantonamento (29 para o governo e 20 para a Renamo), metade dos quais estão localizados nas províncias do Sul (Maputo, Gaza, Inhambane e Zambézia) e os restantes nos centrais e norte.

Entretanto, no plano económico, ou simplesmente de sobrevivência das populações, a situação é grave. Na opinião da porta-voz regional do Programa Alimentar Mundial (PAM), Mercedes Sayagues, «ninguém sabe qual é a situação em muitas áreas remotas do país, quantas pessoas morreram ou estão ainda a morrer à fome».

No que se refere à economia do país, fortemente dependente de importações e de recursos financeiros externos, está a travessar desde 1990 uma «preocupante estagnação», afirma um relatório do Banco de

Moçambique, nestes dias divulgado em Maputo.

Segundo o documento, a economia do país revela tendências recessivas apesar de o Programa de reabilitação económica (PRE), lançada pelo governo em 1987, ter possibilitado melhorias nos últimos anos.

Com efeito, de acordo com o Banco de Moçambique, a aplicação do PRE possibilitou, a par da contenção da inflação, um crescimento económico médio de 5 por cento entre 1987 e 1989, mas nos anos seguintes a situação alterou-se profundamente, não obstante um relativo controlo sobre o crescimento de preços.

A natureza e a intensidade das medias que inicialmente o governo e o Banco Central se propunham implementar assentavam numa «perspectiva bastante optimista» de financiamento externo da economia, como incremento do crédito com recursos internos, o que não foi conseguido.

Em termos globais, o objectivo inicial do governo era o de alcançar um incremento real do produto interno bruto (PIB) de 3 por cento, ou seja, acima da taxa média anual de crescimento da população (2,6 por cento), diz o relatório do BM.

Dados estatísticos disponíveis sobre a evolução da economia moçambicana nos primeiros seis meses de 1992 mostram claramente, segundo o Banco de Moçambique, que no semestre em referência se agravou o hiato entre a procura e a oferta agregadas, através de uma expansão substancialmente maior da procura global.

Sem perder de vista os efeitos cumulativos do factor guerra, o nível de recursos externos para suportar as importações revelou-se baixo em Junho o que, acrescido do impacto da seca, teve graves implicações na produção e na oferta agregada.

INTERNACIONAL

Alemanha

Mais de um milhão de pessoas manifestaram-se em todo o Estado de Bade-Wurtemberg (sudoeste da Alemanha) em protesto contra a violência xenófoba que deflagrou no país nos últimos meses.

A jornada de luta, convocada pelo Parlamento regional, traduziu-se em iniciativas como a realização de cordões humanos e o cumprimento de um minuto de silêncio nas empresas.

Nas duas margens do Reno, os manifestantes acenderam um cordão luminoso entre Manheim e Ludwigshafen.

Todas as organizações políticas, à excepção do partido de extrema direita dos Republicanos, subscreveram a convocatória para a jornada de luta.

Os sindicatos, organizações patronais e outras associações apadrinharam igualmente a jornada de luta.

Mandela

O novo secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, recebeu o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, e o reverendo Jesse Jackson.

Christopher declarou que Mandela foi o primeiro dignitário estrangeiro recebido no departamento de Estado porque representou um «símbolo de esperança para o mundo durante anos».

Mandela, que assistiu à investidura do novo presidente norte-americano, manteve em Washington uma «breve conversa» com Bill Clinton.

Numa conferência de imprensa, um dia antes da tomada de posse de Clinton, Mandela pediu a ajuda do novo governo norte-americano para «acelerar o processo de transição» para uma democracia não-racial na África do Sul.

Minas

Uma Comissão parlamentar criticou o governo britânico pelo seu programa de encerramento de 31 minas de carvão do país, exigindo uma «consulta completa» sobre as consequências para 100 mil empregos directa ou indirectamente ameaçados.

O relatório, elaborado por uma Comissão onde os deputados conservadores são maioritários, é a segunda opinião negativa dada à política energética do governo.

Em Dezembro, a Justiça tinha declarado «ilegal e irracional» o encerramento das 31 minas.

A Comissão condenou igualmente a British Coal por não ter aceitado a participação do ministro do Emprego no processo de decisão sobre o encerramento das minas.

Sublinhando a «extrema dificuldade» para os 30 mil mineiros ameaçados pela necessidade de encontrar um novo emprego e as consequências «catastróficas» para as comunidades mineiras, a Comissão conclui que «nenhuma mina deveria ser encerrada antes de uma consulta completa e de terem sido esgotados os esforços possíveis» para garantir o futuro dos mineiros desempregados.

Interacção

Antigos chefes de governo e actuais responsáveis solicitaram o cancelamento condicional da dívida externa a países africanos e enfatizaram a necessidade de uma imprensa livre e que exponha a corrupção «galopante» no continente.

O Conselho de Interação Internacional iniciou um encontro de três dias no salão nacional da Cidade do Cabo, o primeiro realizado em África, presidido pelo antigo primeiro-ministro britânico, Lord James Callaghan.

A agenda dos participantes, mandatados para discutir problemas como o declínio económico da África, pobreza, analfabetismo, tensões étnicas e recomendar medidas viáveis de progresso nestes quadros, incluiu diversas intervenções onde os oradores enfatizaram a necessidade de estabilidade e segurança nos estados africanos.

Reestruturação económica para contrariar a dependência no estado, promoção do crescimento económico real e, segundo um dos intervenientes, secundado por outros oradores, a suspensão condicional da dívida externa do continente foram pontos de convergência na primeira jornada de trabalhos.

Liberdade de imprensa como melhor forma de contrariar a escalada de corrupção, necessidade urgente de melhoria da educação básica, secundária e terciária em África e alarme quanto à incidência da SIDA, com projecções de seis milhões de casos no ano 2000, foram igualmente pontos em destaque.

Moçambique

A cólera matou 157 pessoas, nos últimos quatro meses, na província de Tete, Noroeste de Moçambique, disse fonte sanitária local.

A fonte da direcção provincial de Saúde de Tete referiu que a situação é «preocupante», porque o número de casos positivos aumenta diariamente e o número de óbitos sobe consideravelmente em quase todas as regiões afectadas pelo surto.

As condições precárias de saneamento nas zonas residenciais e a falta de meios para combater a doença são as causas apontadas pelo Ministério da Saúde de Moçambique para justificar o alastramento do surto de cólera no país.

Bósnia

Conversações e confrontos

As negociações de paz sobre o futuro da Bósnia começaram dia 25 em Genebra, apesar do prosseguimento dos confrontos no sul da Croácia.

«Estão a decorrer discussões sérias sobre a divisão das futuras províncias bósnias, bem como sobre o estabelecimento de corredores de passagem internacional garantidos», afirmou o porta-voz da conferência, Fred Ecpkard, salientando que «os progressos são lentos mas reais».

Lord Owen manifesta também uma posição de relativo optimismo, comentando à BBC — «Estamos a fazer progressos, estranhamente, apesar do incidente croata... por isso há um bocadinho mais de esperança do que aquele que se deveria ter nas actuais circunstâncias».

A nova ronda de conversações destina-se a discutir sobretudo a delimitação das dez províncias da Bósnia-Herzegovina, de acordo com o plano de paz apresentado pelos co-presidentes da conferência.

A divisão em dez províncias, proposta por Vance e Owen, mereceu até à data apenas o acordo formal dos croatas, continuando sérvios e muçulmanos insatisfeitos com os limites fronteiriços constantes do plano de Genebra.

Em curso neste momento discussões detalhadas, que incidem nomeadamente sobre a viabilidade económica e distribuição étnica das províncias no seu traçado.

Nesta delimitação das dez províncias propostas pelos mediadores internacionais, as opiniões divergem. Os sérvios reclamam um corredor através de uma das futuras províncias croatas, para ligar as regiões de Banja Luka (Bósnia) e Krajina (Croácia). O governo bósnio quer aumentar as áreas dominadas por muçulmanos, de modo a ter acesso aos rios Drina e Sava, nas regiões nordeste e sudeste da Bósnia.

Nas suas linhas gerais, o plano prevê a formação de um Estado bósnio descentralizado, dividido em províncias delimitadas por critérios



Sarajevo na expectativa. Uma pausa num quotidiano de guerra

étnicos, históricos e económicos.

Entretanto, à margem de Genebra, e tentando impor no terreno novas realidades, a guerra prossegue. O exército croata lançou sexta-feira passada uma ofensiva contra posições sérvias na zona sul, nomeadamente contra a ponte estratégica de Maslenica, o aeroporto de Zadar-Zemunik e a central hidroeléctrica de Peruca.

Como resposta à situação criada, o Conselho Supremo de Defesa da Jugoslávia ordenou «o reforço da pre-

paração para o combate» de algumas unidades do exército jugoslavo.

Prenúncios de nova escalada na guerra?

Segunda-feira, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou os ataques do exército croata contra os sérvios em zonas protegidas por «capacetes azuis» e exigiu o fim das hostilidades.

Numa resolução aprovada por unanimidade, os 15 membros do Conselho de Segurança pediram à Croácia para colocar as suas forças militares nas posições anteriores aos ataques.

Palestina

Uma realidade contraditória

Despenalização dos contactos com a OLP, o arrastar da situação dos deportados palestinianos na terra do ninguém, repressão na faixa de Gaza — a situação dos palestinianos mantém-se num impasse, num quadro contraditório em que o processo de paz não avança, mas simultaneamente Telaviv reconhece que uma mudança é incontornável.

Uma delegação de responsáveis palestinianos e um grupo de personalidades israelitas deverão ter um primeiro encontro no Cairo, segundo o jornal «Al-Ahram Al-Misal». Um encontro centrado no debate do processo de paz israelo-árabe, e que inaugura uma série de contactos, entre personalidades israelitas e dirigentes da OLP, no Cairo e em Tunes.

Imediatamente após a revogação da lei que proibia os contactos com a OLP, Yasser Arafat, e o pacifista israelita Abie Bathan, exprimiam em Tunes o desejo de se iniciar um diálogo entre a OLP e o governo israelita, e o dirigente palestiniano sublinhava que a anulação da lei constitui «um passo que deve ser seguido pelo reconhecimento e abertura de um diálogo com a OLP, representante legítimo do povo palestiniano».

Nathan, detido duas vezes ao abrigo desta lei por se ter encontrado com Arafat, considerou a decisão do Parlamento «um grande passo em frente» e defendeu a necessidade de uma maior abertura «para o estabelecimento de um diálogo directo» entre Telaviv e a OLP.

Facto inédito — no passado dia 21 a televisão israelita interrompida os seus programas para passar uma mensagem do líder da OLP «ao povo e ao governo de Israel».

Nessa mensagem, que foi transmitida por Nathan, no final do seu encontro em Tunes com Arafat, este último apela ao governo israelita para «reparar o erro» da expulsão dos mais de 400 palestinianos deportados.

Apela igualmente ao primeiro-ministro israelita Ytzhak Rabin a «um encontro de bravos para fazer uma paz de bravos». Sublinhou «a necessidade de fazer gestos, de uma e outra parte, para instaurar uma paz verdadeira e sólida sobre esta terra que conheceu tanto sofrimento».

A revogação da «lei antiterrorista» de 1986, proibindo os contactos entre os israelitas e a OLP «oferece uma nova ocasião para a paz», no Médio Oriente, indicou Bassam Abu Sharif, conselheiro político do líder da OLP, numa primeira reacção à decisão do Knesset (parlamento), sublinhando igualmente que esta «abre largas perspectivas para um diálogo sério entre palestinianos e israelitas e rectifica um erro feito pelo antigo primeiro-ministro israelita Ytzhak Shamir».

Um diálogo que parece ser desejado por amplos sectores da população israelita.

Segundo uma sondagem recente, mais de 40 por cento dos 120 deputados israelitas são favoráveis às negociações com a organização palestiniana. Uma sondagem publicada pelo principal diário israelita, «Yediot Ajronot», revela que quase um judeu israelita em cada dois é favorável à participação directa da OLP nas negociações de paz israelo-árabes.

Entretanto, o governo israelita continua a recusar conversações directas com a OLP. Em nota do gabinete do primeiro-ministro, afir-

ma-se que «as negociações serão conduzidas apenas com a delegação palestiniana às conversações de paz e a OLP em Tunes não é uma parte nas negociações».

Como pano de fundo desta realidade — e condicionando o próprio retomar de conversações de paz — a situação, que se arrasta, dos palestinianos deportados.

As expectativas concentran-se, de momento, na decisão do Supremo Tribunal de Israel, que deverá pronunciar-se sobre a legalidade das expulsões.

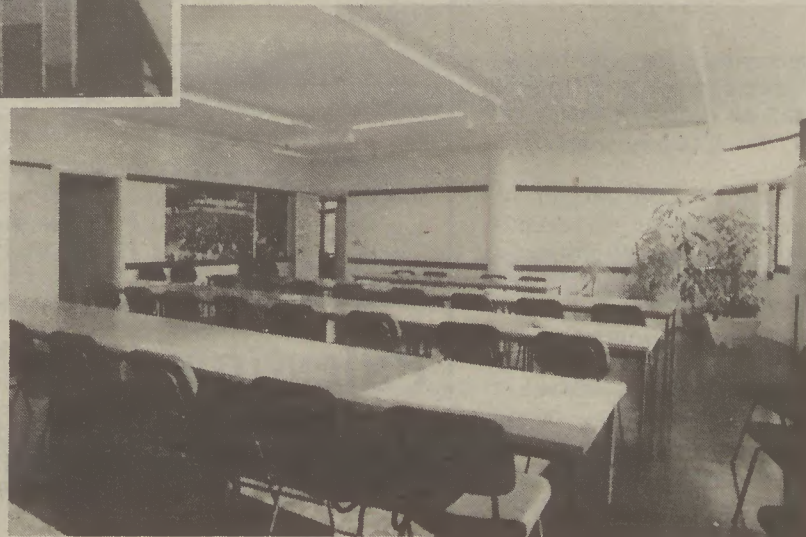
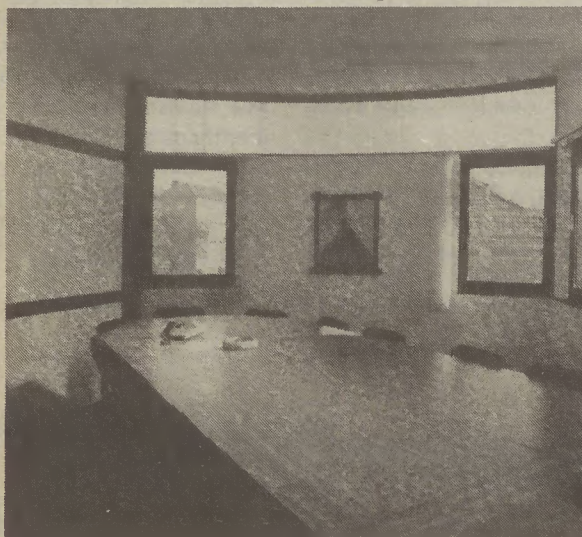
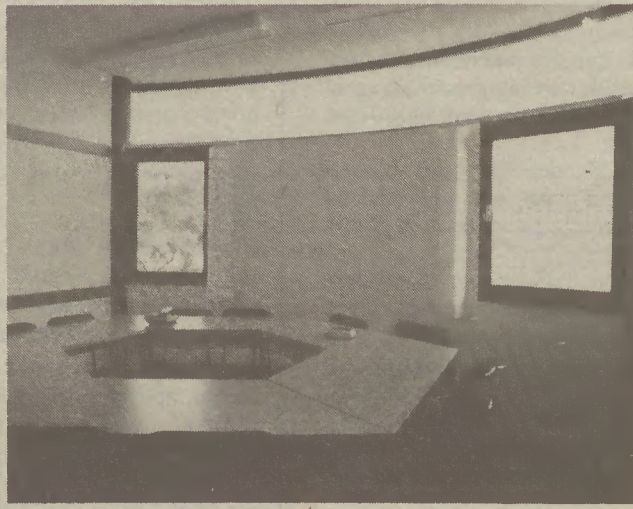
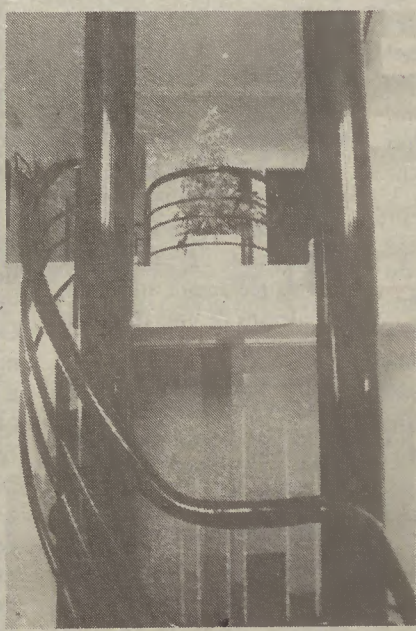
Segundo o jornal israelita «Haaretz» (independente), vários ministros do gabinete de Rabin exprimiram a esperança de que o Supremo Tribunal anule as expulsões, o que criaria uma situação política mais propícia ao processo de paz.

O principal advogado dos palestinianos expulsos para o Líbano, Avigdor Feldman, contestou a legalidade destas deportações, sublinhando que «a segurança do Estado não pode servir de pretexto para alterar o sentido da lei. O Supremo Tribunal, que é o guardião dos direitos do homem na ausência de uma Constituição, não deve limitar os direitos dos indivíduos».

O futuro, e mesmo as perspectivas imediatas, são de incerteza. Por parte do Conselho de Segurança da ONU, não se regista nenhuma decisão mais impositiva, em chocante contraste com o que se verifica noutras situações. Nos territórios ocupados, a realidade é a da repressão agravada. Dia 22, quarenta e sete palestinianos foram feridos a tiro, dois deles gravemente, por soldados israelitas.

O novo Centro de Trabalho de Setúbal foi inaugurado em grande festa!

Centenas e centenas de pessoas começaram, logo desde a manhã de sábado — e quem as tivesse contado durante o fim-de-semana, até ao fim da tarde de domingo, teria chegado certamente aos milhares —, a visitar o edifício «Arrábida», onde foram inaugurados os centros de trabalho da DORS e da Comissão Concelhia do PCP e da JCP. Muitos vieram de longe, encontrámos camaradas de praticamente todo o distrito e até mesmo de Lisboa. A maioria era setubalense e queria ver minuciosamente onde trabalham os comunistas. Grande parte eram militantes do Partido, mas outros eram simples cidadãos que também quiseram partilhar mais uma alegria junto com o PCP.



Da parte da manhã, os camaradas responsáveis receberam no CT várias personalidades — representantes de entidades oficiais, entre as quais se destacavam muitos presidentes e membros de órgãos autárquicos do distrito, empresários e dirigentes de colectividades.

Da parte da tarde, a zona fronteira ao novo edifício não fazia crer ser sábado. Aglomeravam-se os militantes e os curiosos, alguns à espera de Carvalhas, outros aguardando um momento mais propício para visitarem o interior. É que alturas houve em que não foi fácil entrar, subir escadas, percorrer

corredores, espreitar salas, visitar terraços. Momentos em que se tornou difícil apreciar com vagar e espaço a exposição--venda de obras de arte, organizada pela Comissão de Artes Plásticas da festa do «Avante!» em colaboração com a DORS.

Ou olhar demoradamente os quadros de Rogério Ribeiro, de Hogan, de Cayatte, de Álvaro Perdigão, entre outros, que expunham as suas obras.

Antes de subir ao último piso, muitas vezes por entre abraços de reencontros, o visitante tinha ainda a oportunidade de ver a exposição sobre a história no novo Centro de Trabalho e de recordar o velho CT sobre cujo terreno a obra nasceu, cresceu e se completou para ser inaugurada.

Porque já se adivinhava que a curiosidade seria muita, todas as áreas do edifício estavam abertas à visita, desde as que não vão ser

Alguns aspectos do interior do novo edifício. Amplas salas de reuniões, uma bela concepção dos espaços e das formas

Carlos Carvalhas O PCP continua a protagonizar a verdade

Perante uma verdadeira multidão de visitantes que se aglomeraram no vasto último piso do novo Centro de Trabalho de Setúbal, o Secretário-geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, proferiu o discurso de que hoje publicamos significativas passagens.

(...)

O PCP é um Partido com ideais, princípios, objectivos, vida interna e ligação com as populações que caracterizam a sua maneira de estar e de agir, que definem a sua identidade e o distinguem de outros partidos.

Alarga-se a compreensão, a ideia e o consenso em muitos e vários sectores, da importância do reforço da influência do PCP, da sua importância e necessidade à democracia portuguesa. É cada vez mais reconhecido que quanto mais influente for o PCP maior é a garantia que os trabalhadores e as forças populares têm de se defenderem e de verem as suas aspirações concretizadas. O alargamento da influência do PCP é necessário para dar corpo a uma verdadeira alternativa e para se avançar numa política progressista.

A coerência do PCP, a sua intervenção nas mais diversas esferas da vida nacional, as suas valiosas propostas e o seu projecto, a sua luta pela justiça social e a sua presença nas pequenas e grandes lutas, numa altura em que o combate ideológico atinge uma grande acuidade e em que se procura impor os valores do individualismo e do salve-se quem puder, constituem elementos fundamentais e exemplos de actuação que ganham o respeito de vastos sectores políticos e sociais e a simpatia e adesão crescentes nomeadamente das novas gerações como se tem verificado aqui em Setúbal nas inscrições no Partido e na JCP.

O Partido Comunista Português tem continuado a protagonizar a verdadeira oposição e combate à política de Cavaco Silva nomeadamente em relação ao agravamento da situação social, sendo de salientar a valiosa expressão e o importante significado das várias acções de protesto desenvolvidas pelos trabalhadores nos últimos dias traduzindo um efectivo combate à ofensiva governamental em curso.



A questão não é de vírgulas

(...)

A acção do Governo é cada cada vez menos transparente com a sua sistemática fuga ao controlo democrático e a crescente privatização do Estado. Quando um Estado cessa de ser público torna-se um elemento do sistema de corrupção. Um Estado que recolhe a riqueza da nação para a distribuir de forma opaca a clientelas ou a grupos privilegiados. A anatomia do sistema de corrupção no nosso país está longe de ser feita e não é uma questão de vírgulas nem de pontos e vírgulas. É aliás de uma meridiana hipocrisia o facto de o PSD pedir agora um inquérito em relação às declarações de uma jornalista quando se sabe que o mesmo PSD se opôs, por exemplo, ao inquérito sobre as privatizações e aos seus escândalos. Ainda recentemente um jornalista escrevia que o preço de venda da Império estava subavaliado em vários milhões de contos. Por que razão então é que o Primeiro-Ministro não sugere ao PSD um inquérito sobre o assunto?

Como o nosso grupo Parlamentar já teve ocasião de afirmar na Assembleia da República, se o objectivo do Primei-

ro-Ministro fosse o combate à corrupção e amoralização do Estado então já teria sugerido ao grupo Parlamentar do PSD a inquirição de muitas outras notícias com casos concretos e circunstanciados como por exemplo a que afirma que «os dinheiros da comunidade foram aplicados em empresas fantasma ou que hoje estão falidas», que «várias empresas do distrito de Setúbal prometeram criar postos de trabalho que nunca cumpriram nem hoje têm condições para o fazer», ou também as afirmações de que houve a «manutenção de fundos depois da empresa já estar encerrada» ou ainda a notícia relativa ao caso do Ministro que fez uma casa de 150 mil contos...

Ou será que uma subavaliação de milhões de contos numa privatização, vale menos no plano moral de que uma eventual vírgula de 120 mil contos?

Para nós não há jornalistas acima de toda a suspeita, mas também não há políticos, nem ministros, nem primeiros-ministros intocáveis.

(...)

Há muito que questionamos o tipo de crescimento que se tem verificado no país e no distrito de Setúbal. Os factos dão-nos razão. Mas agora é já o crescimento que está em causa, com sucessivas diminuições do seu ritmo. E esta situação é ainda mais preocupante face às consequências do Mercado Único, à quebra do investimento produtivo criador de empregos e de empregos qualificados.

O Governo tem autoglorificado a sua política nomeadamente sobre a boa aplicação dos Fundos.

Mas dados oficiais comunitários, agora revelados mostram com clareza a dita eficiência quando se verifica que de 1989 a 1992 o PIB por habitante cresceu 3 pontos em Espanha, 1,9 na Irlanda e somente 1,7 em Portugal!

Seria interessante que o Primeiro-Ministro comentasse estes números e explicasse por que razão a Espanha e a Irlanda, que em 1982 já tinham um nível de produto per capita superior ao nosso, ainda se distanciaram mais neste período.

São dados reveladores que juntamente com outros mostram a verdadeira natureza da «democracia de sucesso» dos governos do PSD.



Momentos da inauguração. Intervenções de Manuel Sobral e do Arquitecto Jorge Silva



«Quem parasse junto à obra, ouvia, a par de muitas manifestações de apoio e satisfação, alguns comentários adversos, do tipo "agora já não acabam isto", ou "para que é que eles estão a construir uma sede, se o comunismo já acabou?" Tratava-se de pessoas que imaginavam o PCP desorientado, paralisado e derrotado com o abalo dos acontecimentos nos países de Leste, e viam os comunistas de Setúbal como uns ingénuos ou uns loucos construindo uma coisa para nada».

«Mas provinha deles a ingenuidade, o engano e a incompreensão. Dos que não conhecem nem compreendem a força que resulta da razão e das convicções dos comunistas. Que não têm em conta a força de um partido que se orgulha do seu passado, e que encara com confiança o presente e o futuro».

Falando seguidamente da confiança que entretanto, a muita gente merecem os comunistas do distrito, Manuel Sobral referiu o apoio de muitos não-comunistas, que também se reflectiu no resultado da campanha de fundos que totalizou em Dezembro 300 397 contos, para além de muitas ofertas de materiais, equipamentos e trabalho.

Agradecendo em nome da DORS e da Concelhia do PCP e da JCP, todos os apoios recebidos, dirigiu uma saudação especial aos que mais directamente estiveram ligados à construção:

«Aos trabalhadores que, com o seu saber e arte profissionais colocaram o ferro, o cimento e a pedra, recortaram o azulejo, soldaram e pintaram as ferragens, trataram as obras de carpintaria e montaram a rede eléctrica, dando corpo, cor, luz e imagem ao edifício».

«Aos projectistas: Arquitecto Jorge Silva, que concebeu e foi o responsável pelo projecto daquele que é sem dúvida um dos mais belos edifícios da cidade, e aos engenheiros Nogueira e Rego, responsáveis pelos projectos de estabilidade e electricidade, sendo de assinalar que o trabalho de todos estes projectos foi feito gratuitamente para o Partido».

«Agradecimentos ainda para o Desenhador Reinaldo, para o Engenheiro José António Vieira, responsável pela empresa que construiu a obra e para as empresas OLM e Electrocoop, pela forma como colaboraram connosco».

«Aos nossos camaradas e amigos que nos ofereceram a sua colaboração na decoração do exterior e interior do edifício, e aos artistas que nos ofereceram os trabalhos de pintura, escultura e fotografia, entre os quais destacamos o Fernando Carvalho, o Fotógrafo Pedro Soares, o Escultor António Trindade e o Pintor Rogério Ribeiro. A todos os camaradas, incluindo os funcionários do Partido, que mais de perto acompanharam os andamentos da obra, a todos é devida uma cordial saudação».

usadas como CT às que estão reservadas ao trabalho dos comunistas e da JCP. Sobre elas — belas e funcionais — não vamos falar, já que o fizemos na entrevista da semana passada ao camarada Manuel Sobral, da Comissão Política, responsável pela DORS.

Anfitrião, Manuel Sobral era solicitado por toda a gente. E recebia, com outros membros da DORS, como o camarada Virgílio, da Comissão Central de Controlo, outros dirigentes do Partido. Lá vimos os camaradas Octávio Pato, Henrique de Sousa, Francisco Lopes e Luísa Araújo, do Secretariado, Joaquim Gomes e José Vitoriano, da Comissão Central de Controlo. E muitos actuais e antigos membros do Comité Central, assim como alguns antigos funcionários que haviam trabalhado no velho Centro. E, como dissemos, centenas e centenas de militantes e amigos que partilharam a alegria da inauguração.

homens e as mulheres do nosso país tenham uma vida melhor, mais digna e mais feliz», afirmou:

«É uma casa que queremos aberta e acolhedora para todos os que nos quiserem visitar, que connosco quiserem conviver, para os que nos quiserem conhecer melhor, para os que connosco quiserem trabalhar por objectivos comuns».

«Queremos que os três centros de trabalho que aqui funcionam, o da Direcção Regional, o da Comissão Concelhia e o da JCP, sejam tudo isto, que é fundamental».

«Mas, ao projectarmos estas instalações, ambonámos um pouco mais. Aqui, em pleno centro da cidade de Setúbal, quisemos que a arte, a cultura e a beleza se harmonizassem com a própria cidade e com os que nela vivem e trabalham».

As funções trabalho, convívio e cultura, tiveram uma grande força na elaboração do projecto para a construção deste edifício».

A força dos comunistas

Depois de recordar a história da construção do Centro, Manuel Sobral lembrou ainda:

Confiança nas próximas batalhas

(...)

É conhecido e reconhecido o nosso trabalho autárquico mesmo pelos nossos adversários. Mas com a aproximação das eleições começam a multiplicar-se as acusações eleitoralistas. Vale tudo. Acusam-nos de prejudicar o investimento privado. E, no entanto, onde temos a maioria nos municípios como no distrito de Setúbal, estão previstos grandes investimentos e podemos dizer que é exemplar o diálogo com os agentes económicos. É incontestável que a utilização dos fundos comunitários, em particular no quadro da Operação Integrada do Desenvolvimento da Península de Setúbal, atingiu altos níveis de realização devido à dinâmica intervenção dos municípios.

Acusam-nos de partidizar as autarquias e, no entanto, temos realizado uma política aberta, isenta que procura dialogar com todos os que se interessam pelo progresso das suas terras seja qual for o partido a que pertençam, como tem sido testemunhado por muitos eleitos de diversos quadrantes. É uma realidade que apesar das dificuldades financeiras, do esbulho de verbas e dos empecilhos burocráticos, a obra realizada pelos municípios é imensa e transformou radicalmente o distrito.

Qualquer observador imparcial poderá concluir que, em matéria de infra-estruturas, equipamentos sociais, actividades educativas, culturais e desportivas a situação é melhor nos nossos municípios, nomeadamente no distrito de Setúbal quando comparada com outros distritos do País em que as autarquias são de maioria de direita ou do PS.

Qualquer observador com isenção poderá concluir também que o litoral tem vindo a ser preservado, apesar das brutais pressões e da carência de meios, o que contrasta brutalmente com a degradação noutras zonas, como se verifica em grande parte do Algarve.

Por tudo isto, encaramos com confiança as próximas batalhas, intensificando o nosso trabalho e a divulgação das nossas realizações ao serviço do povo e do país. Acreditamos que a CDU renovará e reforçará nas próximas eleições autárquicas, aqui no distrito de Setúbal, o largo e maioritário apoio popular que justificado tem recolhido.

deira oposição

Uma política errada

As estatísticas oficiais mostram também a evidência que a economia portuguesa tem-se vindo a desvitalizar, nomeadamente no que diz respeito ao sector produtivo, devido a uma política errada, assente nomeadamente em elevadas taxas de juro dos empréstimos e na sobrevalorização do escudo.

Esta situação tende a agravar-se com um Orçamento de Estado que abre ainda mais as portas à recessão, ao desemprego e ao trabalho precário. A desinflação programada pelo Governo é, na prática, a deflação salarial e a inflação da especulação financeira, com um monstruoso desperdício e esbanjamento de recursos.

É necessário uma nova política e um novo tipo de crescimento. Em todos os domínios há enormes necessidades a satisfazer, quer se trate de produtos industriais, alimentares, de serviços de infra-estruturas de transportes públicos, de investigação, de habitação, de combate à poluição e de preservação do ambiente. Um crescimento que proporcione o progresso e uma justiça social correspondente às possibilidades e aspirações do nosso tempo.

Hoje em domínios tão importantes como o direito ao trabalho, à protecção social, à habitação e à saúde, há no nosso país regressões, que tocam particularmente grupos sociais vulneráveis como é o caso da juventude e dos reformados.

Procurando contrariar esta política, nomeadamente através das autarquias, temos desenvolvido um importante trabalho de resposta às questões mais agudas e dado um significativo contributo ao desenvolvimento regional, resolvendo problemas na esfera das competências autárquicas e confrontando o Governo com as nossas soluções, propostas e projectos.

O trabalho, a honestidade e a competência não são palavras de ordem sem conteúdo, mas atributos reais das autarquias CDU, modos de estar e de agir no ataque à resolução dos problemas das populações, ouvindo os outros, prestando contas, fomentando a máxima participação colectiva.

(...)

Temos afirmado que a falta de democraticidade no processo de integração se acentuou com Maastricht, que dá consagração à eurocracia de um órgão executivo com as características da Comissão e que aprofundou o chamado duplo défice democrático (défice nos parlamentos nacionais e nas instituições europeias).

Assinalámos que a transferência de competências para o nível comunitário, no quadro de Maastricht, acentuava a perda de capacidade de controlo por parte dos parlamentos nacionais e do povo.

Chamámos à atenção da opinião pública de que com o Tratado da União Europeia se estava a dar corpo à constituição de um verdadeiro directório de grandes potências que ditariam as regras a toda a Comunidade.

Vemos agora que o Parlamento Europeu aprovou um relatório que aponta para que no futuro, a pretexto do alargamento da Comunidade, as Presidências sejam somente atribuídas aos grandes países, o mesmo sucedendo com as línguas de trabalho.

Chorando lágrimas de crocodilo, os deputados do PS e do PSD votaram contra o relatório no Parlamento Europeu e os grupos parlamentares destes dois partidos apresentaram na Assembleia da República um voto "pio" de protesto, como se tivessem sido surpreendidos por tal desiderato!

Em coerência com o que denunciámos, votámos naturalmente contra tal relatório no Parlamento Europeu e apresentámos um voto de condenação na Assembleia da República, sem deixar de sublinhar as posições do PS e do PSD.

Continuaremos a insistir que é necessário uma política que combata firmemente as graves situações da dependência que, para além das decorrentes da integração europeia, resultam da política de abdicação nacional prosseguida pelo Governo, designadamente no domínio da economia político-militar e cultural.

Continuaremos a rejeitar uma construção europeia ao serviço das potências do dinheiro e continuaremos a bater-nos por uma Europa Social, de cooperação, democrática, solidária e de paz. (...)

EM FOCO

A encruzilhada do turismo no quadro da política do Governo

A actividade turística, nas suas diversas vertentes, assume hoje inquestionável importância na economia do País. Representa 8% do PIB, 20% do valor das nossas exportações (quase equivalente ao sector têxtil), 4% do emprego — 200 000 postos de trabalho — e cobre 50% do défice da nossa balança comercial, com uma receita anual próxima dos 600 milhões de contos.

O turismo assume, assim, um papel decisivo em algumas economias regionais, como no Algarve e na Madeira, enquanto que noutras regiões tem já um peso significativo ou constitui um elemento importante, capaz de suscitar contributos determinantes para o seu desenvolvimento.

A abordagem deste sector e dos múltiplos problemas que enfrenta — de que forma, por que meios, que política esteve presente no seu crescimento e desenvolvimento — tem uma resposta paradoxalmente simples:

o turismo cresceu, desenvolveu-se, impôs-se, na base das disponibilidades oferecidas pelos excepcionais recursos naturais do País.

Primou pela ausência uma política consistente e articulada, o que permitiu a actuação, no terreno pantanoso do vazio existente, de um crescimento desordenado, ao sabor de interesses, movidos por uma lógica de curto prazo e de lucro fácil. Impuseram-se políticas de facto consumado que conduziram à descaracterização e à destruição irreversível dos recursos naturais indispensáveis à própria actividade que promoviam.

Desta situação resultou uma oferta descaracterizada, com elevado peso num só produto — sol e mar —, com o imobiliário turístico a assumir um peso excessivo, em relação a outras ofertas de alojamento. Oferta essa, extremamente dependente de um reduzido número de mercados, com elevado peso sazonal e uma deficiente relação qualidade-preço.

Neste quadro, com tais regras — ou na sua ausência — inevitavelmente a oferta disparou (caso do Algarve) para números difíceis de compatibilizar com os ritmos de crescimento da procura. Foi uma expansão realizada sobretudo na área das várias componentes do imobiliário turístico, opção mais que discutível, por ser contraditória, face à imagem que promove, à qualidade da oferta que dispõe, assente no recurso ao trabalho indiferenciado e na instabilidade do emprego.

Passados que foram os anos da grande euforia e dos negócios fáceis, durante os quais se canalizaram rendimentos da hotelaria clássica para outras actividades, não se cuidando minimamente de investir na manutenção e modernização daquelas, atingiu-se uma situação, como a que hoje se vive, com empresas descapitalizadas, a acumular dívidas e a somar prejuízos.

Este ciclo, há que assumir com clareza, terminou!

A concorrência cada vez mais intensa movida por destinos turísticos semelhantes na bacia do Mediterrâneo, a oferta em crescendo e extremamente competitiva movida pelos mercados exóticos (Norte de África, Oriente, Pacífico) facilitada pela liberalização do transporte aéreo; a profunda recessão económica que se vive nos principais países emissores de turistas do Norte e Centro da Europa; o défice crescente entre o número de turistas que se acolhem e o volume de receitas criado; a maior exigência em termos de qualidade colocada por contingentes turísticos cada vez mais numerosos; a concentração na mão de meia dúzia de grandes operadores de boa parte dos mercados emissores o que lhes permite impor preços e condições, facilitada pela desorganização do sector — são factos que demonstram as profundas mutações que esta actividade sofreu nos últimos anos e que justificam as inquietações que se fazem sentir em todos os quadrantes desta activi-

dade e as justas preocupações que se colocam perante o futuro de curto e médio prazo.

É neste contexto que se têm de analisar as medidas que o actual Governo recentemente anunciou como resposta à crise existente. Como é óbvio, a actividade turística não é uma ilha isolada das opções estratégicas do actual Governo. E não é possível, nem credível, admitir que para o Turismo o Governo vai ter uma política económica tão específica ao ponto de cada medida entrar em contradição com outras políticas que no plano económico e social vem impondo ao País.

Vejam então algumas das contradições mais evidentes.

Com grande operação de marketing, anunciam-se quatro grandes vectores de uma política de resposta à crise: aumento da qualidade, aumento do profissionalismo, diversificação de mercados e produtos. Estas medidas são acompanhadas de um pacote de incentivos financeiros, para dois anos, no valor de 50 milhões de contos.

Em relação à qualidade da oferta um largo consenso está adquirido sobre a sua necessidade. O mais difícil, como em tudo, é saber-se o que na prática tal opção significa e se para implementar as medidas necessárias existem os mecanismos e a vontade e opções políticas para as pôr em prática, dúvida que legitimamente se coloca sobretudo se se tiver em conta que se vão atingir muitos dos interesses instalados. Desde logo importa saber como será possível compatibilizar uma política de qualidade da oferta em todas as vertentes desta actividade, sem adoptar medidas que disciplinem o crescimento da mesma, que integrem na actividade regular as muitas centenas de



CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro da Comissão Política

Como compatibilizar as intenções de valorizar os profissionais do sector quando se promove uma política de mão-de-obra barata, de extrema precarização e sazonalidade, e com salários em atraso? Como entender a eficácia de tal medida num quadro em que é sistematicamente adida a construção de estruturas de formação profissional como é o caso do Algarve, principal região turística do País?

Como compatibilizar uma opção de diversificação de mercados e produtos e o interesse manifestado pelo turismo cultural e desportivo, com boa parte dos incentivos e apoios financeiros canalizados para zonas já saturadas desprezando-se outras regiões onde para além das condições existentes o apoio à actividade turística poderia constituir um instrumento de promoção de desenvolvimento susceptível de dar combate ao isolamento em que se encontram?

Como tornar executável a dinamização do turismo interno com uma acelerada degradação das condições de vida, e quando se sabe que cerca de 70% dos portugueses goza férias em casa? Mais, que a somar a esta realidade não se vislumbra qualquer abertura quer de agentes de viagem quer de hoteleiros para a organização de programas a preços acessíveis a nacionais?

Como tornar compatível a exigência de uma maior agressividade e criatividade na promoção externa dos nossos recursos turísticos com as Regiões de Turismo aperreadas pela Lei Quadro deste Governo, sujeitas a autorizações superiores para uma mera edição de um folheto de promoção e estranguladas financeiramente? Como tornar eficaz todo o

dinheiro (e são centenas de milhares) gasto em promoção no exterior, sem a necessária articulação com os demais agentes do sector, contribuindo para que tais verbas acabem por ter um efeito secundário nos resultados finais obtidos?

Por último, será um quebra-cabeças tornar compatíveis tais medidas com uma política — a deste Governo — assente em altas taxas de juro e numa valorização artificial do escudo, factores que condicionam e diminuem a competitividade das nossas empresas face aos seus parceiros e concorrentes comunitários.

Para além das boas intenções anunciadas, provocadas pelos graves problemas que a actividade turística enfrenta, a principal medida é, sem dúvida, dar combate à política deste Governo, única forma de permitir a aplicação de medidas correctas à eficácia da sua concretização.

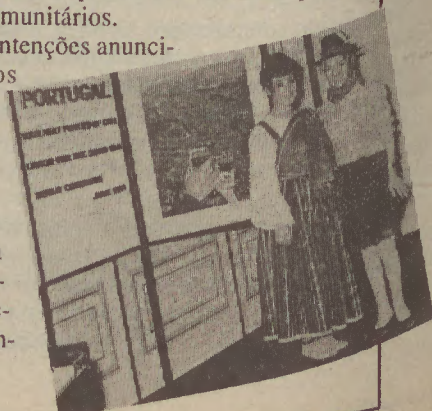


milhar de camas paralelas (e não me estou a referir às casas e quartos particulares que se alugam no Verão para compensar equilíbrios financeiros familiares). Como tornar credível esta preocupação, com a inexistência ao nível das principais regiões turísticas do País (de que o Algarve é um triste exemplo) de Planos Regionais de Turismo que definam as políticas a seguir no plano do crescimento e da qualidade?

Isto quando se sabe que quem determina as opções que se tomam no terreno é o simples mecanismo da lei da oferta e da procura!

E como compatibilizar a defesa de recursos naturais com as recentes alterações da Lei da Reserva Agrícola Nacional (RAN) que permitem a utilização de excepcionais terrenos agrícolas para a actividade turística a coberto de eufemismos como o de considerar campos de golfe reconvertíveis posteriormente para a plantação de batatas.

Aliás, as alterações à RAN e tendo presente a polémica que está instalada a propósito da vírgula, que custou 120 mil contos, facto que tão hipocritamente tem perturbado deputados do PSD e do PS, valeriam os dois parágrafos introduzidos, a preços correntes do mercado, bem mais do que um milhão.



EM FOCO

Para evitar desertificação e revitalizar mundo rural

PCP apresenta Lei de Bases da Política Agrícola

Estancar a contínua degradação que nos últimos anos vem atingindo a agricultura e os agricultores portugueses, promovendo simultaneamente a revitalização do mundo rural, constituem objectivos estratégicos do projecto de Lei de Bases da Política Agrária apresentado na passada semana pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Trata-se, no fundamental, de definir as traves mestras de uma política de desenvolvimento rural norteada pela preocupação de impedir a destruição da produção nacional e evitar a desertificação, garantindo para o efeito um quadro orientador que "ajude à definição, apoie e enquadre as opções

culturais dos agricultores em função das possibilidades e necessidades do País".

Enunciados em conferência de imprensa pelo deputado Lino de Carvalho, que estava acompanhado pelo seu camarada de bancada José Calçada, e por Fátima Calouro e Carlos Amaro, membros da Comissão para as Questões de Agricultura junto do CC, estes objectivos assumem no contexto presente uma importância acrescida, decorrente não apenas da gravidade dos problemas existentes como também das perspectivas sombrias que se avizinhavam no contexto da reforma da Política Agrícola Comum e das negociações do GATT.

Mas a sua importância advém ainda - e esta constitui porventura a questão central - de continuar a não existir uma política de orientação nacional para a agricultura, capaz de salvaguardar neste domínio os interesses nacionais. "Os governos do PSD em vez de semearem e adobarem - acusou Lino de Carvalho - o que fizeram foi lançar ao vento os mais de 900 milhões de contos que saídos dos bolsos dos contribuintes nacionais e comunitários têm vindo a perder-se como o «ouro dos Brasis»".

O deputado comunista não hesitou mesmo em considerar que a exclusiva preocupação do Governo foi "construir um regime de subsidiopendência" por forma a iludir os agricultores quanto às consequências da PAC e à ausência de uma política nacional para o sector.

Um regime que - e esta foi outra das acusações feitas na conferência de imprensa - criou um "espantoso aparelho burocrático para a concessão de subsídios", gerando ao mesmo tempo um "gigantesco esquema propício à generalização dos processos de corrupção e ao tráfico de influências".

Isenta de críticas não está igualmente, do ponto de vista dos deputados comunista, a reestruturação em curso no Ministério da Agricultura, cujas consequências, alertam, deixarão "ainda mais à deriva" a debilitada agricultura portuguesa.

Qualificando-a de "incompreensível" e "sem sentido", o PCP entende que esta reestruturação visa já não apenas prosseguir uma "política de liquidação agrícola" mas também de liquidação do próprio Ministério da Agricultura,

com a "privatização e entrega aos grandes interesses agrícolas e «lobbies» privados de estratégicos departamentos do Estado".

"É a orientação ultraliberal a presidir ao esvaziamento das funções produtivas e sociais do Estado, de que sofrerão as maiores consequências os sectores mais débeis, como a agricultura e as explorações familiares que contribuem com mais de 65 por cento do Valor Acrescentado Bruto e representam 96 por cento das explorações agrícolas do País", concluiu Lino de Carvalho.



O PCP apresenta na Assembleia da República a sua proposta de Lei de Bases da Política Agrícola. Na foto, da esquerda para a direita, Fátima Calouro, Lino de Carvalho, José Calçada e Carlos Amaro



Os números da ruína

Com os seus rendimentos a caírem brutalmente, com os factores de produção cada vez mais caros, com dificuldades no escoamento dos seus produtos, sem um quadro orientador quanto às opções culturais a adoptar, os agricultores constituem naturalmente as primeiras vítimas de uma política responsável pela sua ruína e pela destruição da produção nacional.

Os números, a este respeito, não deixam margem para dúvidas, como a seguir se documenta, com base na informação divulgada no decorrer da conferência de imprensa pelos deputados comunistas:

- A produção agrícola caiu 25 por cento nos últimos três anos;

- A taxa de cobertura agro-alimentar baixou de 49 por cento, em 1986, para 35 por cento, em 1992. Por outras palavras, se em 1986 Portugal importava cerca de metade das suas necessidades alimentares, em 1992 passou a importar 65 por cento. Mesmo incluindo a componente florestal a taxa de cobertura caiu de 87 por cento para 68 por cento;

- Os preços dos produtos no agricultor caíram 30 por cento em termos reais sem que essa quebra tenha trazido qualquer benefício para os consumidores.

Uma resposta articulada e global

Assegurar o desenvolvimento e a modernização da agricultura através do melhor aproveitamento dos recursos naturais, humanos e financeiros, com vista a melhorar os rendimentos dos agricultores e dos trabalhadores rurais, aumentar a produção e reduzir o défice agro-alimentar do País, constituem os objectivos fundamentais em matéria de política agrária inscritos no diploma apresentado pelo PCP.

Quanto à política florestal, de acordo com o documento distribuído aos jornais na conferência de imprensa, os seus objectivos centrais passam pelo ordenamento das matas; protecção, conservação e reconstituição das formações florestais; desenvolvimento sustentado e diversificação das actividades que têm por base os recursos florestais; e desenvolvimento integrado das economias locais e regionais, bem como da qualidade de vida das populações.

Constituído por 24 artigos distribuídos ao longo de

seis títulos, o projecto de lei agora apresentado define assim um conjunto de objectivos para cada uma das produções em que o País pode ter vantagens comparativas ou em que é deficitário.

Nas suas orientações gerais, o diploma prevê também

ajudas suplementares e benefícios aos agricultores que adiram às sugestões no quadro de **Programas de Orientação e Fomento de Produção**, admitindo ao mesmo tempo no seu articulado a criação de **zonagens culturais** de modo a adaptar cada variedade às melhores condições edafoclimáticas e pedoclimáticas.

Particular atenção é ainda prestada no projecto à **política de investigação, apoio técnico e formação profissional**, bem como à **organização da comercialização** visando a criação de uma rede de infra-estruturas constituída por postos de concentração a implantar nos núcleos de produção e centrais de acondicionamento.

Numa palavra, como foi dito na conferência de imprensa, trata-se de um projecto de Lei de Bases que pretende que a actividade agrícola e os produtores "tenham uma matriz orientadora, deixando de ser obrigados a navegar às escuras".



EM FOCO

VIII Congresso (Extraordinário) da ANMP. Se o Governo não atender municípios, são as populações que ficam a perder

Duas coisas ficaram claras, no VIII Congresso (Extraordinário) da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), realizado no passado domingo na FIL, em Lisboa, com a presença de cerca de 1000 autarcas vindos de todo o País e, sobretudo, de todas as forças políticas com significado autárquico: a (reafirmada) disposição do Poder Local democrático em dialogar com o Governo acerca das questões concretas que se colocam às autarquias e ao País e, nesse desejado diálogo, a firme exigência de que ele, finalmente, se processe no respeito do Governo pelas respectivas competências, deveres e direitos institucionalmente definidos para estas duas áreas de poder.

Entretanto, a área governamental, pela voz do ex-secretário de Estado da Administração Local e actual secretário-geral do PSD, Nunes Liberato, havia prognosticado para este Congresso uma temida "onda de radicalismo de reivindicação". Pôde respirar de alívio: a tónica das reivindicações continuou, para já, a apostar na chegada do Governo ao diálogo sério com o Poder Local. Numa tensa linha de partida mantêm-se as reivindicações concretas das autarquias, quer nas questões de carácter financeiro que o Governo tem sistematicamente ludibriado, quer, sobretudo, no exigido respeito pelos direitos institucionais do Poder Local e a concretização de urgentes (e reclamadíssimas) medidas, como a descentralização, as autonomias administrativa e financeira ou a regionalização.

Utilizando em pleno as magníficas instalações da FIL, o VIII Congresso (Extraordinário) da Associação Nacional dos Municípios Portugueses não deixou os seus créditos por mãos alheias: complementando o confortável auditório onde decorreram os trabalhos, os átrios adjacentes ofereceram permanentemente aos congressistas e visitantes um serviço volante onde nunca faltaram os sumos, o café e os bolinhos.

Exigências das Conclusões

Clarificar e concretizar

Nas conclusões do VIII Congresso (Extraordinário) da ANMP (aprovadas apenas com uma abstenção), a ANMP «reitera a imperiosa e urgente necessidade da realização da audiência solicitada ao Sr. Primeiro-Ministro há já dois meses, e sustenta que a plataforma de negociações alargada, a estabelecer, deverá abranger particularmente»:

— a clarificação das regras do jogo democrático institucional e observância da ética política, quer na acção legislativa, quer na prática política;

— a garantia do valor reforçado da legislação estrutural em prejuízo de medidas conjunturais;

— a assunção da racionalização e modernização administrativas orientadas pelo princípio da descentralização;

— a transferência de novas responsabilidades para a Administração Local de forma séria e responsável contornando precipitações que, anteriormente, foi possível evitar;

— a garantia dos meios financeiros que os princípios constitucionais e a Lei garantem, no respeito pela autonomia financeira;

— a concretização da autonomia administrativa que não aplique modelos de «pronto-a-vestir» da Administração Central à Administração Local;

— a criação das Regiões Administrativas e dignificação das Áreas Metropolitanas;

— a adequação da disponibilidade dos eleitos e dos meios financeiros às necessidades das Freguesias;

— a reafirmação de que, da integração europeia, resultará tanto maior benefício para o Progresso e Desenvolvimento do País, quanto maior forem a participação e a solidariedade dos diferentes níveis do Poder, numa aplicação dinâmica e descentralizada dos princípios da subsidiariedade e da parceria;

— a necessidade da participação dos Municípios na gestão dos Fundos Comunitários acrescidos, de que o País beneficiará nos próximos anos;

— a promoção de um amplo debate nacional sobre a autonomia do Poder Local e a sua intervenção político-administrativa.

E espaço, muito espaço, utilizado até à exaustão pelos diversos órgãos da Comunicação Social para entrevistas rápidas aos numerosos autarcas presentes. Três figuras foram particularmente solicitadas: Mário de Almeida, presidente da ANMP, Jorge Sampaio, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e anfitrião da iniciativa, e Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures (este último, aliás, arrancaria das mais entusiasmadas ovações do Congresso quando subiu à tribuna e fez um balanço do escândalo dos desalojados de Camarate, denunciando a demagogia do Executivo de Cavaco Silva e advertindo que os ataques governamentais à Câmara Municipal de Loures atingiam o Poder Local em geral).

As intervenções

Para cima de 20 intervenções produzidas durante cinco horas de contínuo plenário expuseram um leque de críticas ao Governo que ultrapassaram, de longe, a esperada (e reiterada) reivindicação dos 64 milhões de contos do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), este ano esbulhados às autarquias no quadro do OGE. A clarificação das relações institucionais entre o Poder Local, por um lado, e a Assem-

O Congresso pormenorizou algumas exigências do Poder Local democrático, de que destacamos as seguintes:

No tocante à reforma administrativa, «impõe-se uma profunda Reforma do Estado e da Administração Pública, orientada pelo princípio da descentralização, que crie as regiões administrativas e reforce o Poder Local».

No quadro da modernização administrativa supra-referida, os Municípios «manifestam-se disponíveis para dar o seu contributo participativo no processo de aprovação, indispensável, de uma nova lei-quadro de atribuições e competências autárquicas e de novo regime de finanças locais».

Quanto à transferência de responsabilidades, «enquanto não for estabelecido um novo quadro legal que salogue e aprofunde a autonomia e eficácia do Poder Local, estabelece-se a orientação de que não é possível avançar no processo de descentralização sem garantir o suporte financeiro não só dos encargos actuais, mas também dos encargos que, num futuro próximo, serão necessários para exercer novas atribuições; só efectivar transferências de novas responsabilidades quando, do seu exercício pelo Poder Local, resultarem melhores serviços prestados às populações e à colectividade em geral». Daí manter-se «o princípio de que quaisquer novas transferências deverão ser responsabilmente negociadas com participação de todas as partes envolvidas, evitando precipitações como as que se poderiam ter verificado no Verão de 1992».

Finanças e Regiões

No que toca, às medidas financeiras, enquanto subsistir a actual estrutura de financiamento às autarquias, deve

bleia da República e o Governo, por outro, foram o ponto de partida para outras reivindicações gerais (aliás, contempladas no documento das Conclusões do Congresso), a saber:

«Assegurar que a legal audição da ANMP, em matérias que respeitam ao Poder Local, não seja um ritual ciclicamente repetido pelo Governo, sem qualquer conteúdo prático.

«Evitar que legislação avulsa contrarie princípios assentes e consensualmente aceites como a descentralização, a desburocratização e racionalização, o exercício de atribuições pelo nível de poder em melhores condições para o fazer, o aumento de capacidade de intervenção.

«Acabar com o princípio da desconfiança prévia a generalidade das medidas legislativas, quando têm como destinatário o Poder Local».

Prometer e falar

As numerosas intervenções produziram também críticas circunstanciadas, como a apresentada por Eufrazio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, à volta da irónica observação de que «este Poder Central não é uma miragem, é uma portagem». E contou um episódio concreto, onde o Governo defraudou os próprios compromissos que assumiu com a autarquia.

A Câmara do Seixal enviou em 14 de Setembro do ano passado à Caixa Geral de Depósitos (CGD) um ofício onde, «de acordo com os empréstimos bonificados nas obras candidatas à OIDPS», se enviava a documentação referente a um pedido de empréstimo para determinada obra. Em 17 de Dezembro, o Gabinete do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional responde que se verificou um «esgotamento das verbas postas à disposição das autarquias», mas que entretanto o Governo havia reforçado a referida linha de crédito em 10,6 milhões de contos, pelo

Alguns pormenores da

haver assunção prática do princípio de que a descentralização só é exequível se houver autonomia financeira do Poder Local; além disso exige-se o «cumprimento da Lei de Finanças Locais, particularmente no que se refere ao FEF; a criação dos mecanismos que permitam que as isenções de impostos que são receitas municipais passem a ser da responsabilidade do Município e a garantia de adequação das receitas municipais à situação decorrente da duplicação dos Fundos Estruturais e da criação do Fundo de Coesão, assegurando que haja capacidade financeira para cobrir as contrapartidas municipais dos co-financiamentos obtidos».

A questão das Regiões é apresentada em três pontos concretos:

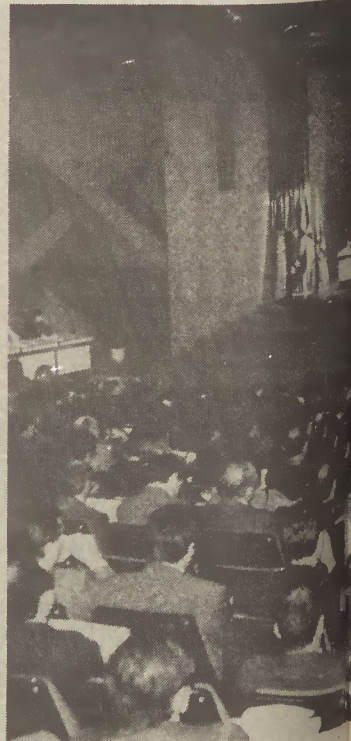
— Reafirmar a necessidade de urgente criação das Regiões Administrativas, com eleições coincidentes com as eleições autárquicas.

— Assegurar que a Regionalização será feita através de transferência de responsabilidades da Administração Central para a Região;

— Garantir a dignificação do estatuto das Áreas Metropolitanas e garantir-lhes os meios adequados ao exercício das suas competências.

Dinâmica de integração europeia

• A adesão à Comunidade Europeia e sobretudo a recente aprovação do Tratado de Maastricht «vieram impor a Portugal o desafio irrecusável do desenvolvimento»; daí reafirmar-se que «só é possível desenvolver o país em participação, solidariedade e coesão».





Alentejo A caminho do oásis ou do deserto?

Desenha-se no Alentejo, como de uma maneira geral em todo o interior do País, uma crise económica, social e ecológica, com particular incidência, nesta fase, na Margem Esquerda do Guadiana.

Uma inadequada política agrícola, a ausência de medidas e projectos de desenvolvimento eficazes, por parte do Governo, conduziram a esta situação, agravada por uma prolongada seca.

Apesar dos mais de 60 milhões de contos da CEE que o Governo diz ter canalizado para, sobretudo, os grandes senhores da terra alentejanos, nestes últimos anos, a agricultura estagnou e retrocedeu.

A crise económica está a provocar uma muito séria crise social.

Particularmente na Margem Esquerda do Guadiana, como noutras zonas do Alentejo, cresce o número de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e sem qualquer subsídio de desemprego, cresce a emigração, o envelhecimento da população e o despovoamento acentuam-se, aparecem e alastram zonas de grande pobreza.

Uma tal situação torna necessário que os trabalhadores, com as suas organizações, se organizem e intensifiquem a luta pelo desenvolvimento, pelo direito ao trabalho, ao subsídio de emprego, ao pão, por uma política alternativa.

Breve caracterização da situação

A crise económica manifesta-se com particular incidência na agricultura, na pecuária e na floresta, com repercussão negativa a montante e a jusante e do ponto de vista social.

A inadequada política agrícola do Governo, conjugada com as imposições da Política Agrícola Comum/PAC, que não teve em conta as especificidades da nossa agricultura, agravada pela prolongada seca, provocaram, no sector, uma grande desorientação, expectativas, prejuízos e retrocessos.

As culturas cerealíferas, as oleaginosas, o olival, estão em crise; a pecuária continua no retrocesso; os regadios quase desapareceram em muitas zonas.

No plano ecológico acentua-se o definhamento e morte do montado de sobre e azinho; acentua-se a poluição dos rios Guadiana, Ardila e outros; são cada vez mais extensas as áreas nas quais rareiam certas espécies animais, tudo isto perante a incrível paralisação do Governo.

A crise na agricultura e ecológica, está a provocar crises a montante e a jusante, designadamente nas indústrias de transformação de produtos da agricultura, da floresta e no comércio.

Outros sectores como o sector mineiro (Pirites Alentejanas), os mármore, atravessam também situações difíceis e desenha-se o despedimento em massa de trabalhadores.

No respeitante ao abastecimento de água às populações, devido à recusa do Governo em construir as barragens necessárias, tais como as dos Minutos, Enxoi, Açude no Ardila, da Gema e Monte Branco, Alqueva, e as outras, as autarquias prevêem, desde já, e se não chover significativamente, sérias dificuldades, designadamente nos concelhos de Mértola, Serpa, Moura, Odemira.

Existem soluções existe uma política alternativa

Nas zonas mais afectadas pela crise, particularmente na Margem Esquerda do Guadiana, seria adequado, que o Governo, em conjunto com as autarquias, os sindicatos, e as organizações de agricultores, elaborasse e acrescentasse «Planos de Emergência de Combate à Crise», integrando um conjunto de medidas de acordo com as situações concretas em cada concelho ou grupos de concelho.

Sobre esta matéria, a sua sequência de visitas de trabalho efectuadas à Margem Esquerda do Guadiana, o

Grupo Parlamentar do PCP apresentará na Assembleia da República um projecto de resolução sobre a crise económica, social e ecológica nesta zona do Baixo Alentejo.

Como medidas de médio e longo prazo, o PCP tem propostas concretas que, com as populações, defende desde há muito, e que já apresentou na Assembleia da República.

Entre outros destacam as propostas para um Programa de Orientação e Reconversão Agrícola no Alentejo; um Programa de Reconversão e Reabilitação dos Perímetros de Rega e outros regadios já instalados; a construção rápida de um conjunto de barragens e açudes tais como Enxoi, Minutos, Gema e Monte Branco; e sobretudo a construção da Barragem do Alqueva e execução do Plano de Rega do Alentejo.

No plano ecológico o PCP defende e propôs na Assembleia da República a elaboração e execução de um Programa de Recuperação e adequada condução dos Montados de Sobre e Azinho e a elaboração e execução de um Programa de Despoluição do rio Guadiana e dos seus afluentes.

Para assegurar o abastecimento de água às populações propõe-se que o Governo em conjunto com as Autarquias definam medidas e apoios técnicos e financeiros extraordinários para assegurar, tanto quanto possível, o abastecimento de água e os encargos adicionais e previsíveis resultantes da seca, devendo também o Governo iniciar a construção das barragens e furos necessários.

No plano social propõe-se que, durante o período de crise, seja assegurado o subsídio de desemprego a todos os desempregados. Que o tempo de desemprego e respectivo subsídio devam ser considerados como tempo de trabalho por efeitos de registo.

Consideram que o desencadeamento das medidas e projectos atrás referidos, bem como outros contidos nos Planos Integrados de Desenvolvimento dos Distritos de Beja e Évora, elaboradas pelas autarquias locais, reintegração da economia e a criação de postos de trabalho, que deverão, no imediato, ser complementados com a norma de criação de postos de trabalho temporários, através dos adequados programas.

É preciso lutar pelo direito ao pão e à vida no Alentejo

Nos tempos da ditadura de Salazar e Caetano, o povo alentejano foi oprimido, explorado e passou muita fome debaixo da brutal exploração dos latifundiários.

Hoje, de novo, o Governo de Cavaco Silva, governo do grande capital e dos grandes senhores da terra, faz pender sobre o Alentejo o espectro da pobreza, do desemprego, da emigração, da fome.

O Governo, ao insistir na sua política desastrosa, tem que assumir toda a responsabilidade pela situação de crise económica, social e ecológica no Alentejo e pelo seu previsível agravamento que se mantém esta política e se o empreendimento do Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo não forem rapidamente decididos.

Os trabalhadores e o povo alentejano não são pedintes. Não querem nem esmolas, nem caridade.

Querem desenvolver a agricultura, a indústria, o turismo. Querem recuperar o belíssimo meio ambiente das nossas terras, rios e planícies. Querem o Alqueva. Querem postos de trabalho, salários e pensões de reforma adequados, assistência médica e medicamentosa em condições.

Vencemos a ditadura. Venceremos a política ruïnosa, para o Alentejo, do Governo PSD. O povo alentejano não deixará de erguer com determinação as bandeiras vermelhas da luta pela justiça social. Como sempre contará com o apoio do PCP.

Janeiro 1993

■ António Murteira

que a Câmara do Seixal poderia "dirigir-se à Caixa Geral de Depósitos por forma a poder candidatar-se às bonificações concedidas por essa linha de crédito". Um mês depois, concretamente a 19 de Janeiro de 1993, a CGD arruma liminarmente o assunto da seguinte forma: "Relativamente ao pedido de financiamento em referência, informa-se V. Excia de que já não foi possível integrá-lo na linha de crédito CGD/BEI nem no seu reforço, por se encontrar esgotado o respectivo *plafond*..."

Portanto 10,6 milhões de contos "esgotaram-se" num mês e, pior que isso, a palavra duma Secretaria de Estado vale menos que um tostão furado, dado que o assunto ficou mesmo assim, apesar de a Câmara do Seixal ter enviado de imediato uma carta ao Ministro do Planeamento e da Administração do Território a informar que "a confirmar-se a informação da CGD, vai este município ser altamente prejudicado, trazendo graves problemas para a autarquia do Seixal, sobrecarregando-nos com custos adicionais e iludindo as nossas expectativas, pondo em causa a normal execução dos projectos que foram objecto de candidatura e aprovação".

O caso dos desalojados de Camarate, no município de Loures, foi também um dos casos concretos trazidos ao plenário, dando origem, aliás, a fortes aplausos da assistência. Abílio Curto foi o primeiro a levar aos microfones a solidariedade concreta com o município de Loures, recordando que "foi o Governo, através do IARNE, que lá colocou os agora desalojados", tendo mais tarde o presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, contado minuciosamente o problema, recordando no final que esta tentativa de "sacudir a água do capote" por parte do Governo pretendeu atingir não apenas a Câmara de Loures, mas todas as autarquias, advertindo que há muitos outros "Lares Panorâmicos" espalhados por esse País, incitando, por isso, à unidade e solidariedade de todo o Poder Local, no que foi fortemente aplaudido.

Reivindicações

- Reafirmam-se igualmente «os princípios comunitários da subsidiariedade e da parceria, apelando ambos à descentralização, com resolução dos problemas ao nível mais próximo possível dos cidadãos; o princípio da parceria remete para a participação e colaboração no processo de desenvolvimento».

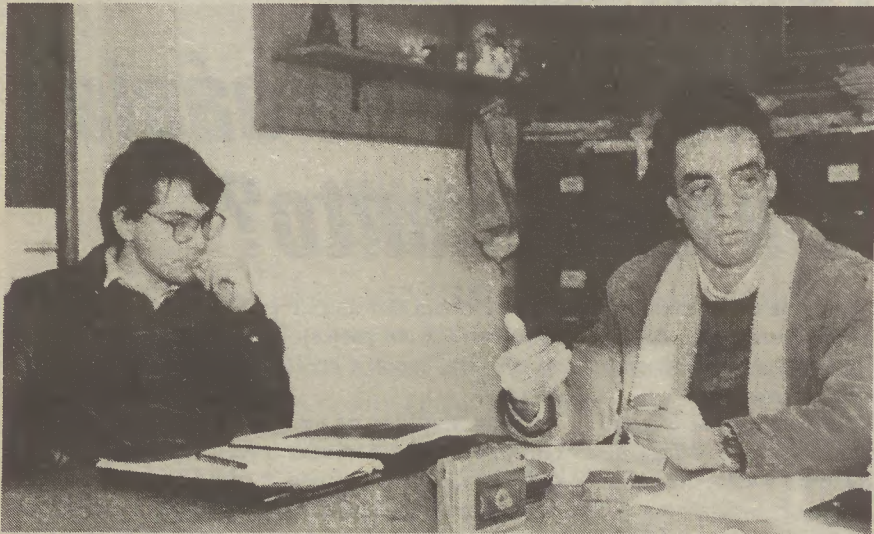
- Importa também pôr fim «a medidas avulsas e exercitar a cooperação de competências e recursos dos diversos níveis e departamentos da Administração entre si e com os agentes económicos e sociais, em ordem a maximizar os efeitos da aplicação dos fundos comunitários».

- Imperioso é o estabelecimento, no próximo QCA, de Programas ou Operações Integradas de Desenvolvimento de âmbito sub-regional, «como oportunidade única de abordagem globalizante dos problemas que afectam o desenvolvimento do território e das populações; programas em cuja gestão a Administração Local participe de parceria com a Administração Central e Regional e com entidades representativas dos agentes económicos e sociais; programas que contemplem numa linha específica para os Municípios a duplicação do apoio aos investimentos autárquicos numa base de afectação equitativa das verbas comunitárias e na exigência de revisão, com adaptação às novas realidades, da Lei de Finanças Locais».

- Face à criação do Comité Europeu das Regiões, através do Tratado de Maastricht, e do direito de Portugal se fazer representar com 12 elementos das suas instituições regionais e locais, «a ANMP reivindica o direito a ser consultada no processo de definição do regime de designação».

4º Congresso a 3 e 4 de Abril, no Barreiro JCP em contagem... crescente!

Entrevista com Manuel Gouveia e Nuno Costa



Com a aprovação, no passado fim-de-semana, dos documentos propostos a debate pela Direcção Nacional, abriu a fase preparatória do 4º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. Olhando ao tempo que falta, começou a contagem decrescente. Olhando para a importância do Congresso e o

Para saber algo mais acerca da forma como a JCP encara a preparação do Congresso e a situação actual da juventude, o «Avante!» entrevistou Manuel Gouveia, membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional, e Nuno Costa, do Executivo da DN.

«Avante!»: A discussão e a aprovação dos documentos na Direcção Nacional levantaram alguma polémica?

NC: Foram manifestadas diferentes opiniões em relação a vários temas e foram feitas centenas

de propostas de emendas aos projectos apresentados pelo Secretariado e pelo Executivo na reunião deste fim-de-semana da Direcção Nacional. Os contributos foram positivos e a discussão foi bastante produtiva.

MG: Por exemplo, o projecto inicial «Agir para transformar - Base Programática para a dinamização da luta juvenil» condensava cerca de 250 propostas (desde o acesso ao Ensino Superior até aos direitos dos jovens trabalhadores, à precariedade social, ao direito à saúde, ao aborto, etc.) e neste momento, depois da discussão na Direcção Nacional, o número de propostas vai já em cerca de 400.

Também quanto ao documento político, a discussão não foi motivada por quaisquer dúvidas e polémicas sobre questões de fundo, mas sim pela necessidade de enriquecer o projecto. Isto é normal e, com o alargamento da discussão até ao Congresso, mais propostas certamente vão surgir.

Reunião da Direcção Nacional Documentos prontos para discussão

A aprovação dos documentos a submeter ao próximo Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) foi uma das decisões da reunião do passado fim-de-semana da Direcção Nacional (DN) dos jovens comunistas. Um projecto de Resolução Política, uma proposta para uma Base Programática da organização, um projecto de Resolução sobre Organização e Direcção e um projecto de alterações aos Princípios Orgânicos são os documentos que agora vão ser postos à discussão entre os militantes da JCP.

Num comunicado saído após a reunião da DN da JCP, afirma-se que o projecto de Resolução Política «faz o balanço da situação social, da política do Governo, a análise da evolução do Movimento Juvenil e da actividade da JCP entre Congresso e traça linhas de intervenção para o desenvolvimento do Movimento Juvenil e para a acção e luta da Juventude Portuguesa».

A «base programática» apresenta «as propostas da JCP nas áreas de interesse juvenil» enquanto a resolução sobre organização e direcção «avalia a evolução da JCP nesta áreas e traça linhas de orientação para o trabalho futuro».

Finalmente o projecto de Alterações aos Princípios Orgânicos, segundo o comunicado da Direcção da estrutura dos jovens comunistas «consagra um conjunto de alterações, visando a sua clarificação e adaptação a novas realidades».

A Direcção Nacional da JCP avaliou as iniciativas inseridas na preparação deste IV Congresso e reafirmou «a necessidade de um grande envolvimento dos jovens comunistas e de todos aqueles que com a sua experiência e contributo enriqueçam os documentos propostos à discussão e deste modo as próprias conclusões do Congresso».

Saudando o grande número de jovens que tem aderido à JCP, a DN afirma que «a JCP conta com mais de 10 mil militantes, com uma actuação dinâmica em todo o país e em vários sectores da juventude, no ensino secundário, no ensino superior, junto dos jovens trabalhadores e em torno das grandes questões que preocupam os jovens de hoje», assinala o comunicado que salienta «o elevado número de militantes, o largo conjunto de activistas, a intensidade realizada ou em perspectiva e o número significativo de adesões que se tem verificado» durante este período.

Ensino Superior

Nesta reunião foram ainda apreciados alguns temas da actualidade nacional que dizem mais directamente respeito aos jovens: ensino superior, trabalhadores-estudantes, desemprego juvenil, o estatuto jurídico do Conselho Nacional da Juventude e o processo de legalização de imigrantes.

«Consumada que está a transferência dos Serviços Sociais para as Universidades sem a correspondente dotação orçamental que permita o cumprimento global dos seus objectivos; apontado o fecho dos serviços médico-sociais em Lisboa; aprovado o Orçamento de Estado pelo PSD que impõe o pagamento de propinas contra a vontade expressa na luta dos estudantes; fica comprovada a intenção de desresponsabilização do Estado face às suas obrigações e o carácter autoritário e arrogante da política deste Governo contra a qual se tem desenvolvido uma grandiosa luta que se traduz já em importantes vitórias e que é imperioso continuar», afirma a DN da JCP.

O órgão máximo entre Congressos da JCP afirma sobre este assunto que «considera de grande importância a continuação da unidade estudantil, na qual os estudantes comunistas se empenharão, como forma de derrotar aqueles que apostam, contra os sentimentos estudantis, na partidização do Movimento Associativo, nomeadamente a JSD, e de se opor aos propósitos da política educativa do Governo PSD».

A DN da JCP apelou aos trabalhadores-estudantes para que se empenhem na preparação do próximo Congresso da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, «contribuindo assim para o reforço do Movimento Associativo Nocturno» e manifestou «preocupação» pelos

problemas sentidos por estes jovens, «nomeadamente os que decorrem da não aplicação do seu estatuto e da publicação de despachos que condicionam a sua efectiva aplicação».

Os jovens comunistas alertaram para o agravamento do desemprego juvenil «quer pelo encerramento de numerosas empresas, quer pela intenção de levar à prática a nefasta Lei dos Disponíveis da Função Pública», destacando da luta que se desenvolve nesta área, a realização pela Interjovem da campanha nacional dos direitos dos jovens, que decorre até Março.

Racismo e xenofobia

Considerando «lamentável» a anunciada não aprovação, terça-feira passada na Assembleia da República, do estatuto jurídico do Conselho Nacional de Juventude, a JCP entendeu dever recordar que foi ela, através do Grupo Parlamentar do PCP, a primeira a responder à «justa aspiração do CNJ» ao apresentar no Parlamento um projecto de estatuto jurídico que só não foi aprovado pela constante oposição da JSD e do PSD.

«A DN manifesta o seu repúdio pelo carácter xenófobo das intenções do Governo de tomar medidas contra os imigrantes ilegais após 14 de Fevereiro, nomeadamente a sua expulsão ou detenção em centros especiais se aqueles não regularizarem a sua situação, e exige o alargamento do prazo para a legalização dos mesmos, acompanhado de medidas sérias para a sua informação e esclarecimento», defende o comunicado que toma posição «face a alguns actos racistas e xenófobos» e «face à política de avestruz deste Governo» sobre esses factos, apelando-se «a todos os jovens que se empenhem em actos de solidariedade anti-racistas e na luta contra estes fenómenos».

À margem... ma non troppo

Durante a entrevista com Manuel Gouveia e Nuno Costa o tema forte foi, como se nota pelo produto final, o próximo Congresso da JCP. Entretanto, à margem do tema forte, abordámos algumas questões actuais da política e da juventude.

Na nota que distribuíram após a reunião da DN, não se fala em eleições autárquicas, que têm lugar de muito destaque no calendário político deste ano. Não foi lapso?

Manuel Gouveia: Não. O facto de não serem referidas na nota de conclusões desta reunião, que foi sobretudo para preparação do Congresso, não quer dizer que a JCP não esteja a preparar as eleições autárquicas. De qualquer forma, parece-nos que uma boa participação dos jovens comunistas na elaboração dos programas e das listas e na campanha eleitoral é compatível e não se pode separar do Congresso da JCP.

Para dar uma boa resposta ao trabalho que tem a ver com as eleições autárquicas, a JCP precisa que o Congresso seja bem preparado, que o Congresso corra bem, que o Congresso afirme a JCP e permita o seu reforço, o aumento do número dos seus activistas, a dinamização da sua organização. Este é o maior contributo que podemos dar para que o PCP e a CDU tenham um bom resultado nas autárquicas.

Como vêm as infiltrações de neonazis nas claques? Também há militantes da JCP nas claques dos clubes?

Manuel Gouveia: Há, mas não de forma organizada, não temos núcleos da JCP nas claques. Quanto às infiltrações de neonazis, as próprias claques têm procurado dar uma resposta ao problema. Não é nossa opinião que sejam as claques acusadas pela actuação de uma minoria. Há infiltrações nas claques, são visíveis e são pequenos núcleos. Agora, está o processo a correr, vamos ver se as claques são capazes de dar a volta, pois é verdade que elas é que têm a força para impedir aquele tipo de manifestações no seu seio.

Por que motivos são postos à discussão 4 documentos? Os assuntos poderiam ter sido estruturados de outra forma?

MG: Naturalmente, haveria outras formas de estruturar os documentos preparatórios do Congresso.

Escolhemos esta solução, por um lado, para facilitar a organização e separação de coisas diferentes: a proposta de alterações aos Princípios Orgânicos é um documento muito diferente dos outros, que são três documentos de análise. Depois, a repartição dos temas permite uma discussão mais rica nas diversas linhas: no documento sobre questões de organização e direcção faz-se o balanço do trabalho e apresenta-se propostas para o futuro; na resolução política analisa-se o movimento e as lutas da juventude e a política do Governo nos últimos 4 anos e apresenta-se propostas para a intervenção da JCP; a Base Programática, que contém as propostas e reivindicações da JCP para a política de juventude nas várias áreas, poderia estar incluída na Resolução Política, mas permite assim, individualizado, uma mais clara apresentação das nossas propostas e um trabalho mais rico, uma discussão mais directa e um trabalho mais sistematizado e com mais rápidos efeitos concretos após o Congresso (nomeadamente, através da sua transformação em projectos de lei ou em reivindicações da luta dos jovens).

Como vai decorrer agora a discussão?

MG: Cabe agora às organizações dinamizar a discussão dos documentos, assegurando a participação do maior número possível de jovens comunistas.

E não comunistas?

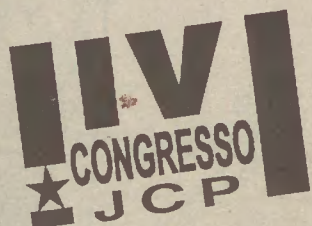
MG: Também podem participar na discussão. Todas as contribuições são úteis e a Direcção Nacional definiu mesmo uma linha, nomeadamente respeitante à «Base Programática», para, além do debate nas reuniões da JCP e ainda nesta fase preparatória do Congresso, ir às associações de estudantes, às associações e movimentos juvenis dis-

Certamente, as claques têm culpas no facto de terem deixado a situação arrastar-se e terem pactuado. Mas não foram só as claques que permitiram que os neonazis tivessem aquela actuação: os dirigentes desportivos permitiram, a polícia também foi passiva, os jogadores de futebol também podiam ter tido uma acção mais forte, os árbitros... Todo o fenómeno desportivo devia ter tido uma reacção mais forte quando, aqui há um ano, estas tendências começaram a aparecer. Agora estão a reagir, e, nomeadamente, as claques estão a tentar afastar este tipo de processos do seu seio. A JCP tem confiança em que as próprias claques e o público que vai ao futebol que vão conseguir parar este fenómeno completamente marginal aos valores que reúnem as pessoas num estádio.

O desemprego é referido pela DN da JCP como uma questão grave. Por que não se registam lutas dos jovens desempregados?

Nuno Costa: O mais grave é o Governo estar, através de medidas antipopulares, a privar os jovens do direito ao trabalho. E, face às medidas que o Governo tem vindo a tomar, é realmente de prever que o problema do desemprego tenderá a agravar-se.

Há dificuldade em ganhar a malta desempregada, que está descontente e desmotivada, para se organizar e lutar. É importante o papel dos jovens comunistas, desempregados ou não, em despertar esta camada juvenil para os seus problemas, levando-lhes as nossas propostas e conseguindo uma grande coesão e esclarecimento, que permitam organizar os jovens desempregados para fazerem vencer as suas aspirações.



cutir as propostas e procurar opiniões para os enriquecer.

Além das reuniões e destes contactos, temos já marcados vários debates em Lisboa, no Porto, em Setúbal, muitas iniciativas de convívio...

A preparação do Congresso exige ainda uma grande dinamização da actividade da JCP, quer na mobilização dos militantes e no esforço de organização, quer levando o Congresso e a JCP para a rua e intensificando a nossa intervenção junto dos jovens e a participação nas lutas - que não param.

Quando são publicados os documentos que a DN agora aprovou? Há outros materiais?

NC: Os documentos vão estar publicados e em distribuição até dia 8 de Fevereiro. Já está a ser distribuído pelas organizações o cartaz da campanha de adesões à JCP. Entre os materiais de promoção do Congresso que vamos lançar, destaca-se o «pin», um *crachar* diferente, que pode ter várias formas geométricas, em relevo ou plano, e que teve uma grande aceitação entre os jovens franceses, está agora em expansão em Espanha e vai rapidamente chegar a Portugal. Haverá também isqueiros, autocolantes, *t-shirts*...

Há alguma razão especial para que o 4º Congresso decorra no Barreiro?

NC: No Barreiro e no distrito de Setúbal temos grandes tradições democráticas e uma forte implantação do PCP e da JCP. Apesar de haver quem tente lançar a ideia de que o comunismo teria acabado também pelas nossas bandas, a verdade é que cada vez mais jovens vêm à JCP. A tradição de luta não se perdeu, como se viu na altura das acções dos estudantes do secundário contra a PGA, contra a política do Governo e contra o ministro da Educação da altura: as seis escolas secundárias do Barreiro (uma delas C+S) encerraram por completo, com largo apoio dos professores e dos funcionários, e também da população; depois de um desfile em que devem ter participado mais de 10 mil jovens, os alunos concentraram-se no centro da cidade.

Neste contexto, consideramos importante realizar o 4º Congresso da JCP no Barreiro. O pavilhão do «Luso» reúne todas as condições para albergar o Congresso, com os seus 600 ou 700 delegados e cerca de mil convidados, e, desta forma, homenageamos também o movimento associativo popular e as suas tradições progressistas.

Para o Congresso vamos enviar convites especiais a outras organizações juvenis democráticas, antigos dirigentes e funcionários da JCP, algumas personalidades, membros do corpo diplomático. Deveremos ainda ter conosco representantes de duas ou três dezenas de organizações estrangeiras e internacionais.

Deve ser difícil juntar milhar e meio de jovens e não fazer uma festa?...

NC: Apontamos para a realização de uma grande festa na noite de sábado, uma iniciativa que deverá extravasar os limites do Congresso. Como ainda estamos a organizá-la, não podemos adiantar mais pormenores. Mas iremos dando notícias, pois queremos que nesta festa participem muitos mais jovens, não apenas os delegados e convidados do Congresso.



Temos dado passos bastante importantes, através dos jovens comunistas com intervenção no movimento sindical unitário, e ainda com o reforço notório dos colectivos da JCP que abarcam essa camada.

A DN faz um apelo à participação no próximo congresso da Federação Nacional dos

Trabalhadores-Estudantes. Há alguma especial situação de emergência?

Manuel Gouveia: Há uma grave situação que afecta todos os trabalhadores-estudantes do nosso país. Além de sofrerem todos os fenómenos que sofrem os trabalhadores e além de sofrerem tudo o que sofrem os estudantes, têm problemas agravados por serem trabalhadores-estudantes: começamos a assistir ao encerramento crescente de escolas do Ensino Secundário nocturno, à degradação crescente das condições em que estudam, a ausência completa de cantinas, bibliotecas e outros serviços a funcionar à noite, uma grande instabilidade a nível dos professores... Legislação recente do Governo vem atacar o Estatuto do Trabalhador-Estudante e, na prática, vem impedir o acesso da maioria dos jovens trabalhadores aos direitos que nele são consagrados, devido a dificuldades várias que são criadas, como o facto de a generalidade das empresas não passar certificados para as escolas.

Este nosso apelo é um apelo à mobilização dos jovens trabalhadores-estudantes em torno da sua estrutura unitária, um apelo a que se empenhem na luta pelos seus direitos - e a FNATES tem um papel fundamental no movimento dos trabalhadores-estudantes.

Mais de 10 mil militantes

Na reunião da Direcção Nacional da JCP foi apreciada a situação da organização e, como referimos noutra peça destas páginas, foram salientados «o elevado número de militantes, o largo conjunto de activistas, a intensa actividade realizada e em perspectiva e o número significativo de adesões que se tem verificado».

Pretendemos aprofundar esta apreciação e perguntámos se, realmente, 10 mil militantes é um número elevado para uma organização como a JCP.

Manuel Gouveia começou por precisar que «o balanço ainda não está concluído, mas neste momento os dados reunidos permitem-nos apontar para um número superior a 10 mil militantes. Há ainda a considerar uma actualização de ficheiros, que significou a transferência para o Partido de cerca de 4 mil camaradas com mais de 27 anos que, apesar de ainda inscritos na JCP, já não estão ligados directamente à actividade da Juventude».

Aquele dirigente da Juventude Comunista Portuguesa considera que 10 mil militantes «é realmente um número elevado porque, entre as organizações de juventude dos partidos, a JCP é a que conta com maior

Gouveia respondeu prontamente com dados recentes: «Começámos em Outubro e vamos levar até ao Congresso uma campanha de recrutamento. Neste momento contamos já várias centenas de adesões.»

À primeira vista, este é um fenómeno contra a corrente laranja e as *modas* que quer inculcar na juventude, e contrário também a cenas neonazis mais recentes...

Esta observação levou Manuel Gouveia a comentar: «Pode-se tentar fazer uma análise da juventude partindo das infiltrações de neonazis em claques desportivas. Mas, se olharmos o ano que passou, o que marca a intervenção da juventude são grandes lutas que também reflectem valores caros aos jovens.

«Tivemos no início de 1992 a maior luta de sempre do Secundário em Portugal, contra a PGA; tivemos

mais recentemente as maiores lutas da década no Ensino Superior, contra as propinas. Isto é que mostra como a juventude está ou não a evoluir, apesar da política do Governo, apesar dos problemas dos jovens, apesar de todas as campanhas de formação de mentalidades... É claro que há fenómenos que divergem, há vitórias da direita nas campanhas que tem desenvolvido, há infiltrações da extrema-direita. Mas a nossa opinião é que há também uma enorme capacidade da juventude portuguesa de *dar a volta* e que leva a que a resposta dos jovens não seja a que a direita pretendia.»

Manuel Gouveia é de opinião que «não é automático que mais lutas juvenis signifiquem maior número de adesões à JCP», mas reconhece que há alguma relação: «Aumenta o prestígio da JCP e a sua influência, se os jovens comunistas estão empenhados na acção e nas lutas do movimento juvenil, se as propostas e reivindicações

da JCP são reconhecidas como justas e são assumidas como propostas e reivindicações dos jovens. Não é automático, mas tudo isto vai criando simpatias e aproximações. Por outro lado, nas lutas dos jovens os dirigentes da JSD ou da JS têm, em muitos casos, uma actuação virada para a desmobilização e a derrota, em contraste com a intervenção dos jovens comunistas; os jovens, sobretudo durante as lutas, estão atentos a estas coisas, e não podem deixar de reagir da forma mais natural, aproximando-se de quem está sinceramente e activamente com eles e os seus objectivos.»

«Por outro lado», acrescenta, «estas lutas são contra a política do Governo, o que também leva a uma aproximação aos nossos valores. Na comunicação social podem não dar as nossas posições, como geralmente não dão; mas dão com destaque as posições do PS e do Governo, e os estudantes não se revêem nelas: o PS foi durante muito tempo a favor das propinas, e na prática continua a ser, enquanto o PSD é o autor da lei das propinas. Mesmo silenciando as posições dos comunistas, há uma rejeição às posições dos outros partidos por parte dos jovens.»

Assim, «não é automático que mais lutas se traduzam em mais recrutamentos. Mas, com trabalho e empenho, vamos ganhando mais influência, mais apoio e mais jovens para a JCP.»



número de militantes. A JSD declara que tem 12 mil, mas é preciso ter em conta que toda a gente que está inscrita no PSD e tem menos de 30 anos é, por *inerência*, militante da JSD. Entretanto, os nossos 10 mil são apenas os inscritos na JCP, e há ainda milhares de jovens comunistas organizados no PCP.

«Tendo a conta a actual realidade de participação juvenil nas organizações partidárias, 10 mil é um número bastante elevado», reafirma Manuel Gouveia. E sublinha: «São 10 mil jovens profundamente ligados ao movimento juvenil, que intervêm em todos os sectores a nível nacional. Há militantes da JCP em todos os distritos, temos fortes núcleos de militantes no Ensino Secundário e no Ensino Superior e no movimento associativo estudantil, nas estruturas do movimento sindical e nas movimentações e lutas de trabalhadores, temos um grande número de jovens comunistas ligados ao associativismo popular e juvenil, aos movimentos ambientalistas e ao movimento anti-racista. 10 mil é um número de militantes bastante elevado, ainda que, claro, com potencialidades para crescer bastante.»

Novas adesões

Neste ponto, havia que conferir se tais potencialidades têm vindo à tona nas adesões à JCP. Manuel

América, inquieta, instável... Tempo de esperanças?

Parece legítimo, natural, compreensível, que o povo americano se tivesse unido à volta do novo presidente cuja eleição assegurara através do voto de 43% dos seus cidadãos e cidadãs. Tendo claramente rompido com o tempo chocante de resultados catastróficos que foi o de Ronald Reagan e George Bush, os americanos vêem na chegada de Bill Clinton à Casa Branca uma razão de esperança quando o país se encontra mergulhado na situação socioeconómica que se conhece. Reconhecemos que a William Jefferson Clinton não faltam qualidades. No seu discurso inaugural pronunciou a palavra **mudança** em nove ocasiões.

Mas a escala dos problemas que o novo presidente vai encontrar é gigantesca. A tarefa de renovação urbana, as promessas de reestruturação dos sistemas educacional e de saúde pública pode dizer-se que, só por si, constituem obras requerendo a mobilização e o esforço do povo inteiro porque a decadência e a miséria vêm de há dezenas de anos. O novo presidente, se quiser enfrentar frontalmente esses dilemas, terá de utilizar a coragem que parece não lhe escassear e de deitar mão a recursos monumentais que, entretanto, não lhe será possível reunir em termos de estratégia económico-financeira sem que tremam e reajam, furiosamente, as poderosas forças do sistema controlando fortalezas praticamente impenetráveis.

O destino da «IBM»

Dias antes da tomada de posse, a IBM, a maior companhia do mundo no sector da informática, revelou nos resultados do exercício de 1992 os mais elevados prejuízos da história empresarial dos Estados Unidos: 5 biliões de dólares (já depois de deduzidos os impostos) em vendas de 64 biliões. Nos últimos seis anos, o império da IBM desfizera-se de cerca de 100 mil empregados. Agora, anunciou-se que mais 25 mil conhecerão o despedimento, em 1993. Os custos destas demissões e os da imobilização de capacidades produtivas são considerados como desastrosos e, consequentemente, as acções da IBM, que já tinham perdido metade do seu valor desde o Verão, voltaram a descer enquanto o conselho de administração decidiu reduzir para metade o já modesto dividendo pagável aos accionistas.

A IBM desenvolve, nestes meses cruciais para o seu futuro, as mais determinadas tentativas à escala mundial para

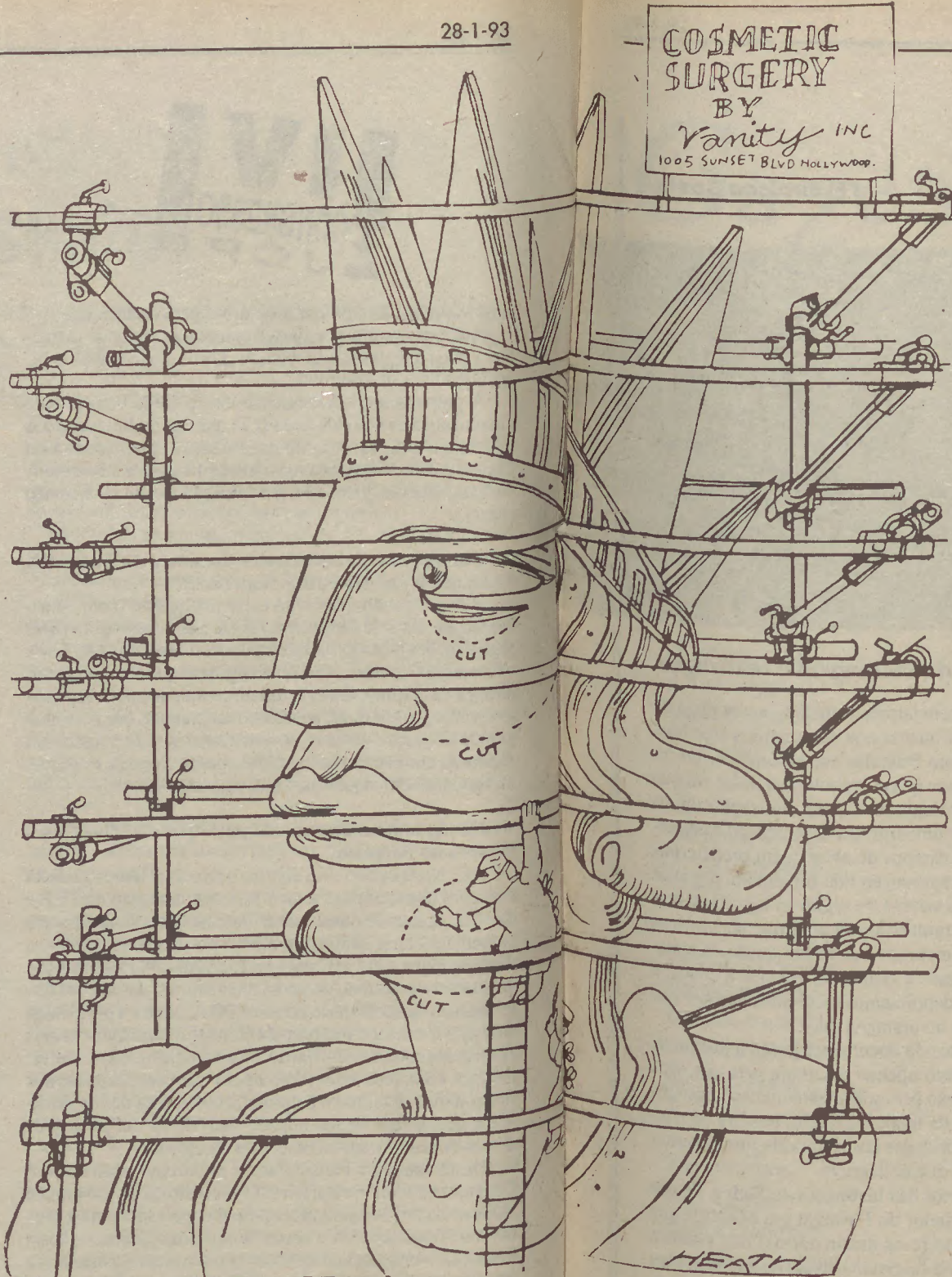
poder manter-se como empresa dominante nas áreas que restam no seu considerável império, mas as condições mudaram. A feroz luta de preços a que assistimos no mercado mundial tende a favorecer os fabricantes mais pequenos os quais procuram concentrar-se em produtos específicos evitando o gigantismo. Ainda assim, o mercado não cessa de restringir-se e a IBM cujos lucrativos centros de vendas na Alemanha e em França caíram cativos da recessão, grita, como toda a América grita, diante de condições novas, imprevistas, que já não está em posição de controlar. O mesmo pode dizer-se da General Motors.

Os problemas domésticos ganham todos os dias novos dramatismos. É para lá, portanto, que Bill Clinton terá de dirigir as suas atenções em primeiro lugar. A situação era já péssima quando Ronald Reagan chegou ao poder, em 1981. Mas este, um actor, não teve dificuldades de maior em convencer o povo americano de que, na realidade, o que era preciso era fazer como ele: fechar os olhos à realidade e viver um sonho de Hollywood. Como sabemos, os sonhos e as visões do incrível Reagan acabaram por conduzir às transformações mundiais conhecidas. Mas, no processo, Reagan afundou o seu país no ventre da mãe de todas as crises. E, na nova situação criada, o mundo começa a aperceber-se de que o capitalismo deu passos de gigante em direcção ao seu terminal enfraquecimento. Outras tentativas visando o estabelecimento de sistemas sociais justos surgirão, inevitavelmente, sobre o cadáver do liberalismo cujas mentiras quanto à liberdade e à democracia e cujos crimes praticados em seu nome serão desmascarados, finalmente, perante todos os povos da Terra.

A verdadeira América

A «Brookings Institution», na sua edição de 1992 (Setting Domestic Priorities — What Can Government Do?)(1), chegou a conclusões que, surgindo de onde surgem (a Brookings Institution é o mais autorizado centro de estudos políticos e socioeconómicos nos Estados Unidos), não podem deixar de ser considerados como da mais alta relevância se se quiser compreender o que se está passando, afinal, na América a que Bill Clinton já começou a presidir. Eis algumas dessas conclusões:

«São já poucas as pessoas que ainda acreditam que os



que procuram alívio. A grande América tenta impor soluções de força a Belgrado e «empurra» os «marinheiros» para os arcos da Somália, mas as suas escolas já não preparam e formam os especialistas de que o seu aparelho produtivo carece. A grande América continua a pretender inspirar polacos e checos, eslovacos, húngaros, albaneses e russos pelos seus tradicionais princípios da economia de mercado sustentados pelas inevitáveis e sempre gritadas ideias de liberdade e de democracia sem real conteúdo e de direitos humanos que ela própria não

respeita. Mas no seu interior, o crime é a única «indústria» que demonstra crescimento e o sistema de infra-estruturas nacionais (estradas, pontes, aeroportos, estabelecimentos escolares, etc.) conhece o colapso e já ninguém lhe deita a mão.

Na grande América, diz-se que as pessoas vivem livres que aquilo é terra de homens e mulheres que existem em total liberdade e cantam canções. Pode criticar-se o governo à vontade e na Câmara dos Representantes ou no Senado os eleitos do povo praticam o jogo da democracia diante dos olhos do país e do mundo. As mensagens presidenciais costumam ser lições que deslumbram a Humanidade. E as recepções no Congresso? As personalidades de alta estirpe, como algumas que por lá têm passado nos últimos anos... Mas é preciso explicar que a democracia do capitalismo, as falsas liberdades dos imperialistas não se acham colocadas para darem resposta às tragédias sociais que fazem desesperar e chorar o povo pobre. Estamos a falar da América, não de qualquer nação africana infeliz e sem recursos — pela primeira vez na história do país, a maior parte das crianças nascidas no seio de famílias que atingem agora a meia idade pode estar certa de que os seus rendimentos futuros serão inferiores aos de que usufruíram os seus restantes pais. A indústria transformou-se num deserto. Abutres financeiros dedicam-se à compra de dívidas incobradas. Os programas de garantias de empréstimos à agricultura encontram-se perante prejuízos de 6,5 biliões de dólares. Mas há falta de operários especializados. Ninguém sabe nada.

Espectacular é a desintegração do sistema de saúde pública. A grande América esgotou-se na luta contra os «vermelhos» que, sem que se saiba bem porque, costumavam tirar-lhe o sono. Presentemente, um terço da população não tem qualquer esperança de tratamento na doença ou de hospitalização. Sem seguro, milhões de cidadãos americanos existem expostos a todos os riscos e vivem sem defesa. Mas as companhias de seguros do ramo da saúde não cessam de aumentar os respectivos prémios que, consequentemente, se vão tornando inacessíveis a empresas de pequeno porte e o pessoal fica sem qualquer protecção. A classe médica próspera e a indústria farmacêutica agita o imaginário das pessoas através da publicidade indigna e imoral de produtos exóticos, completamente disparatados, que, entretanto, um terço da América compra e utiliza. Os americanos mais pobres e os que se abrigam nas ruas dos rigores do sistema socioeconómico, só contam com os hospitais da caridade pública. Mas também esses

carecem de fundos mínimos que os ajudem a funcionar. De onde surgirá o dinheiro?

Religião

Desorientação, o povo refugia-se na religião. A indústria da fé, esse velho alçaço, não pára de crescer. Produzem-se milagres à vista do país inteiro tudo filmado e transmitido pela TV. Os pregadores das múltiplas religiões (?) enriquecem, conhecem a corrupção, apaixonam-se pelas mulheres dos outros, visitam prostitutas. Constroem impérios, depois assistem e presidem à sua ruína e voltam ao princípio assumindo-se sempre como os verdadeiros portadores da palavra do Senhor. A grande América acredita. Mas, às vezes, sóbria, pergunta-se: «Se os «vermelhos» foram vencidos, por que motivo não melhora a situação do mundo?»

Recomeçamos. Ainda segundo a «Brookings Institution» e a própria OCDE, o nível das poupanças do povo americano cairá no próximo decénio para somente 1,2% (8,2% de 1959 a 1980) quando essas poupanças (7%) forem absorvidas pelos «deficits» governamentais, estaduais, locais, de 5,8%. Tanto as poupanças como o investimento são, actualmente, os mais baixos em todo o mundo industrializado, o que dá peso às previsões dos economistas que não se impressionam com a actual mini-restrita-recuperação e anunciam a continuação da estagnação do crescimento económico e o incontável declínio industrial.

Europa

Nestas circunstâncias, a Europa onde a Alemanha, a França, a Espanha e a Itália entraram na recessão, e o Japão, onde diminuiu o ritmo em todas as actividades económicas e os Bancos conhecem dificuldades, não podem deixar de olhar com ansiedade os actos e as proclamações do novo presidente americano. A situação económica nos países europeus é particularmente perigosa e ameaça irromper pelo campo em que a Grã-Bretanha penetrou a partir de 1990 porque as altas taxas de juro actualmente praticadas tenderão a amortecer o conjunto das actividades económicas.

Mas, enquanto o declínio britânico se explica pelas condições de desenvolvimento histórico do país, o enfraquecimento das economias europeias, menos expostas às dívidas colossais que penalizam a Inglaterra e a América, resulta de uma nova situação de instabilidade política que, aliada ao referido alto grau de controlo monetário, coloca absolutamente em causa os projectos de união ou de integração a que as realidades todos os dias negam viabilidade.

A América e o mundo esperam de Bill Clinton uma espécie de «arranque» para a criação rápida de condições permitindo a formação de novos ritmos de crescimento a sustentáveis níveis de progresso e o ressurgir da confiança nos mercados mundiais. Em breve descobrirão que a simples mudança de locatário na Casa Branca não pode oferecer resposta para as grandes questões do mundo ou para as dos homens e das mulheres dos nossos dias.

O ontem morreu. O amanhã não nasceu ainda. Como agir, como viver na época indefinida e transitória que atravessamos? Angústias extremas devoram a América. Os povos europeus conhecem a dúvida, desconfiam das condições em que vivem. A Suécia e a Itália, por exemplo, acham-se em situação de falência e procuram privatizar, desesperadamente, no estrangeiro, os valores nacionais que o capital indígena, refugiado noutras paragens, desdenha e despreza. O Oriente exige a compensação dos esforços titânicos dos seus povos, mas já estagna. A Índia conhece o reacender de históricas emoções religiosas e abraça-se aos cismas do passado para os quais não existe qualquer futuro. A África tem fome e tem medo.

Milhões de europeus dos países que constituíam o chamado «bloco de leste» assistem aterrorizados (ou justificados) ao descobrir da verdade, de toda a verdade, acerca das economias de mercado e das liberdades que se lhes fornecem em conjunto, sem aumento de preço e até com desconto, talvez.

Graves, portentosas, serão as tarefas dos comunistas. Dar reais esperanças ao mundo, pôr ordem nas coisas, mostrar as amplas estradas do futuro — eis algumas dessas tarefas. Quem saberá recusá-las?

(1) Para o estabelecimento de prioridades domésticas — o que pode o governo fazer?

■ Manoel de Lencastre

Os desalojados da sorte

A Justiça é cega, dizem, para manter a imparcialidade. Não é a este efeito desejável que temos assistido nos últimos tempos. O responsável pelo homicídio de um feirante, sendo polícia, foi condenado a 4 meses de prisão. Se fosse o contrário, a condenação seria outra, com toda a certeza. A Justiça aí não foi cega, foi vesga.

Agora assistimos ao despejo de 600 pessoas em Camarate, recolhidas pelo antigo IARN, para que o proprietário do edifício entre na sua posse como determina o Tribunal. A Justiça, com o apoio da polícia, foi implacável e todas as famílias ali residentes foram para a rua com os seus filhos, as mães com os seus bebés de dias, os idosos e os doentes. Tudo parece justo, pois o processo correu normalmente em Tribunal e o proprietário recuperou o que provou ser seu.

Não se discute a conclusão a que chegou o Tribunal quanto ao direito de um proprietário que há 17 anos reivindicava a posse do seu edifício. Discute-se, sim, a responsabilidade do Governo na garantia à habitação dessas 600 pessoas que tinha há tantos anos assumido. A Justiça, neste caso, não fora programada para considerar os direitos daqueles que um dia aceitaram a oferta do Estado de uma forma de habitação. E o Tribunal reagiu com a frieza dos computadores aos quais não se reclama sensibilidade. Aplicou a lei a partir de um conhecimento unilateral. Na verdade, a solução do problema do proprietário nada tem a ver com a dos que foram desalojados. O problema destes é de única e inteira responsabilidade do Governo que dirige o Estado. Merece ser tratado também pela Justiça, mas não em 17 anos.

O único organismo oficial que tentou encontrar uma solução foi a autarquia local que vive lado a lado com os moradores. O Presidente fez sugestões ao Estado para encontrar imediatamente um local para os albergar. Sem êxito, permaneceu junto daquelas famílias durante as noites chuvosas em que estiveram na rua. Decidiu abrir uma escola que se encontrava desactivada no concelho, do Ministério da Educação, mas foi impedido. Até os moradores vizinhos se opuseram a que ali fossem albergados «marginais». Outra vez predominou o direito dos proprietários. A Justiça passa ao largo dos que têm por propriedade apenas a própria vida.

Os desalojados da previdência

Estes acontecimentos sugerem uma reflexão urgente sobre o que acontecerá quando a saúde e a segurança social estiverem a cargo de empresas privadas. As prováveis reclamações dos beneficiários, quanto ao atendimento médico ou pagamento de subsídios, irão para Tribunal, transcorridos uns 17 anos, a Justiça analisará do ponto de vista da propriedade, com cifrões a cobrirem os seus olhos cegos. O Governo, como no caso de Camarate, lavará as mãos como Pôncios Pilatos, e o que reclama atenção humana ficará na rua da amargura.

Isto não é futurologia, é apenas o encadeamento lógico dos elementos que a realidade hoje nos apresenta. A ambição de reduzir o Estado ao mínimo, privatizando os serviços de atendimento ao cidadão tem levado os seus defensores a ocultar um lado da questão. Mostram sempre a vantagem financeira do Estado que se vê livre do peso de uma estrutura antiquada e burocratizada e pintam a capacidade milagrosa das empresas privadas resolverem os problemas de gestão dos serviços. Parece o conto de fadas que os países do Leste engoliram para trocar o socialismo pela economia de mercado.

O Estado mínimo é o que tem a função de zelar superiormente pela execução das normas estabelecidas. O mesmo será dizer que funcionará como um Tribunal Judiciário, libertando uns e condenando outros. E onde fica o poder económico que até agora, desde que o mundo é mundo tem sido a pressão válida para que as ordens sejam cumpridas? Este será privado, assim como privados serão os sistemas de saúde e de segurança social.

■ Zillah Branco



Império com mísseis... mas sem bases

A grande América coloca porta-aviões no Golfo e bombardeia o Iraque, mas não tem resposta para os seus doentes

O cônsul injustiçado

■ Francisco Costa

Num momento em que, com as alterações verificadas no panorama audiovisual português (e independentemente dos hábitos criados ao longo dos anos pelos espectadores de televisão), a médio prazo fará porventura pouco sentido continuarem a estabelecer-se critérios de importância ou «dignidade» de tal ou tal canal, continua a ser, mesmo assim, sintomático que **Sinais do Tempo**, um dos raros programas da televisão portuguesa que dedica o seu espaço a um dos géneros televisivos mais divulgados nas grandes estações de todo o mundo - o **jornalismo de investigação** - seja relegado para horas tardias na TV 2 (ainda assemelhando-se este canal a uma espécie de gueto justificativo dos alibis culturais e informativos dos programadores) e sofra constantemente as vicissitudes das alterações, adiamentos e outros insondáveis caprichos da constituição das grelhas.

Mas sendo, ainda e lamentavelmente, um critério quase exclusivo e habitual de **Sinais do Tempo** dedicar a sua atenção a temas de âmbito internacional, justificada expectativa foi criada pela transmissão, no passado Domingo (24.01.93), de um programa - «**Aristides de Sousa Mendes, O Cônsul Injustiçado**» - que, por uma vez, se debruçava sobre um caso escandaloso pouco divulgado e, ainda por cima, revelador de alguns contornos perversos e vergonhosos de uma época, negra e recente, da nossa História nacional - o fascismo português.

Uma correcta estratégia de produção

Contrariamente ao que se havia verificado com a série «**Geração de 60**» - um objecto televisivo formalmente incipiente e, além do mais, polemicamente agravado por um posicionamento ideológico sectário em que se misturava a justa denúncia do fascismo com o anticomunismo mais primário - a jornalista **Diana Andringa** contou, desta vez, com a colaboração de uma profissional da realização, **Teresa Olga**, o que garantiu uma maior consistência técnica na planificação e construção do programa.

Relatando o caso do cônsul português em Bruxelas - **Aristides Sousa Mendes** - que, por imperativos de cons-

ciência e ajuda humanitária, frontalmente contrariou as directrizes do então Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Salazar (*ver caixa nesta página*), concedendo vistos a milhares de refugiados que procuravam, nos últimos dias de Junho de 1940, junto da fronteira entre a França e a Espanha, escapar aos horrores da guerra e da barbárie nazi-fascista - o documentário revelou-se uma peça televisiva escurra e limpa, capaz de resistir ao cotejo com outras obras semelhantes oriundas do estrangeiro.

Diga-se, desde já, que a transmissão deste programa correspondeu em grande medida à expectativa que o rodeou. Não se adivinhava tarefa fácil pôr de pé o projecto. Antes de mais, porque é bem conhecida a dificuldade que constitui, no nosso país, elaborar um projecto assente na investigação a partir de documentos audiovisuais - um ramo da documentação histórica tradicionalmente desprezado pelas competentes instituições públicas e que tarda em ser organizado e concretizado em moldes eficazes e modernos.

Depois, porque, ao contrário do que se passa com a maioria dos operadores de televisão em todo o mundo, a RTP nunca privilegiou o documentarismo como forma de se constituir em alternativa particularmente adequada ao generalizado desaparecimento do género das salas de cinema.

Para a boa qualidade do programa contribuíram vários pressupostos reveladores de uma correcta estratégia de produção:

- em primeiro lugar, a gestão criteriosa dos meios à partida disponíveis ou daqueles que, mediante os mecanismos de co-produção com outras estações de televisão e os apoios de programas comunitários específicos ao nível do audiovisual europeu, puderam permitir uma maior consistência ao projecto - uma linha de trabalho essencial que se exige tenha continuação por parte da RTP;

- em segundo lugar, o aproveitamento dessa distribuição de meios a nível externo, o que permitiu, através dos próprios correspondentes da RTP ou de equipas estran-

geiras (recolhendo imagens ou depoimentos nos locais dos acontecimentos então ocorridos), uma fiel tradução da ressonância internacional da acção humanista desenvolvida pelo cônsul português.



Os pontos altos da montagem e realização

Documentário essencialmente apoiado numa linha de investigação que vai buscar aos documentos trocados entre o nosso cônsul em Bruxelas e as autoridades portuguesas um fio condutor quase cronológico desse trágico episódio, o filme privilegia para a sua realização alguns elementos essenciais: um curto texto de ligação e enquadramento dos vários campos de abordagem predeterminados pelo guião; a reprodução lida (utilizando algumas das nossas melhores vozes) de algumas significativas peças revelando os argumentos da controvérsia entre as duas partes; o poder impressivo da reelaboração do material de arquivo, impresso e visual, pertencente à época; e a força inegável dos depoimentos recolhidos de uma vineta de protagonistas do drama vivido.

Alguns pontos altos do documentário são a denúncia, tanto mais forte quanto apenas suscitada pela sua seca reprodução, do desprezo pelo sofrimento humano das vítimas do holocausto e da hipócrita e falsa postura de não-alinhamento das autoridades fascistas portuguesas perante o conflito mundial que deflagrava.

É o caso de excertos das Instruções de **Pedro Teotónio Pereira** (embaixador de Portugal em Madrid) que delimitavam o âmbito (e os destinatários) dos vistos a autorizar pelo governo fascista: «**vistos de passaportes Nansen** (emitidos pela Sociedade das Nações), só com bilhetes de barco, ingleses, americanos, americanos do Sul, franceses, gente limpa, e belgas, personalidades, atendendo a outros recomendados pelas Embaixadas e Legações (tudo isto) para evitar a entrada em Portugal de uma massa ignóbil e em grande parte indesejável do ponto de vista social»; ou da célebre Circular nº. 14, que proibia ao cônsul a concessão de vistos «**àqueles que apresentem nos passaportes a declaração ou qualquer sinal de não poderem regressar livremente ao país de onde provêm, aos judeus expulsos dos países da sua nacionalidade ou daqueles de onde provêm**»; ou, ainda, da famigerada Nota de Culpa que deu origem ao processo que o governo fascista moveu a Sousa Mendes: «**a atitude do arguido deu lugar a uma situação desprestigiante para Portugal perante as autoridades espanholas e as alemãs de ocupação**».

Mas é ainda ao nível da montagem, criando uma bem ritmada e homogénea alternância entre os vários materiais, tendo em conta origens, estéticas e processos muito diversos; da sonorização, utilizando criteriosamente (e fugindo à tentadora grandiloquência) páginas de Reggiani, Shostakovich ou Luís de Freitas Branco; dos sóbrios momentos de encenação conjugada com fundo de imagens de arquivo; ou, sobretudo, dos por vezes emocionantes depoimentos de testemunhos vivos de uma época que dolorosamente se recorda - que vamos encontrar os elementos mais conseguidos do programa.

Na memória do espectador ficará, ainda, a dignidade moral com que, no processo disciplinar que a ditadura fascista lhe foi moveu e culminou com a irradiação da carreira diplomática, Sousa Mendes argumentou a sua defesa: «**Era realmente meu objectivo salvar toda aquela gente, cuja aflicção era indiscutível. Uns tinham perdido os seus cônjuges, outros não tinham tido notícias dos seus filhos extraviados. Alguns haviam visto sucumbido pessoas queridas sob os bombardeamentos alemães. (...) Quantos suicídios e outros actos de desespero se produziram, quantos actos de loucura de que eu próprio fui testemunha... Não podia eu fazer diferença de nacionalidades, visto obedecer a razões de humanidade, que não distinguem raças nem nacionalidades.**»

E não deixará de ser motivo de reflexão, espanto e indignação, constatar-se, meio século passado, que os sucessores e descendentes das vítimas de ontem, em desprezo total pelas «razões humanitárias» outrora tão legitimamente invocadas, não hesitem hoje em continuar a ocupar ilegalmente pela força territórios soberanos ou a condenar centenas de seres humanos à exclusão e ao sofrimento, algures entre Israel e o Líbano.

O heroísmo de um diplomata de carreira

«Em 24 de Junho de 1940, o Dr. António de Oliveira Salazar, ditador e ministro dos Negócios Estrangeiros português, enviou 2 telegramas chamando imediatamente a Lisboa o cônsul-geral português em Bordéus (França), **Aristides de Sousa Mendes**. Um despacho datado de 4 de Julho de 1940, emitido por Salazar, ordenava um processo disciplinar a Sousa Mendes. O despacho acusava-o da «concessão abusiva de vistos em passaportes de estrangeiros». Ele significou o fim da carreira de 30 anos de Sousa Mendes.

A verdade sobre o que tinha acontecido foi imediatamente silenciada pelo regime de Salazar. Nem mesmo durante o processo disciplinar, realizado à porta fechada, se apurariam todos os factos.

Que crime cometera o cônsul-geral em Bordéus? Tinha desobedecido às ordens de Salazar. Algumas semanas depois da invasão da Polónia por Hitler e do início da Segunda Guerra Mundial, Sousa Mendes tinha recebido instruções formais para não emitir vistos a determinadas categorias de refugiados - momeadamente judeus e antifascistas - sem autorização prévia do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O ministro era nesse tempo o ditador Salazar. Ele e os seus colaboradores no Ministério não tencionavam facilitar a entrada em Portugal a refugiados que, por razões raciais ou ideológicas, consideravam como indesejáveis. Os pedidos de autorização para passar vistos a esses grupos de indivíduos tinham por isso pouco êxito.

Sousa Mendes cedo o descobriu por si mesmo. Dado que considerava as novas normas para a passagem de vistos como racistas e desumanas, começou por contorná-las e infringi-las naquilo que parecem ter sido, pelo menos inicialmente, casos isolados. Foi descoberto pela polícia política portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi informado. O Ministério ordenou-lhe que parasse, ameaçando-o com medidas disciplinares.

Nem a sua consciência nem os acontecimentos permitiam ao cônsul-geral em Bordéus fazer aquilo que o seu interesse pessoal ditava.

A situação dos refugiados na cidade portuária francesa tinha atingido proporções trágicas com a invasão nazi dos Países Baixos e da França em Maio e Junho de 1940. Literalmente milhões de refugiados e evacuados tinham afluído ao Sudoeste da França. Centenas de milhares deles escolheram Bordéus como seu destino temporário. À medida que os exércitos nazis se aproximavam, aqueles que tinham mais razões para recear Hitler só tinham um pensamento: abandonar a França.

Quase desde o início da ofensiva alemã, Sousa Mendes tinha sido assaltado diariamente por centenas de pedidos de visto por refugiados que fugiam aos nazis. Para saírem da França, eles precisavam de vistos de trânsito espanhóis. Assolada por 3 anos de guerra civil, a Espanha não queria ter mais a carga dos refugiados. Além disso, a Espanha franquista era descaradamente pró-nazi. Os opositores a Hitler pura e simplesmente não eram bem-vindos. Só aqueles que podiam provar, com um visto português, que não tinham a

intenção de permanecer eram autorizados a entrar e passar (depressa) pelo território do país.

A compaixão de Sousa Mendes por esses seres humanos acossados era tal que a sua própria residência (imediatamente por trás dos escritórios do consulado, no Quai Louis XVIII) estava apinhada de refugiados que tinha acolhido debaixo do seu tecto. A mulher do cônsul, Angelina, cuidava noite e dia dos mais desafortunados de entre eles: as crianças e os idosos.

Aristides tinha finalmente deixado de esperar por autorizações que nunca chegaram e, trabalhando quase sem parar em 17, 18 e 19 de Junho em Bordéus, passara vistos a todos os que deles necessitavam. Era de muitos milhares o número daqueles que os receberam.

A desobediência - o heroísmo - de Sousa Mendes não parou aí. Sabendo que um número igualmente grande de refugiados estava à espera diante do consulado português em Bayonne e que o cônsul dali, Faria Machado, não podia ou não queria solucionar a crise, Sousa Mendes deslocou-se àquele consulado e assumiu o comando da situação. Uma vez mais emitiu milhares de vistos.

Deslocou-se também à cidade fronteiriça de Hendaye, onde continuou a fornecer vistos não autorizados. Quando as autoridades fronteiriças espanholas deixaram de aceitar os vistos passados por ele, Sousa Mendes acompanhou pessoalmente um grande número de refugiados através da fronteira para lhes assegurar a passagem.

É impossível estabelecer os números exactos, mas é quase certo que mais de 10 000 refugiados conseguiram fugir da França e entrar primeiro em Espanha e depois em Portugal graças aos vistos de Sousa Mendes. A polícia política portuguesa estava furiosa, e igualmente furioso estava, obviamente, o ditador Salazar.»

(in «**Injustiça - O caso Sousa Mendes**», de Rui Afonso - Editorial Caminho, Coleção «Nosso Mundo», 1990)

INJUSTIÇA

O Caso Sousa Mendes



CAMINHO

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

O que é, o que é?

Grande filão
da corrupção
o que é, o que é?
É o FSE...

Mil comilões
milhões, milhões
o que é, que é?
É o FSE...

A mão no saco
e tlim, papo
o que é, o que é?
É o FSE...

Com tanta ajuda
Deus nos acuda
o que é, o que é?
É o FSE...

Fundos e mundos
fundos imundos
o que é, o que é?
O fundo imundo que
não tem fundo?
É o FSE...

Fio puxemos
toca a puxar
e então veremos
quem está a empurrar
o balancé
do fundo rotundo
do FSE...

... Olari lo lé...

Direitas & endireitas

Há uma direita liberal
há uma direita populista
há uma direita etc. e tal
e outra direita paga à vista.

Há a direita desinfeliz
nos alibis dos fungagás
pois é de esquerda no que diz
e é de direita no que faz...

Os gases no gás

O gás lá vai seguindo a meio gás
num jogo de rapés e tagatés.
Altas ou baixas, turvas as marés
uísques e charutos nos sofás.

Não se entendem. As coisas estão más.
Venham mais bolos, brandes e cafés.
Por baixo há quem se lave nos bidés.
Platónicos não são estes rajás...

Doiram no forno uns belos alibis.
É só questão de mais ou menos xis
assados ou cozidos, mesmo crus.

São dois, são dois, gloriosamente sós.
Os gases cheiram mal nos quiproquós.
Mas que gaseificados gabirus!

■ IGNOTUS SUM

Pedinchices

Enquanto alguns «ex» deram o salto rápido para as listas do PS e o único mal que lhes pode suceder é aguentarem as jocosidades de Pacheco Pereira — ele também um «ex», embora de outras águas — outros «ex» parece terem ficado a cavalgar o vazio. É esse angustiante vazio que leva alguns «plataformistas» a estenderem a mão à caridade do PS. Pedinchões, não desarmam, mesmo que lhes batam com a porta na cara. Parece ser esse o caso plataformista de Osvaldo Castro que, segundo o «Diário de Leiria» de 18 do corrente, «momentos antes de uma reunião com Joaquim Pina Moura e José Luís Judas», na Marinha Grande, afirmava àquele jornal que «já houve contactos entre a Direcção Nacional do PS e algumas pessoas da Plataforma, no sentido de virem a integrar as listas socialistas às próximas eleições autárquicas». Antêntica pedinchice, já que o mesmo jornal assegura que a própria secção da Marinha Grande do Partido Socialista desconhecia tais contactos. Embora o periódico de Leiria afirme que «tudo leva a crer que as opiniões dos aderentes e simpatizantes da PE convergem mais no sentido de uma cooperação com o PS», adiantando que Osvaldo Castro teria declarado «não declinar a aceitação de um convite» para uma eventual candidatura, como cabeça de Lista, à Assembleia

Municipal da Marinha Grande, os socialistas da terra desmentem. «Não acredito que tenham existido tais contactos», disse o presidente da Secção do PS local àquele órgão de imprensa. «Até porque a decisão do convite a potenciais candidatos para integrar as listas do PS partirá sempre dos órgãos locais». E adiantou ainda que «não se admite a possibilidade de a lista àquele órgão ser encabeçada por um independente»... Das duas uma — ou a pedinchice plataformista não tem resultado à porta do PS, ou o PS arrisca-se ao infeminho...

Por um canudo

O certo é que no PS há quem não se importe com as confusões. Um destacado membro daquele partido produziu recentemente um artigo no «Público» em que narra candidamente a surpresa que a TV lhe levou a casa «por entre três telenovelas, dois concursos e muitos sorteios». Não sabíamos que os membros destacados do PS perdiam tanto tempo a seguir as telenovelas, os sorteios e os concursos. Ou será apenas o destacado António Costa a fazê-lo? O caso é que, desta feita, António Costa foi assim informado, de surpresa, do drama dos desalojados de Camarate. A vai daí, atento que está à realidade do País, logo produziu nada menos que cinco (!) notas de reflexão. Sobre a maioria delas dispensamo-nos aqui de comentar. Mas há uma que não deixamos de r e ter

— é que António Costa, destacado telespectador da realidade portuguesa, consegue prometer ao leitor que «estão agendados novos Camarates». E que tal agendamento (seu) resulta da «coligação entre a indiferença social do Governo e a irresponsabilidade social das câmaras CDU»! O artiguinho, intitulado «Sem casa, com Pilatos», além de mostrar que o autor lava as mãos da verdade, explica como lhe é possível ver a realidade portuguesa por um canudo.

O repórter pálido

Às vezes a culpa não é dos repórteres, mas dos órgãos onde os deixam escrever, levando-os a empalidecer a imagem que recolheram ao vivo e depois amarelecem no papel do jornal. Isto a propósito da nota de «reportagem» que o «Público» trouxe a lume (brando) sobre a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Setúbal. Estiveram lá — na inauguração — muitas centenas de pessoas e passaram por lá alguns milhares. Mas isto asseguramos nós, assim como testemunhámos do calor com que o secretário-geral do PCP foi recebido. Pois não é que o «Público» afirma que Carlos Carvalhas não «aqueceu» Setúbal? E que o repórter escreve que Carvalhas deu «uma pálida imagem da sua capacidade de animar as hostes»? Mais uma «pálida imagem» da realidade. Ou um repórter bastante «pálido»...

frases da Semana

«Todos os que esperavam que os primeiros actos de Clinton fossem no sentido de uma «renovação», implicando, antes de mais, a protecção dos direitos do homem, tiveram uma grande decepção.»

☛ (Comentário do «Osservatore Romano» ao levantamento das restrições ao aborto - «Público», 24.01.93)

«Gostaria de apoiar Eanes num quadro eleitoral em que a sua candidatura fosse potencialmente ganhadora.»

☛ (Iyo de Pinho - «Expresso», 23.01.93)

«Eu não me revejo em nenhum partido ou revejo-me, parcialmente, em três ou quatro...»

☛ (idem)

«Mantém-se a democracia cristã na teoria mas, na prática, vai cair.»

☛ (ex-dirigente do CDS, citado pelo «Semanário», 23.01.93)

«Não acho que seja possível ter um discurso político, se não se conseguiu ler Saramago, Torga ou Agustina.»

☛ (Nogueira de Brito, sobre Manuel Monteiro - «Independente», 22.01.93)

«O problema está em que, se matar chineses sempre foi fácil, mudar-lhes os hábitos e costumes, sempre se mostrou muito mais difícil.»

☛ (João Fernandes, «Opinião» - «O Diabo», 26.01.93)

«Um tirano regional não é necessariamente melhor do que um central, o que toda a gente percebe excepto os candidatos a caciques.»

☛ (Maria Filomena Mónica - «Independente-Vida-3», 22.01.93)

«Há algumas empresas que não têm escondido a apetência que têm por este processo de privatização (do gás). Começo pelas empresas que constituem o consórcio da Natgás, a Ruhrgas, a Gaz de France, a Total, os nossos amigos espanhóis - por isso é que eu continuo a dizer que havemos de nos entender -, os italianos, a British Gas.»

☛ (Mira Amaral - «Semanário», 23.01.93)

«A probidade intelectual de que deu provas e o rigor que procura pôr nos conceitos e na análise são indispensáveis a um homem que tem de dirigir-se a economistas, empresários e fazedores de opinião e não apenas de fazer discursos ideológicos.»

☛ (Carlos Lage, sobre Daniel Bessa - «Expresso», 23.01.93)

«Podemos estar a criar os alfabetos do século XXI.»

☛ (FENPROF, sobre a abolição do regime de «chumbos por faltas» - «Expresso», 23.01.93)

«Sousa Cintra merece o meu elogio e os sócios do Sporting devem-se sentir orgulhosos do presidente que têm.»

☛ (Paulo Futre - «Record», 25.01.93)



AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Buraca - nas instalações do Polidesportivo, hoje, quinta-feira, às 21.30.

Plenário de militantes da freguesia da Brandoa - no Centro de Dia da Terceira Idade, sexta-feira às 21.00.

CARCAVELOS

Almoço-convívio dos militantes da freguesia, com debate sobre as resoluções do XIV Congresso da Brandoa - no Centro de Trabalho de Sassoeiros, com a participação do camarada José Casanova.

CASCAIS

Plenário de militantes para discussão dos objectivos do Partido no concelho em 1993, à luz das decisões do XIV Congresso, com a participação do camarada Euclides Pereira - no Centro de Trabalho de Cascais, sexta-feira às 21.00.

Visita de eleitos e activistas PCP/CDU aos bairros dos Marianos e Fim do Mundo, a partir das 10.00. Participa o camarada Manuel Correia, vice-presidente da Federação das Associações Cabo-verdianas em Portugal.

Encontro da CDU com os moradores da Quinta da Carreira/Estoril (junto à subestação da EDP, na R. Eça de Queiroz) - sábado às 10.30, com a participação do vereador Carlos Sota e eleitos CDU na freguesia.

Encontro dos mesmos eleitos com os moradores do Bairro Fausto Figueiredo - às 15.30.

Plenário de militantes que trabalham em empresas do concelho de Cascais, para discussão da situação político-social e do que se relaciona com o VII Congresso da CGTP-IN: quarta-feira, dia 3, às 18.30, no Centro de Trabalho de Cascais.

COIMBRA

Reunião de dirigentes e activistas sindicais para apreciação do trabalho em curso com vista à realização do 2º Congresso da CGTP-IN, com a participação do camarada Domingos Abrantes: sexta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho.

Encontro de eleitos e activistas da CDU do distrito de Coimbra para preparação das eleições autárquicas 1993: na Faculdade de Ciências (Edifício de Química), sábado a partir das 14.30, com a participação do camarada Luís Sá.

LISBOA

Plenário do Sector Público da ORL para debate da situação político-social e acção dos comunistas no movimento operário e sindical - hoje, a partir das 19.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada José Casanova.

Plenário da célula do PCP no Grupo FNAC para discussão de problemas de quadros e da situação social nas empresas do Grupo - hoje às 18.30 no Centro de Trabalho de Alcântara.

Plenário do sector Centro Norte de Empresas para discussão da situação política e conclusões da última reunião do CC - sexta-feira às 19.00 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Reunião da Comissão de Organização da ORL com os responsáveis pelas questões de organização nos concelhos, para concretização das orientações de trabalho definidas pela DORL - sexta-feira a partir das 10.00, no Centro de Trabalho Vitória.

A situação na ex-Jugoslávia: debate promovido pelo

Colectivo para a Solidariedade com os Povos, da JCP, com a participação do camarada Domingos Lopes - na sede da JCP, sexta-feira às 22.00.

Reunião nacional dos comunistas da CP (camaradas dos sindicatos Norte, Sul e Centro, Federação, Comissões de Trabalhadores, células de Lisboa, Entroncamento, Barreiro e Porto) para discussão sobre a acção do Partido na CP e luta a desenvolver. Sábado, das 10.30 às 16.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário distrital de Fundos: no Centro de Trabalho Vitória, sábado a partir das 15.00.

Plenário distrital dos comunistas eleitos nas CT's e Coordenadoras, responsáveis pelas empresas/células e outros quadros de direcção: sábado às 14.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

«Ano Novo - Nova quota»: bebereite-convívio e debate no Centro de Trabalho dos Olivais, com a participação da camarada Zilda de Carvalho - sábado às 15.30.

Debate sobre questões do Ambiente, promovido pelo G.T para as Questões do Ambiente da DORL, com a participação de Mário Rui Lopes, dos biólogos Jorge Nascimento e João Paulo Correia da Fonseca e ainda do camarada Luís Sá: no Centro de Trabalho Vitória, quarta-feira, dia 3, a partir das 21.30.

ÓBIDOS

Plenário distrital de Leiria da JCP. Debate e convívio. Sábado às 21.00.

OEIRAS

Reunião de quadros de Oeiras, Paço d'Arcos e Porto Salvo para preparação das próximas eleições autárquicas - no Centro de Trabalho de Algés, sábado às 15.00.

PAREDE

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Luís Fernandes - sábado a partir das 13.00.

PORTO

Reunião de militantes da Organização Regional do Porto sobre a situação política e perspectivas do trabalho do Partido em 1993, com a participação do camarada Carlos Carvalhas - sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

S. DOMINGOS DE RANA

Almoço-convívio e debate, com a participação do camarada Luís Sá - domingo, no Centro de Trabalho de Tires.

SEIXAL

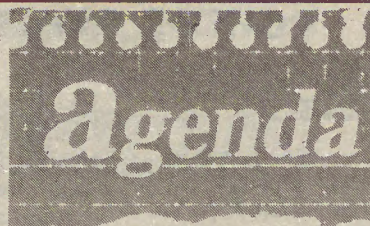
Almoço-convívio no Centro de Trabalho, promovido pelas Comissões Concelhia e de Freguesia do PCP - no domingo.

Plenário da organização de freguesia de Corroios sobre a situação político-social e as eleições autárquicas - sábado às 15.30 no Centro de Trabalho de Corroios.

Plenário da organização de freguesia da Amora sobre a situação político-social e as eleições autárquicas - domingo às 15.30 no Centro de Trabalho da Amora

VIALONGA

Plenário de militantes para discussão das conclusões do XIV Congresso e das próximas eleições autárquicas, com a participação do camarada António Andrés - no Centro de Trabalho, sexta-feira às 21.30.

**DEBATE****A situação em Angola**

Quinta-feira, dia 4
pelas 19 horas

C. T. Vitória

com

Alberto Villaverde Cabral

**IV ASSEMBLEIA ORGANIZAÇÃO
CONCELHIA****VILA FRANCA DE XIRA**

"O Partido com o Povo
na Luta por uma Vida Melhor"

**CICLO DE DEBATES**

Salão da Junta de Freguesia de Alverca

4 de Fevereiro (21.30 h.)

Empresas, Movimento Sindical
e Acção do Partido

11 de Fevereiro (21.30 h.)

Poder Local, Desenvolvimento
e Participação das Populações

18 de Fevereiro (21.30 h.)

O Partido e a Acção de Massas



Partido Comunista Português

**PORTO****Reunião de militantes
da Organização Regional
do Porto**

com a participação do camarada
Carlos Carvalhas

sobre

**A situação política
e as perspectivas do trabalho do Partido
em 1993**

Sexta-feira, às 21.30

CT da Boavista

**Almoço-convívio
em Alcântara**

A organização da Zona Oriental de Lisboa promove no dia 6 de Fevereiro um almoço-convívio no Centro de Trabalho de Alcântara para que estão convidados todos os camaradas que estão ou estiveram organizados na Zona.

As inscrições podem ser feitas no CT de Alcântara, directamente ou através do telefone 3638512.

DEBATES**A situação
na ex-Jugoslávia**

Sexta-feira, às 22 h.

na sede da JCP

com a participação de
Domingos Lopes

**Sobre questões
do Ambiente**

Quarta-feira, às 21.30 h.

no CT Vitória

com a participação de

Luís Sá

Mário Rui Lopes

Jorge Nascimento

J. P. Correia da Fonseca

4ª FESTA NACIONAL

A FANTASIA

31 de JANEIRO 93
10 HORAS - DOMINGO -
NA
ACADEMIA
ALMADENSE
(RUA CAPITÃO LEISÃO - ALMADA)

TEATRO
DANÇA
MÚSICA

MUITA
FANTASIA

BALHAÇOS

ENTRADA GRATUITA
PARA
CRIANÇAS

Pioneiros de Portugal

IV CONGRESSO JCP

Juventude Comunista Portuguesa

**PLENÁRIO DISTRICTAL
DE LEIRIA**

ÓBIDOS - 30 DE JANEIRO - 21.00 H.

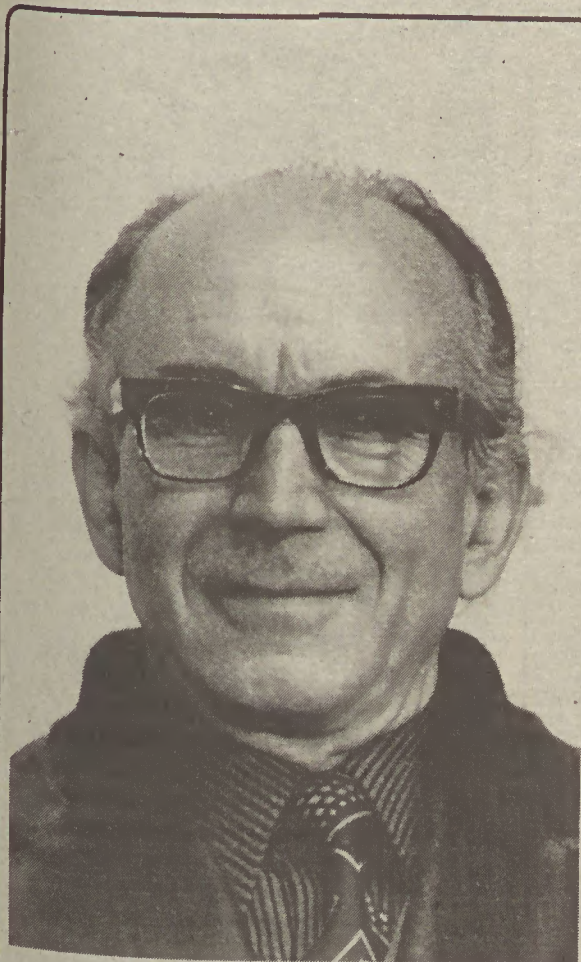
DEBATE E CONVÍVIO

ADERE! COMISSÃO DISTRICTAL DE LEIRIA DA JCP

**Reunião nacional dos
comunistas da CP**

Sábado, às 10.30 h.

no CT Vitória



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por
Fernando Correia
Colecção «Resistência»



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

Quinta, 28



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Reis do Rio
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 BD, a 9ª Arte
14.30 Ponto por Ponto
15.10 O Divórcio de Lady X
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Simpsons
22.20 Grande Noite
23.15 Sexualidades
00.05 O Fogo de Gabriel
01.00 24 Horas
01.45 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 A Lenda do Ouro Negro
12.35 A Última Fronteira
13.00 Cheers, Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.05 Agora, Escolha!
15.25 TV2 Informação
15.30 Euroritmias
16.20 Os Árabes
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
18.50 TV2 Informação
18.55 Acção em Miami
19.50 Dramazine
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Lua sem Mel
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Ópera: «Guilherme Tell»
(2ª parte)



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.10 Placard Electrónico
21.30 Conta Corrente
22.30 Repórter da Meia-Noite
23.20 Cuidado com as Aparências
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Sexta, 29



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Viajantes no Tempo
11.30 Agora é que São Elas
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Horas de Desespero
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Marina, Marina
22.20 Flores de Aço
(ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
01.05 Remate
01.20 Chamada Misteriosa
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers, Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.05 Agora Escolha!
15.30 Euroritmias
16.25 Odisseia Animal
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
19.00 Rotações
20.00 PSIS
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer

22.30 Interiores
23.30 A Porta das Estrelas
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Outras Músicas



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.35 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.10 Placard Electrónico
21.30 Crimes
22.00 Face a Face
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal
00.40 Jornal Louco
00.45 MTV

Sábado, 30



08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.45 Mercado Único
13.50 Clube Disney
15.15 O Alegre Forasteiro
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Feira de Música
18.10 Arca de Noé
18.50 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.35 Felicidade
22.20 Parabéns
23.30 Entre o Inferno e o Céu
(ver «Filmes na TV»)
01.05 O Último Philip de Banter
(ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.05 Perdeu-se uma Milionária
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Força de Elite
23.25 Salomé
00.55 Contradições



12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stíngrey
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.25 Tracey Ullman
14.50 A Deusa da Cidade Perdida
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Justiça Negra
18.05 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.55 Paixões Secretas
21.50 Futebol: Real Madrid-Barcelona
23.45 Último Jornal
00.45 Telefilme: «Danielle Steel: Mudanças»

Domingo, 31



08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.30 Top +
14.30 Olha que Dois
15.40 Beverly Hills 90210
16.30 Os Assaltantes do Tempo
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Sons do Sol
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Repórteres
21.00 Felicidade
22.40 Casa Cheia
23.25 Grande Área
00.40 Conversa Afiada



08.00 Desenhos Animados.
08.10 Os Persuasores
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Regiões
10.30 Forum Musical
11.30 Gente da Frente
12.35 O Espelho Enterrado
13.35 Realce
14.00 Os Novos Invasores
14.45 TV2 Desporto
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 No Cumprimento do Dever
22.00 Jornal Nacional

Televisão

22.30 A Cara do Assassino
(ver «Filmes na TV»)
24.00 O Grande Jogo



13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 Um Planeta, uma Família
14.35 Aventura
15.00 A Sorte de Ser Mulher
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Tarzan
17.20 A Saga da Fórmula Um
17.50 Terminal Max
18.35 Encontros Imediatos
19.05 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.05 A Viúva do Enforcado
20.55 Cosby Show
21.20 Tucker - O Homem e o seu Sonho
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Último Jornal
00.00 Superbowl (transm. directa)

Segunda, 1



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
15.10 Uma Rapariga em Cada Porto
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.40 Apanhados
22.20 Entre Famílias
23.25 Outras Guerras
00.15 24 Horas
01.05 Remate
01.20 O Terror
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Eternos Novatos
12.40 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.25 O Nascimento da Europa
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.05 Acção em Miami
19.55 Cinemazine
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Gala Internacional de Futebol (transm. directa)
23.40 A Hora do Leão
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Últimas Notas - «Rui Veloso em Macau»



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.00 Placard Electrónico
21.35 Casablanca
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Magazine Internacional
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Terça, 2



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Madicken
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Agência de Vigarices
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.05 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.45 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal

20.35 Pedra sobre Pedra
21.50 Isto Só Vídeo
22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.50 De Caras
00.50 24 Horas
01.40 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.40 A Lenda do Ouro Negro
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.25 Extra Dimensões
17.15 Chá das 5
18.10 Carrusel
18.55 Acção em Miami
20.00 Aventura do Conhecimento
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Atracção Incontrolável
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Homenagem a Bob Dylan
(3ª parte)
01.35 Últimas Notas - «Lou Rawls»



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.10 Placard Electrónico
21.30 Phoenix
22.30 Jogo da Verdade
23.20 Jogar em Casa
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Quarta, 3



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Isto é Magia
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Entre Guerras
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Excesso de Carga num Computador
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.50 Vamos Jogar no Totobola
22.05 Atracção Fatal
(ver «Filmes na TV»)
00.10 24 Horas
00.55 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 Sarilhos com Elas
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
16.25 China - Na Pista do Antepassado
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.00 TV Artes
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.35 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.45 Artes e Letras
23.55 Cinco Mulheres em Roda de Utamaro
(ver «Filmes na TV»)



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Batalhas Conjugais
22.30 Sexo Forte
23.30 Príncipe de Bel Air
00.05 Último Jornal
00.15 Jornal Louco
00.20 MTV

Filmes na TV

O Divórcio de Lady X

«The Divorce of Lady X», (Gr.Br./1938). Realização de Tim Whelan. Interpretação de Merle Oberon, Laurence Olivier, Binnie Barnes, Ralph Richardson. Cor, 87 minutos.

Uma excelente atriz, muitíssimo pouco vista nas habituais reposições dos clássicos na televisão portuguesa, e um mestre da arte de representar - aqui num papel de comédia, a que menos estamos habituados - são alguns dos factores de interesse deste filme de finais dos anos 30, já realizado em technicolor. O argumento, que gira à volta de uma troca de identidades, proporciona como é habitual o pano de fundo ideal para alguns momentos bem passados, embora naturalmente o filme não resista à idade.

Quinta, 15.10, Canal 1

Lua Sem Mel

«Once Upon a Honeymoon», (EUA/1942). Realização de Leo McCarey. Interpretação de Cary Grant, Ginger Rogers, Walter Slezak, Albert Dekker. P/B, 114 minutos.

Bem melhor é, por outro lado, esta outra comédia dramática romântica realizada por um mestre do género, e que, mais uma vez, nos permitirá ver em acção dois actores ultimamente em foco na RTP - Ginger Rogers e Cary Grant. Ele faz o papel de um correspondente radiofónico que, nas vésperas do início da II Guerra Mundial, chega a Viena para cobrir o badalado casamento de uma americana da alta sociedade com um barão austríaco. Mas também aqui há uma troca de personalidades: a jovem é, afinal, uma artista de variedades e o barão um espião nazi e, por entre as aventuras em que o jornalista e a corista se metem, para que ela possa escapar às garras do marido, chega-se à situação de quase encarceramento num campo de concentração nazi - no fundo, o grande e fascinante momento do filme.

Quinta, 22.40, TV 2

Horas de Desespero

«The Desperate Hours», (EUA/1955). Realização de William Wyler. Interpretação de Humphrey Bogart, Fredric March, Arthur Kennedy, Martha Scott, Dewey Martin. P/B, 112 minutos.

O elenco é, na verdade, fabuloso. Mas o filme é por vezes desigual no seu resultado final, o que provoqueu correspondente desatento na recepção crítica que o acolheu. Um grupo de prisioneiros, em fuga de uma prisão, faz como reféns os membros de uma família, já que necessitam de um esconderijo seguro para o produto de um roubo. Adaptado de uma peça teatral de Joseph Hayes, já de si inspirada num romance do mesmo autor, e tendo William Wyler escolhido o espaço fechado de uma residência para fazer desenrolar o drama, o maior interesse do filme reside, assim, na forma como o realizador domina cinematograficamente este espaço, eminentemente teatral, no modo como os sentimentos vão contraditoriamente evoluindo entre todos os protagonistas da história e como eles são expressos pela representação - que acaba por ser, aliás, o maior trunfo do filme.

Sexta, 14.50, Canal 1

Face a Face

«Ansikte Mot Ansikte», (Suécia/1975). Realização de Ingmar Bergman. Interpretação de Liv Ullmann, Erland Josephson, Gunnar Bjornstrand, Aino Taube-Henrikson. Cor, 136 minutos.

Filme sobre a solidão e a incomunicabilidade - temas tão caros ao realizador - Face a Face começou por ser, antes de reconstruído e condensado pelo realizador para o formato de filme para grande ecrã, uma série de televisão em quatro episódios. Liv Ullmann

encarna a personagem de uma psiquiatra que, na ausência do marido e da filha, e atingida pelo infortúnio de um grave acontecimento que profundamente a marca, reflecte sobre o sentido da sua vida familiar e profissional. Mas angústia, e bem pesada, é o sentimento que Bergman exprime neste ensaio sobre a depressão e o suicídio, um tanto afastado dos grandes momentos forma do mestre sueco.

Sexta, 22.00, SIC

Flores de Aço

«Steel Magnolias», (EUA/1989). Realização de Herbert Ross. Interpretação de Sally Field, Dolly Parton, Shirley MacLaine, Daryl Hannah, Olympia Dukakis, Julia Roberts, Tom Skerritt, Sam Shepard. Cor, 115 minutos.

Com tantas e tais mulheres, dir-se-ia que este filme estaria mesmo a calhar, se tal tivesse sido possível, nas mãos de um George Cukor. Mas a segurança e polivalência de Herbert Ross também dá competente conta do recado. Um salão de beleza de uma pequena cidade do sul dos EUA é o local de cruzamento de histórias vividas, sentidas ou comentadas por um conjunto de personagens femininas que normalmente o frequentam, entre as quais avultam as consequências da tragédia de uma jovem mãe provocada por um parto. Evoluindo entre a comédia e o drama, Flores de Aço é, por vezes, um verdadeiro espectáculo de representação, em que se destaca, pelo insólito, a segura de Shirley MacLaine.

Sexta, 22.20, Canal 1

A Porta das Estrelas

«Stage Door», (EUA/1937). Realização de Gregory LaCava. Interpretação de Katherine Hepburn, Ginger Rogers, Adolphe Menjou, Gail Patrick, Constance Collier, Lucille Ball, Ann Miller, Eve Arden. P/B, 87 minutos.

Mais uma vez os sonhos da carreira teatral como pano de fundo para um filme em que, tal como há dois dias, Katherine Hepburn encarna a figura de uma jovem aspirante ao mundo do teatro. Mas, desta vez, não está sozinha e as consequências da luta pela concretização do sonho são bem mais dramáticas. A seu lado, compondo um belo elenco, estão as suas companheiras de uma modesta pensão de Nova Iorque, todas elas actrizes ou potenciais candidatas à glória dos palcos. Mas o drama estala e um papel que era perseguido por uma outra jovem acaba por lhe vir parar às mãos, por influência do seu próprio pai, o que provoca o suicídio da preterida. Um intenso melodrama sobre os bastidores do teatro, excelentemente encenado por um realizador injustamente caído no esquecimento.

Sexta, 23.30, TV 2

Chamada Misteriosa

«When a Stranger Calls», (EUA/1979). Realização de Charles Durning. Interpretação de Charles Durning, Karol Kane, Colleen Dewhurst, Tony Beckley, Rachel Roberts. Cor, 98 minutos.

Filme que se diz profundamente chocante e desagradável, relata as «proezas» de um psicopata e demente que cruelmente comete o assassinio dos dois filhos de um casal e que, sete anos após, foge do hospital psiquiátrico em que fora encerrado para reincidir no crime, novamente na pessoa de outras crianças!

Sexta, 01.20, Canal 1

Perdeu-se Uma Milionária

«There Goes My Heart», (EUA/1938). Realização de Norman Z. McLeod. Interpretação de Frederic March, Virginia Bruce, Patsy Kelly, Alan Mowbray, Nancy Carroll. P/B, 80 min.

A história é fraquinha e miniguada, mas um excelente grupo de actores e uma cuidada e desenvolvida encenação faz o resto e transforma o filminho num agradável passatempo. Uma jovem pobre de rica resolve investigar como vivem outras raparigas da sua idade que não nasceram num berço de ouro. E faz-se empregada de balcão de um armazém da grande cidade que pertence ao seu próprio avô...

Sábado, 12.05, TV 2

A Deusa da Cidade Perdida

«She», (Gr.Br./1965). Realização de Robert Day. Interpretação de Ursula Andress, John Richardson, Peter Cushing, Bernard Cribbins, Christopher Lee, Andre Morell.

Com uma história baseada no romance de H. Rider Haggard, que relata a fantástica expedição em busca da Chama da Vida Eterna, na posse da poderosa Aeysha, e fazendo parilha com variadíssimas versões do mesmo enredo filmadas ao longo dos anos, a movimentada acção (e a presença de Ursula Andress) pretendem dar significativo peso a esta versão dos anos 60 - que acaba por fazer passar o tempo aos amantes do género...

Sábado, 14.50, SIC

O Alegre Forasteiro

«The Music Man», (EUA/1962). Realização de Morton DaCosta. Interpretação de Robert Preston, Shirley Jones, Buddy Hackett, Hermione Gingold, Paul Ford. Cor, 145 minutos.

Excelente música e uma divertida história dão vida a este filme que relata o poder de iniciativa de um vigarista que aparentemente tudo faz para que uma banda, com uniforme e tudo, seja criada numa pequena cidade do norte dos EUA, mas, no fundo, ardentemente deseja fugir com o dinheiro dos donativos que recolhe para tão nobre e desinteressada missão, acabando por apaixonar-se pela professora de música. Robert Preston recria, aqui, o papel que desempenhou com êxito na Broadway.

Sábado, 15.15, Canal 1

Danielle Steel: Mudanças

«Danielle Steel's: Changes», (EUA/1991). Realização de Charles Jarrott. Interpretação de Cheryl Ladd, Michael Nouri. Cor, 100 minutos.

Mais um dos periódicos telefilmes com argumento da inefável escritora de «sensacionais» bestsellers... Desta vez, a protagonista principal é uma apresentadora de TV. Volta Perry Mason!

Sábado, 00.45, SIC

Entre o Inferno e o Céu

«The Hidden», (EUA/1988). Realização de Jack Sholder. Interpretação de Kyle MacLachlan, Michael Nouri, Claudia Christian, Clarence Felder, Clu Gulager, Ed O' Ross. Cor, 93 minutos.

Segundo rezam as nada meigas referências, um extraterrestre «infiltra-se» nos corpos de vários pacatos cidadãos e, como tem a mania da perseguição (e dos crimes), dá assim origem a uma série de incidentes que a polícia de Los Angeles, cuja frota de automóveis é praticamente destruída, a custo consegue dominar. No principal papel desta idiotice, o actor-herói de «Twin Peaks». É bem feito!

Sábado, 23.30, Canal 1

O Último Philip de Banter

«Banter / The Last Philip of Banter», (Esp/Suíça/1985). Realização de Herve Hachuel. Interpretação de Scott Paulin, Tony Curtis,

Casablanca

«Casablanca», (EUA/1942). Realização de Michael Curtiz. Interpretação de Humphrey Bogart, Ingrid Bergman, Peter Lorre, Claude Rains, Louis Renault, Paul Henreid. P/B, 102 minutos.

Que pode dizer-se, ainda, deste sublime filme, visto e revisto, que marcou várias gerações de espectadores de cinema, não apenas pela qualidade do seu enredo e realização mas também pelas figuras carismáticas dos principais intérpretes? Como ficar indiferente a esta história que resiste ao tempo, centrada nos duros anos da II Guerra Mundial e da luta contra o nazi-fascismo? Como encontrar palavras para descrever essa riquíssima personagem, desempenhada por Humphrey Bogart, aparentemente neutro no meio da refrega, mas revelando-se no momento próprio à altura dos grandes actos? Como admirar ainda mais a beleza e suavidade da Bergman, um dos mais inesquecíveis rostos de todo o cinema? Como não ficar rendido à solução «evidente» de fazer encarnar nas várias personagens concentradas no pequeno espaço daquele clube de Casablanca, os representantes inequívocos de todas as partes e sensibilidades envolvidas no conflito? Como não ficar rendido à coragem da Resistência, perante a vergonhosa capitulação de Vichy, e a seu lado continuar a cantar A Marselhesa? Fiquemos modestamente, por hoje, pelo destaque da subtil importância da banda sonora e pelo sublinhar de um simples processo técnico, tantas vezes utilizado no cinema, mas que neste filme em grande medida contribui para o próprio reforço e desenvolvimento da dramaturgia: é quando se parte da audição ao vivo e em directo, no local da acção (o bar de Rick), dessa singela obra-prima que é *As Time Goes By* - um primeiro nível auditivo - para a sua transformação (através do progressivo enriquecimento da instrumentação e do desenvolvimento melódico e harmónico do tema) em pura e simples música de fundo - um segundo nível auditivo - que, do ponto de vista sonoro, comenta o flashback para a época em que, em Paris, Rick e Ilsa se encontraram e amaram pela primeira vez... Inesquecível.

Segunda, 21.30, SIC

Irene Miracle, Gregg Henry, Kate Vernon. Cor, 101 minutos.

«Co-produção entre a Espanha e a Suíça, O Último Philip de Banter é uma realização de Herve Hachuel que constrói um filme bizarro, sinuoso e de inesperadas atmosferas barrocas sobre o caso de um dominador americano director da filial madrilena de uma grande multinacional, que pretende dar com o genro em doido, um homem já debilitado pelo álcool e por uma profunda angústia. Um plano demencial e alucinado que no fim acaba por produzir o efeito contrário e ditar a morte do seu criador.» (Boletim de Informação da RTP). Gostaram? Nós também não!

Sábado, 01.05, Canal 1

Os Assaltantes do Tempo

«Timestalkers», (EUA/1986). Realização de Michael Schultz. Interpretação de William Devane, Lauren Hutton, Klaus Kinski, John Ratzenberger, Forrest Tucker. Cor, 91 minutos.

Uma bela mulher do futuro (séc. XXVI) faz transportar para o passado (séc. XVIII) um colecionador apaixonado pelo Oeste, para poder evitar que um cientista de instintos criminosos perpetre um crime de incalculáveis perigos para o futuro da humanidade. É mais uma história de «viagem no tempo» a preencher, com algumas ideias divertidas, um telefilme mediano, de que mais não se exige. O perturbante Klaus Kinski, já em fim de carreira, tem aqui a sua estreia na TV.

Domingo, 16.15, Canal 1

Tucker, Um Homem e o Seu Sonho

«Tucker, A Man and His Dream», (EUA/1988). Realização de Francis Ford Coppola. Interpretação de Jeff Bridges, Joan Allen, Martin Landau, Frederic Forrest, Mando, Dean Stockwell, Elias Koteas, Nina Siemaszko. Cor, 130 minutos.

Já transmitido há sete meses

pelo Canal 1 da RTP, volta agora a SIC a transmitir este filme, o que naturalmente é bem-vindo, apenas se estranhando a sua inserção no seu espaço de programação cinematográfica «Majores de 17», normalmente habitado por filmes de outro cariz. Mas,

enfim... Curiosamente votado ao ostracismo do público, que lhe infligiu um clamoroso fracasso comercial, «Tucker» foi o resultado da óbvia paixão de Coppola e do produtor George Lucas por uma fascinante história baseada em factos reais. É a aventura do génio visionário de projectista e construtor de «automóveis do futuro» que foi, nos anos 40, Preston Tucker, inventor de algumas das mais avançadas inovações (como o «cinto de segurança», por exemplo), em luta frontal contra os potentes da indústria automóvel de Detroit e os seus «paus mandados» no mundo da política, que acabam por esmagá-lo. Não é dos melhores filmes de Coppola, mas, além de uma preciosa reconstituição de época, nele encontramos excelentes interpretações, de que se destacam a de Jeff Bridges, na figura de Tucker, e, sobretudo, a de um enorme secundário, Martin Landau, no imprevisível papel do seu sócio.

Domingo, 21.20, SIC

A Cara do Assassino

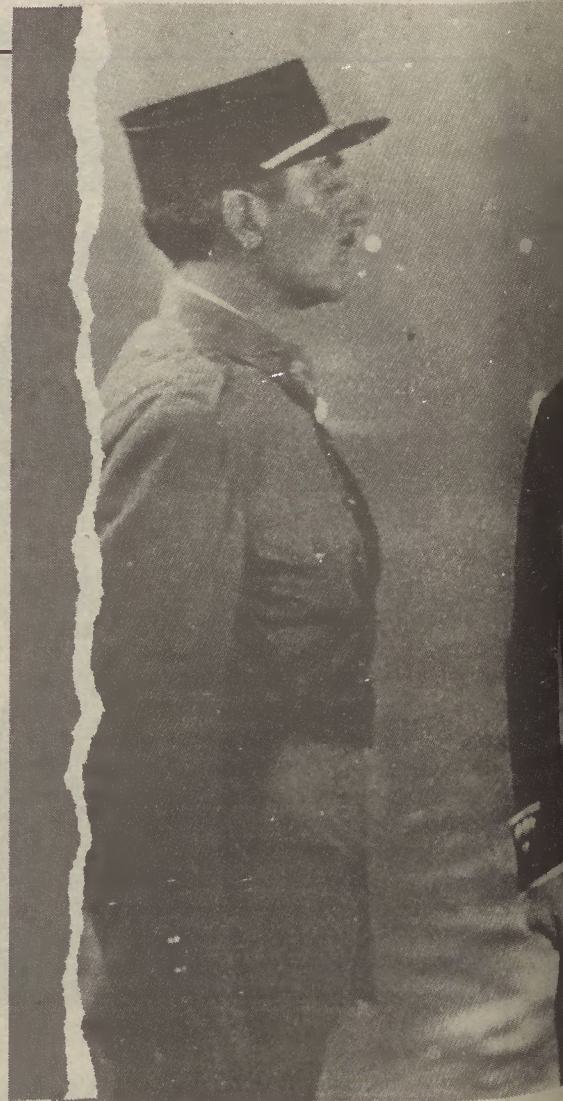
«Raw Nerve», (EUA/1991). Realização de David A. Prior. Interpretação de Glenn Ford, Sandahl Bergman, Randall Cobb, Ted Prior, Tracy Lords. Cor, 89 minutos.

Um jovem leva uma existência conturbada, pois é assaltado em sonhos pelos rostos de assassinos e pela previsão dos seus actos criminosos. O problema é que, dos sonhos, se passa à realidade, o que faz envolver esta história de suspense numa atmosfera de mistério, em que um dos principais protagonistas é nada menos do que Glenn Ford.

Domingo, 22.30, TV 2

Uma Rapariga em Cada Porto

«Girl in Every Port», (EUA/1951). Realização de Chester Erskine. Interpretação de Groucho Marx, Marie Wilson, William Bendix, Don DeFore, Gene Lockhart. P/B, 84 minutos.



Groucho Marx, aqui já sem os irmãos, mas com William Bendix, numa comédia demasiado disparatada acerca de dois marinheiros que metem num barco dois cavalos de corridas.

Segunda, 15.10, Canal 1

A Hora do Leão

«Die Stunde des Lowen», (Alemanha). Cor, 119 minutos.

«A Hora do Leão, é um exemplo da actual cinematografia germânica, é um thriller psicológico ao estilo americano embora seja interessante observar as diferenças de tratamento.» Assim reza, sem mais, o Boletim de Informação da RTP, esquecendo-se, todavia, de nos esclarecer quem é o realizador e quais são os seus intérpretes. Terão acaso visto o que vão transmitir ou apenas cronometraram à pressa?

Segunda, 23.40, TV 2

O Terror

«The Terror», (EUA/1963). Realização de Roger Corman. Interpretação de Boris Karloff, Jack Nicholson, Sandra Knight, Richard Miller, Dorothy Neumann. Cor, 78 minutos.

Roger Corman, Boris Karloff, Jack Nicholson, Sandra Knight? Com esta parilha, não há sono que nos ataque, nem terror que não nos faça sorrir, já que, sem grandes subtilezas, o realizador despachava isto tudo (às vezes com os pés, como aqui) em três dias-três de filmagens!

Segunda, 01.20, Canal 1

Agência de Vigarices

«Carry On... Loving», (Gr.Br./1970). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey, Joan Sims. Cor, 86 minutos.

Já sabem o que pensamos de semelhante gente...

Terça, 15.10, Canal 1

Atracção Incontrolável

«Hunting», (Austrália/1990). Realização de Frank Howson. Interpretação de John Savage, Kerry Armstrong, Jeffrey Thomas, Guy Pearce, Rebecca Rigg. Cor, 93 minutos.

À espera da Atracção Fatal, nova «atracção» se abeira dos



Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Homens Simples	★★	-	★★
B Indochina	★★★	-	★★★
C Os Livros de Próspero	★★★★	★★★★	★★★★
D Uma Questão de Honra	★★	-	*

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Hal Arley — King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Régis Wargnier — Condes (14.00, 18.00, 21.30), Quarteto/2 (14.00, 17.00, 20.00, 23.00) — Lisboa.
- C — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Rob Reiner — Amoreiras/10 (14.15, 16.30, 19.45, 21.15), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

receptores. Infelizmente, pouco sabemos dela (de origem fidedigna), a não ser algumas referências promocionais que constam da folha da RTP e onde se fala de «humilhações sexuais» e de um «espantoso sentido de perversão e maldade», o que faz pensar, a avaliar ainda pelo abjecto *objecto* de Gainsbourg transmitido na semana passada pela TV 2, que pelos vistos o espaço «Cinema Paraíso» está a desandar rapidamente para o «incontrolável»...

Terça, 22.40, TV 2

Excesso de Carga Num Computador

«Overdrawn At The Memory Bank», (EUA/1986). Realização de Douglas Williams. Interpretação de Raul Julia, Linda Griffiths, Chappelle Jaffe, Donald C. Moore. Cor, 85 minutos.

Ainda a ressonância de *Casa-blanca* neste filme de contornos fantásticos, situado num futuro dominado pela tecnologia em que um cidadão persegue o sonho de encarnar a personagem desempenhada por Humphrey Bogart. Desconhecido.

Quarta, 15.10, Canal 1

Atração Fatal

«Fatal Attraction», (EUA-1987). Realização de Adrian Lyne. Interpretação de Michael Douglas, Glenn Close, Anne Archer, Ellen Hamilton Latzen, Stuart Pankin. Cor, 116 minutos.

Tudo parte de um fortuito caso de amor ocorrido, na



Glenn Close

ausência da mulher e filha, entre um advogado e uma outra mulher que, de forma doentia e constante, passa a interferir na vida daquela família, pretendendo perpetuar a ligação, a ponto de o marido ter de confessar tudo à sua mulher, que acaba por abater em desespero a intrusa que se imiscuirá na felicidade do lar. Assim relatado, parece um melodrama trágico, como tantos outros, na linha do velho «triângulo amoroso». Mas há muito quem veja neste filme - desigual, mas inegavelmente atraente, pelo ambiente de progressiva tensão que é construído e, sobretudo, pelo desempenho de Glenn Close - uma primeira referência no cinema, não explícita mas fortemente subjacente, aos problemas levantados nos nossos dias pelo sexo ocasional e a ameaça da Sida.

Quarta, 22.05, Canal 1

Cinco Mulheres em Roda de Utamaro

«Utamaro O Meguru Gonin No Onna», (Jap/1946). Realização de Kenji Mizoguchi. Interpretação de Minosuke Bando, Kotaro Bando, Tanaka Kinuyo. P/B, 91 minutos.

Obra realizada por um grande mestre do cinema japonês, este filme retrata admiravelmente a vida de um artista popular do século XVIII, Kitagama Utamaro, que dedicou todos os seus talentos de pintor à perpetuação, na tela, da feminilidade das mulheres. Mas o mais importante é desvendar, através da arte inconfundível de Mizoguchi, o lado sinistro e menos belo da realidade que rodeia este aparente mundo de beleza e poesia.

Quarta, 23.55, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Tempo

Nos próximos dias o céu estará nublado, o vento soprará fraco a moderado e podem registar-se aguaceiros, em especial no Centro e Sul. Subirá ligeiramente a temperatura mínima.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA
Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.30. **VAMOS SONHAR**, de Sacha Guitry, encenação de Fernanda Lapa.

CASA DA COMÉDIA
Lisboa, Rua S. Francisco Borja (às Janelas Verdes). De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO**, texto e encenação de Filipe Crawford.

CLUBE ESTEFÂNIA
Lisboa, Rua Alexandre Braga, 26. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS GRILLOS**, encenação de Paulo Lages.

COMUNA
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. **Café-Teatro** - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **NA MINHA RUA NINGUEM PASSA**, texto e encenação de José Carretas.

IFICT
Lisboa, Rua de Santiago, 19 (ao Miradouro de Sta. Luzia). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **A CRIAÇÃO**, de Adolfo Gutkin.

RITZ CLUB
Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A CANTORA CARECA**, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO ABERTO
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00: **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt-Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO
Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00: **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA
Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00: **VASSA GELEZNOVA**, de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA
Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a 6ª às 15: **ELE HÁ COISAS DO DIABO**, montagem de textos de Gil Vicente, encenação de José Peixoto, pelo Teatro da Malaposta (série de representações para as escolas do concelho de Loures, até 29/1).

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **D. QUIXOTE**, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA
Viana do Castelo. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José Martins, pelo Teatro do Noroeste.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO
Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1 — Reformador da religião iraniana antiga; romanista francês autor de «Os Rougon Macquest». 2 — Ilhas pertencentes ao arquipélago da Melanésia; saldo diário do soldado; Alumínio (simb.); 3 — Trabalho nocturno; negativa. 4 — Antiga nota musical; cruéis; colocar; o íntimo. 5 — Lavra; cont. prep. e art.; conquistava. 6 — Régulo; pref. neg.; roga; atmosfera. 7 — Rêgateira; enguia. 8 — Tecido; art. árabe; fruto das parreiras; sexto. 9 — Boi selvagem; língua falada ao sul do Loire; sarcasmo. 10 — Rádio (simb.); defeito; terceiro filho de Adão; transpira. 11 — Ceifas; doçura (fig.). 12 — Papagaio da Índia e Malásia; rio que banha Leiria; satélite de Júpiter. 13 — Urodelo de pele manchado de amarelo vulgar em Portugal; sem páis.

Verticais: 1 — Vias ladeadas de casas; genuíno. 2 — Campeão; permutara; aqui. 3 — Batráquios; fiança; ilha do arquipélago cabo-verdeano. 4 — Acolá; chamamento ao telefone; pátria de Maomet. 5 — Cavidade do tronco humano onde se situam os principais órgãos; remuneram. 6 — Quaisquer; cólera; Satanás. 7 — Santo; desejo ardente; Sol britânico. 8 — Porco; poeira; célio (simb.); anno Domini (abrev.). 9 — Laço apertado; cajado; prep. 10 — Ponha de parte; novilha. 11 — Letra grega; detestar; 51 romanos. 12 — Forma dedutiva de José; mergulhados; sem companhia. 13 — Patroa; despida. 14 — Nota musical; ovário de peixe; estrada construída pelos romanos; ilha junto a Marselha. 15 — Renque; estava em fogo; serpente.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Abutre; condor. 2 — Agata; iró; eiras. 3 — Cuia; arola; Zara. 4 — Aio; erários; lar. 5 — Ta; Abad; Cs; só. 6 — Amadora; ore. 7 — Trenó; época; 8 — Uno; Aladino. 9 — Bi; al; cimo; Am. 10 — Até; aparato; amo. 11 — Fado; amiba; olor. 12 — Acena; ama; opala. 13 — Anular; secara.

Verticais: 1 — Acata; abafa. 2 — Águia; Ítaca; 3 — Baio; aru; Eden. 4 — Uta; ameno; ONU. 5 — Ta; ébano; Al. 6 — Arado; apa. 7 — Eirado; alamar. 8 — Ror; rol; rim. 9 — Cólica; acabas. 10 — Aos; Edita. 11 — Ne; opimo; oc. 12 — Diz; tronco; opa. 13 — Oral; eco; alar. 14 — Raras; amola. 15 — Sarou; amora.

XADREZ

CCCXCV
28 de Janeiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X007
Por: AUGUSTE D'ORVILLE
N.º 57, La Palamède, 1835

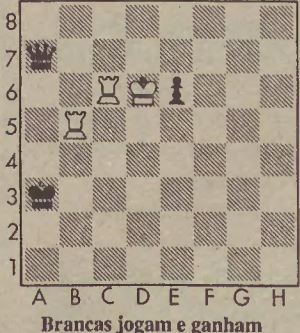
Pr: [3]: Ba5-D66-Rd5
Br: [4]: Cd4-Td3-Dç7-Rb2



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X008
Menção: Schachmatny Listok, 1929

Pr: [3]: P66-Da7-Ra3
Br: [3]: Ts-b5, ç6-Rd6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCV

N.º 1993X007 [A.D.'O.]: 1. Cé2+, R64: 2. Df4+, R:d3; 3. Cç1++
N.º 1993X008 [F.J.P.]: 1. Tçb6, Da4; 2. R65, Ra2; 3. Tb2+, Ra3; 4. Tb1, Da5+; 5. R: 66 e ganha.

Se: 3. ..., Ra1; 4. Tb1+, Ra2; 5. Tb6b2+ e ganha

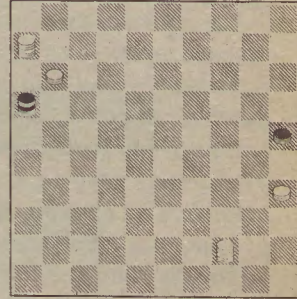
A. de M. M.

DAMAS

CCCXCV
28 de Janeiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D007
Por: A. D'ARGY
[Jogando/Campeonato do Canadá, 1976]

Pr: [2]: (16)-25
Br: [4]: (6)-11-35-(44)

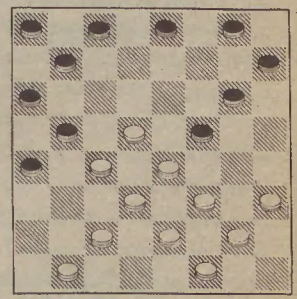


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D008

Golpe N.º 3
Por: Dr. Orlando A. Lopes, 1951

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 26-22; 3. 1-5, 22-18; 4. 12-15, 19x12; 5. 8x15, 23-20; 6. 14-19, 27-23; 7. 10-14, 20-16; 8. 6-10, 23-20; 9. 3-6 (ou: 2-6).



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCV

N.º 1993D007 [A.D.'A.]: 1. 44-33!, (16X7*); 2. 6-11, (7-16*); 3. 1-7, (16X2); 4. 33-24, (2X30); 5. 35X24+
N.º 1993D008 [Dr. O.A.L.]: 9. ..., 16-12!; 10. 7X23, 24-20; 11. 15X24, 18-13; 12. 10X26, 29X5; 13. 11X20, 28X3-D+

A. de M.M.

a talhe de FOICE

Comunidade vírgula

O país assistiu a semana passada a um reconfortante e inusitado exercício de independência dos deputados do PS e PSD no Parlamento Europeu a propósito do relatório Hansch o tal que tem subjacente o princípio de que a liderança da Comunidade não deve andar por aí a mudar de mãos de seis em seis meses. Num português sem papas na língua, o eurodeputado do PSD António Capucho veio a terreiro clamar contra a maquiavélica campanha para afastar das luzes da ribalta os pequenos países e com eles as respectivas línguas remetidas à comunitária submissão ao alemão, francês, inglês, italiano e espanhol espantando-se o deputado pelo silêncio envergonhado ou desatento dos que sendo pequenos e remetidos para o rol dos esquecidos não usaram do direito que ainda lhes resta de levantar a voz no PE para dizer da sua indignação. Ou estavam desatentos ou não leram o relatório concluiu logo ali à frente das câmaras o indignado representante do Governo que para ele nem outra coisa seria de admitir pois em comunitários assuntos ou há moralidade ou comem todos isto apesar de ele próprio ter sido vítima de ligeira desatenção protestando em voz grossa contra um texto que afinal não era o que estava em votação mas sim a sua versão original à última da hora aligeirada por generalidades onde muito se fala de igualdades mesmo que nas entrelinhas se percebe que nisto de igualitarismos uns são sempre mais iguais do que outros que o digam os eurodeputados comunistas que uma vez mais não foram vistos nem achados em tão importante questão como se portugueses no PE só houvesse sociais-democratas e socialistas. Como seria de esperar, o país rejubliou com a firmeza dos seus deputados e comoveu-se até às lágrimas com a coragem e determinação com que votaram contra as suas próprias famílias políticas europeias a mostrar à Europa e ao Mundo que pequenos sim mas parvos não, a gente já lhes mostra que não é com duas cantigas que nos cortam o pio ou nos põem a falar alemão e muito menos espanhol, andámos nós em canseiras para correr com os Filipes para quê?, e estrangeiro falamos mesmo mas só em Portugal nesta reconhecida gentileza nacional para com qualquer turista a que não hesitamos em ajudar com prestimosas informações you go por ali turn à esquerda vê logo o castle de S. Jorge. O que ninguém percebeu muito bem foi esta súbita fúria que atacou a maioria mais a sua dilecta oposição socialista tanto mais que por cá já se sabia que as ordens agora vêm de Bruxelas e lá quem as dá pouca diferença faz o efeito é o mesmo quer se trate de deixar campos ao abandono ou de ficar com produtos por escoar ou do encerramento de empresas ou de liquidação dos postos de trabalho até porque os comunistas estão fartos de falar do assunto e são sempre acusados de ser os velhos do Restelo afinal até parece que têm razão é só uma questão de tempo e as verdades vêm vindo ao cimo como o azeite. As explicações do facto são várias como eleições à porta e coisas que tais mas a mais convincente ainda é a da influência dos astros veja-se o caso da vírgula que pôs tudo num virote do Governo à Assembleia da República, da Procuradoria à televisão, dos jornais à rádio e se não se encontra o ministro nem a vírgula nem o decreto encontra-se a jornalista que falou do assunto e está mais à mão de semear mais a lei de imprensa de que o programa do Governo não falava mas de que Pacheco Pereira já falou e no ponto em que param as modas até está mesmo a pedi-las às vírgulas. Por mim, já decidi: vírgulas nem pensar e Comunidades destas... vírgula.

■ AF

Sargentos comemoram o seu dia com pedido de adesão à EUROMIL

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) promove mais uma comemoração da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, em Lisboa (Voz do Operário), Porto, Viseu, Chaves, Lamego, Vila Real e Ponta Delgada. As comemorações do Dia Nacional do Sargento contam este ano com a presença do Comité Executivo da Euromil - Organização Europeia de Associações Militares.

A Associação dos Sargentos Portugueses solicitou o seu pedido de adesão à Euromil e considera tal iniciativa «um marco histórico na vida da Associação dos Sargentos e do movimento associativo militar em Portugal».

A ANS recorda, em comunicado difundido, que «o Parlamento Europeu consagrou em resolução o princípio dos Estados membros permitirem aos seus cidadãos militares a criação de Associações para defesa dos seus interesses sociais, de a elas aderirem e de nelas participarem. Contudo, em Portugal, tal princípio continua sem ser respeitado».

No mesmo comunicado, a ANS afirma-se «consciente das dificuldades», mas diz «encarar o futuro com confiança».

Entretanto, no passado dia 14, uma delegação da ANS foi recebida em audiência pelo Provedor de Justiça, Menéres Pimentel.

Nesta, foi feito «um balanço da situação em que se encontravam os processos dirigidos pela ANS ao Provedor, relativos à fiscalização da constitucionalidade de algumas normas do Regulamento de Disciplina Militar e Lei de Defesa Nacional, nomeadamente a competência dos Tribunais Militares. Igualmente aspectos ligados com as injustiças na aplicação do Novo Sistema Retributivo» - refere uma nota de imprensa desta Associação.

Já amanhã principiam as comemorações do Dia Nacional do Sargento, escolhido para 31 de Janeiro por ter sido este o dia da revolta de 1891 em prol da República e em resposta ao ultimato inglês e em que os sargentos foram os principais protagonistas.

Em Vila Real, um jantar de confraternização juntará os sargentos locais e de Lamego, enquanto em Lisboa, aguarda-se a chegada dos representantes da Euromil.

No sábado, os associados

reúnem-se em assembleia geral extraordinária na Voz do Operário, em Lisboa, e está previsto outro jantar comemorativo em Lamego.

As iniciativas alusivas ao Dia Nacional do Sargento conhecerão o seu ponto alto no domingo, no Porto: de manhã, os sargentos participam numa romagem ao cemitério do Prado do Repouso e, depois de um almoço de confraternização, realiza-se um debate (em local a anunciar) sobre questões ligadas ao associativismo.

Segunda-feira, a ANS e os representantes da Euromil

serão recebidos pelo Provedor de Justiça, havendo a possibilidade de virem a realizar-se outras audiências, dependendo da resposta que for dada pelo Presidente da República, pelo ministro da Defesa e pelas chefias militares, a quem foram solicitadas.

As comemorações encerraram segunda-feira com um colóquio na Voz do Operário (Lisboa), que deverá contar com a participação, entre outros, de António Lobo Antunes, Helena Carriho e general Belchior Vieira.

Serviços postais um negócio chorudo

A tão propalada liberalização e modernização do serviço público postal, em debate na Comunidade, representa afinal um negócio de 24 mil milhões de ecus, cerca de 1,3 por cento do Produto Nacional Bruto da Comunidade.

A questão, denunciada pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro no Parlamento Europeu, esteve em debate a semana passada, a propósito da apreciação do relatório sobre o "Livro Verde sobre o desenvolvimento dos serviços postais". Segundo o eurodeputado, é aquele montante, a integrar no processo de acumulação de capitais privados, que está de facto em causa. Um negócio lucrativo, este do chamado mercado público dos serviços postais, em que os lucros seriam todos para o

sector privado, enquanto os sectores passíveis de dar prejuízo ficariam para o dito serviço público.

Como salientou Sérgio Ribeiro, "pouco ou nada contam as situações em que os serviços postais só chegarão ao interior e à periferia (os Alentejos da Europa) se a filosofia prevalecente for a do serviço público e não a do lucro".

O relatório em debate, embora representando um "travão" à sanha privatizadora que percorre a Comunidade, nem por isso deixou de merecer a abstenção dos eurodeputados comunistas. É que, apesar de positivo, como sublinhou Sérgio Ribeiro, "não explicita a verdadeira questão: o mercado único de tantos milhões de ecus, a cobiça de tão grande fatia do PNB".

PE recua em relação a Timor

O Parlamento Europeu aprovou a semana passada, na sua sessão plenária, uma proposta de resolução sobre a "violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste" que é "um manifesto recuo em relação a posições anteriormente assumidas". A acusação é dos eurodeputados do PCP no PE, que em nota à imprensa criticam o facto de, por um lado, o Parlamento exigir a libertação de Xanana Gusmão e, por outro, reclamar à Indonésia que lhe seja concedida toda a "assistência jurídica isenta a que todo o indivíduo tem direito".

Sublinhando que tais contradições "em nada beneficiarão a luta pela defesa dos Direitos Humanos em Timor-Leste", os eurodeputados comunistas defendem que face ao sistemático desrespeito do Direito Internacional e dos Direitos Humanos pela Indonésia "não basta que o Parlamento Europeu continue a advertir à Indonésia quanto às consequências desta sua atitude". Pelo contrário, consideram mais do que chegada a hora de a Comissão e os Estados-membros usarem "todos os meios, de cooperação, eco-

nómicos, políticos e diplomáticos para impor o cumprimento das resoluções das Nações Unidas".

A tomada de posição recorda a propósito a intervenção de Sérgio Ribeiro no debate sobre a matéria, onde afirmou que "o Parlamento Europeu não pode ficar-se pelo pedido ao violador para que não mais viole, ou para que não condene com a pena de morte ou muitas dezenas de anos de prisão as vítimas das suas violações".

De referir que o Grupo Coligação de Esquerda do PE, em que se inserem os eurodeputados comunistas, apresentou no plenário uma proposta de resolução em que se exige a libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos timorenses, se apela à tomada de medidas para obrigar a Indonésia a respeitar as decisões da ONU e se manifesta o desagrado pela realização em Jacarta (desde a passada terça-feira) de uma reunião do grupo de trabalho das Nações Unidas para os Direitos Humanos na Ásia-Pacífico, a convite do governo indonésio. A proposta foi rejeitada.

Ministério da Educação dá razão aos sindicatos

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) conseguiu na noite de segunda-feira que o Secretário de Estado dos Recursos Educativos aceitasse as alterações por aqueles defendidas sobre a situação dos contratados a termo certo, matéria que já tinha sido acordada por outras estruturas sindicais, contra a opinião da FNSFP que defendia a tese que não estavam garantidas as expectativas criadas a esses trabalhadores.

Entre as propostas da FNSFP aceites pelo Ministério está o alargamento do quadro de vinculação do pessoal não docente tendo em conta as necessidades funcionais das escolas do ensino não superior, sendo factor de preferência no concurso a abrir a experiência profissional adquirida no sistema educativo.

O Governo garantiu à Federação a prorrogação até 31 de Agosto dos contratos a termo certo dos trabalhadores não docentes do ensino não superior, sendo o número de vagas a criar para a vinculação oscilante entre os sete e os oito mil lugares, abrangendo as seguintes categorias: escriturários dactilógrafos, auxiliares de acção educativa, ajudantes de cozinha, auxiliares de manutenção e guardas-nocturnos.

No comunicado da FNSFP onde se anuncia este acordo, que dá melhores garantias do que antes havia sido acordado com outras estruturas sindicais, a Federação afirma que irá acompanhar atentamente a sua aplicação.